

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO**

ELEN LEMAIRE PEDRI

**HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO CURSO COMERCIAL DO COLÉGIO SÃO CARLOS
DE CAXIAS DO SUL/RS (1940-1969)**

CAXIAS DO SUL

2021

ELEN LEMAIRE PEDRI

**HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO CURSO COMERCIAL DO COLÉGIO SÃO CARLOS
DE CAXIAS DO SUL/RS (1940-1969)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Edimar de Souza

CAXIAS DO SUL

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

P371h Pedri, Elen Lemaire
Histórias e memórias do curso comercial do Colégio São Carlos de Caxias do Sul/RS (1940-1969) [recurso eletrônico] / Elen Lemaire Pedri. – 2021.
Dados eletrônicos.
Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.
Orientação: José Edimar de Souza.
Modo de acesso: World Wide Web
Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>
1. Colégio São Carlos - Caxias do Sul (RS) - História. 2. Ensino técnico - Caxias do Sul (RS) - História. 3. Contabilidade. I. Souza, José Edimar de, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 377.36(816.5)(091)

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Márcia Servi Gonçalves - CRB 10/1500

ELEN LEMAIRE PEDRI

**HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO CURSO COMERCIAL DO COLÉGIO SÃO CARLOS
DE CAXIAS DO SUL/RS (1940-1969)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Edimar de Souza

Caxias do Sul, 03 de dezembro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Edimar de Souza (Presidente) – UCS

Prof. Dra. Terciane Ângela Luchese – UCS

Participação por videoconferência

Prof. Dra. Eliana Maria do Sacramento Soares – UCS

Participação por videoconferência

Prof. Dra. Denise Macedo Ziliotto – UNILASALLE

Participação por videoconferência

Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr - FACCAT

Participação por videoconferência

*“Era uma vez uma mulher
Que via um futuro grandioso
Para cada homem que a tocava.
Um dia
Ela se tocou”.*

Alice Ruiz

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a minha finada mãe, Dona Teresinha Maria Keil, a quem devo a vida, a educação e a inspiração para este trabalho. Se, um dia, eu me tornar metade do que você foi, então estarei satisfeita.

Agradeço a minha família, a quem amo incondicionalmente, mas principalmente ao meu marido, William Peruchin de Oliveira, pelo incentivo e toda a ajuda que precisei nessa trajetória. Agradeço ao meu irmão, Vagner Augusto Pedri, futuro historiador, pelas conversas e desabafos. Aos meus gatos, Léia e Quindim, meu refúgio antiestresse.

Aos meus colegas do mestrado, pelas amizades e pelo conhecimento que obtive com as trocas realizadas em sala de aula e nos debates em eventos.

Ao meu orientador, prof. Dr. José Edimar de Souza, a quem agradeço imensamente pela dedicação, pelo estímulo e pela competência em me guiar nessa jornada. Agradeço por estar sempre disponível, não apenas para a pesquisa, mas para me orientar nos caminhos da vida. Obrigada de coração!

Agradeço aos professores do PPGEduc, que não se deixaram abalar pela pandemia do Covid-19 e desenvolveram com maestria as disciplinas do programa. Obrigada pela dedicação! Agradeço também à prof. Dra. Carla Beatris Valentini e à prof. Dra. Terciane Ângela Luchese, pelo trabalho maravilhoso na coordenação do programa.

Agradeço aos professores que participaram da banca de defesa, prof. Dra. Terciane Ângela Luchese, prof. Dra. Eliana Maria do Sacramento Soares, prof. Dra. Denise Macedo Ziliotto e prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr, pelo tempo dedicado à leitura e a todas as considerações realizadas.

Agradecimentos eternos às participantes da pesquisa, Dona Zuleica, Dona Graciosa e Dona Edite. Obrigada por compartilharem suas histórias de vida comigo. Agradeço também ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, pela disposição das fontes documentais. Estendo meus agradecimentos ao Colégio São Carlos, pela ótima recepção e pela oportunidade de contar a história do Curso Comercial, precursor na educação contábil destinada às mulheres em nossa cidade.

GRATIDÃO A TODOS (AS)!!!!

RESUMO

O presente estudo investigou a história do Curso Comercial da Escola Técnica do Comércio do Colégio São Carlos, em Caxias do Sul/RS, a partir das memórias de egressas do período compreendido entre 1940 e 1969. O Colégio São Carlos iniciou suas atividades em 1936 com o curso primário e dedicou seus esforços à educação feminina. Devido ao crescimento econômico da cidade no período estudado, a escola buscou adaptar-se aos novos tempos e, em 1940, passou a oferecer o Curso Técnico do Comércio, anexo ao Colégio do Carmo, formando peritas-contadoras. Mediante a contextualização brasileira e regional, objetivou-se analisar histórias e memórias do processo de constituição do Curso Comercial do Colégio São Carlos de Caxias do Sul/RS, entre 1940 e 1969, evidenciando o modo como se entremearam às trajetórias formativas de egressas. Também, analisou-se como a experiência formativa contribuiu para a constituição de identidades das egressas associadas à prática profissional do curso técnico. Os estudos sobre o tema foram desenvolvidos por meio da História Oral e da análise de documentos disponíveis junto à escola, ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami e aos recortes de jornais da época. Além disso, os pressupostos teóricos desenvolvidos referem-se à História Cultural, História da Educação, cultura escolar, identidade profissional, dentre outros. O Curso Comercial, iniciado em 1940, trouxe ao contingente feminino outra possibilidade de formação, além das disponíveis à época, como no caso do magistério. Em relação às entrevistas realizadas e ao entrelaçamento entre o curso e a prática contábil, nota-se que o estudo da teoria contábil não foi suficiente para a execução da profissão propriamente dita, mas o acesso ao trabalho, paralelo aos estudos no colégio, contribuiu significativamente para a manutenção da identidade profissional. Sendo assim, esta pesquisa conta a história do Curso Comercial, especificamente do Colégio São Carlos, constituindo-se de uma produção histórica, mas também oportunizando contribuir com outras pesquisas relativas à formação contábil, especialmente à participação feminina nos processos de otimização da área contábil.

Palavras-chave: Caxias do Sul; Curso Comercial; Colégio São Carlos; Contabilidade.

ABSTRACT

This study has researched the history of the Business Course at the Technical Business School of São Carlos High School, in Caxias do Sul – RS state – Brazil. The source material is based on the memoirs given by graduate students from the period between 1940 and 1969. São Carlos School began its activities in 1936 with primary school and dedicated its efforts to women's education. Due to the economic growth of the city during the period that was studied, the school sought to adapt to the new times and, in 1940, it started to offer the Technical Business Course, attached to Carmo School, training accountant ladies. Through Brazilian and regional context, this work's objective was to analyze stories and memories of the constitution process of the Business Course at São Carlos High School in Caxias do Sul/RS, between 1940 and 1969, showing how they intertwined with the formative trajectories of the interviewed graduates. It was also analyzed how the training experience contributed to the constitution of the graduates' identities associated with the professional practice in the technical course. Studies on the subject were developed through Oral History and the analysis of documents available at the school, the João Spadari Adami Municipal Historical Archive and newspaper clippings from that time. In addition, the theoretical assumptions developed here refer to Cultural History, History of Education, school culture, professional identity, among others. The Business Course, which began in 1940, offered the female contingent another possibility of training, in addition to those available at the time, such as teaching. Regarding the interviews carried out and the intertwining between the course and accounting practice, it is noted that the study of accounting theory was not sufficient for the execution of the profession itself, but the access to work, parallel to studies in college, contributed significantly for the maintenance of the interviewees' professional identities. Therefore, this research tells the history of the Business Course, specifically of São Carlos School, as a historical production, but also providing opportunities to contribute to other researches related to accounting education, especially with female participation in the optimization processes of the accounting area.

Keywords: Caxias do Sul; Business Course; São Carlos High School; Accountancy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Caxias do Sul no estado do Rio Grande do Sul	17
Figura 2 – Trabalhadoras da Tecelagem Matteo Gianella (Caxias do Sul, 1910)	42
Figura 3 – Trabalhadores da Tecelagem Matteo Gianella (Caxias do Sul, 1915)	43
Figura 4 – Formatura da Escola Técnica de Comércio do Ginásio Nossa Senhora do Carmo (1946)	52
Figura 5 – Histórico do Colégio São Carlos – Ano: 1995	55
Figura 6 – Prédio do Colégio São Carlos – Data aproximada: 1946	56
Figura 7 – Alunos do primeiro ano – 1936	57
Figura 8 – Oficialização do Ginásio São Carlos	57
Figura 9 – Formandas do 1º Ano Propedêutico da Escola Superior de Comércio – 1941	59
Figura 10 – Chamada para realização de exames e matrículas – 1944	63
Figura 11 – Publicidade do Colégio São Carlos – 1944	63
Figura 12 – Primeira Formatura de Contadoras com seu Paraninfo – 1945	64
Figura 13 – História do Curso Básico Comercial	65
Figura 14 – Livro Razão	81
Figura 15 – Convite para formatura das contadorandas da Escola Técnica de Comércio São Carlos (1957)	83
Figura 16 – Diplomas do Técnico em Contabilidade da Escola Técnica de Comércio São Carlos de Caxias do Sul	84
Figura 17 – Setor de contabilidade da metalúrgica Eberle	89
Figura 18 – O Contabilista é o homem dos sete instrumentos	90
Figura 19 – Vaga de emprego	91
Figura 20 – Vaga de emprego II	92
Figura 21 – Vaga de emprego III	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução econômica de Caxias do Sul entre 1890 e 1975	40
Tabela 2 – Escolas Municipais de Caxias do Sul – 1940 a 1969	50
Tabela 3 – Número de profissionais registrados no CRC/RS entre 1947 a 2018	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Período e disciplinas dos cursos técnicos da área contábil.....	36
Quadro 2 – Escolas de Ensino Comercial (1930 a 1940).....	51
Quadro 3 – Relação de disciplinas para o Curso de Perito Contador – Decreto 20.158/1931	61
Quadro 4 – Relação de entrevistadas	67
Quadro 5 – Atuação profissional das entrevistadas	97

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AI-5	Ato Institucional Número Cinco
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
ESI	Educação Scalabriniana Integrada
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FSG	Faculdade da Serra Gaúcha
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático do Rio Grande do Sul
RS	Rio Grande do Sul
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UDN	União Democrática Nacional
UNIFTEC	Centro Universitário Faculdade de Tecnologia
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
2 OS CURSOS TÉCNICOS DE COMÉRCIO: RELAÇÕES DE CONTEXTO	22
2.1 O CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO	22
2.2 A EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE 1934 E DURANTE O ESTADO NOVO E O ENSINO PROFISSIONAL.....	33
2.3 O CONTEXTO HISTÓRICO DE CAXIAS DO SUL	38
3 O COLÉGIO SÃO CARLOS E O CURSO SUPERIOR DE COMÉRCIO NA CIDADE DE CAXIAS DO SUL.....	45
3.1 ASPECTOS DA EDUCAÇÃO NA CIDADE DE CAXIAS DO SUL	45
3.2 A HISTÓRIA DO COLÉGIO SÃO CARLOS E DO CURSO TÉCNICO COMERCIAL.....	54
4 HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO CURSO COMERCIAL.....	67
4.1 OS PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO: PERCURSOS INICIAIS DE FORMAÇÃO	68
4.2 MEMÓRIAS DE UM PROCESSO FORMATIVO NA ÁREA TÉCNICA	75
4.3 MEMÓRIAS DE UM TEMPO: RELAÇÕES ENTRE O PROCESSO FORMATIVO E A PRÁTICA PROFISSIONAL	85
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS.....	99
APÊNDICE A – INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS	107
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	108

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No Monte Parnaso, morada das Musas, uma delas se destaca. Fisionomia serena, olhar franco, beleza incomparável. Nas mãos, o estilete da escrita, a trombeta da fama. Seu nome é Clio, a musa da História. Neste tempo sem tempo que é o tempo do mito, as musas, esses seres divinos, filhos de Zeus e de Mnemósine, a Memória, têm o dom de dar existência àquilo que cantam. E, no Monte Parnaso, cremos que Clio era uma filha diletta entre as Musas, pois partilhava com sua mãe o mesmo campo do passado e a mesma tarefa de fazer lembrar. Talvez, até, Clio superasse Mnemósine, uma vez que, com o estilete da escrita, fixava em narrativa aquilo que cantava e a trombeta da fama conferia notoriedade ao que celebrava (PESAVENTO, 2008, não paginado).

Essa pesquisa, intitulada “Histórias e memórias do Curso Comercial do Colégio São Carlos de Caxias do Sul/RS (1940-1969)” buscou investigar a história do Curso Comercial da Escola Técnica do Comércio do Colégio São Carlos. O estudo foi realizado a partir das memórias das egressas participantes dessa pesquisa, o que oportunizou o entrelaçamento das histórias de vida das entrevistadas ao estudo e ao trabalho na área contábil.

A História é uma ciência que estuda as ações humanas no decorrer do tempo e no espaço. Com base nos levantamentos realizados e na construção de dados, inicia-se um processo em que o pesquisador-historiador fará a análise e a produção científica que permitirão a validação desse conhecimento. Como nos ensina Stephanou e Bastos (2011, p. 417):

Por história estamos considerando um campo de produção de conhecimentos, que se nutre de teorias explicativas e de fontes, pistas, indícios, vestígios que auxiliam a compreender as ações humanas no tempo e no espaço. É um trabalho de pensamento que supõe o estranhamento da análise, da produção de argumentos que possam validar, no presente, determinadas leituras da realidade passada, uma vez que o conhecimento histórico é uma operação intelectual que se esforça por produzir determinadas inteligibilidades do passado e não sua cópia.

A história não é uma ciência que se encerra em si mesma. A cada nova descoberta, temos uma peça a mais do quebra-cabeças que permitirá novas leituras da sociedade. O pesquisador-historiador, quando realiza a análise dos dados coletados, o faz por meio de seu intelecto, interagindo com outras ciências e utilizando ferramentas que validarão as fontes das quais se utilizou.

Com a fundação da revista francesa *Annales d'histoire économique et sociale*, em 1929, inicia-se um novo marco, no qual se rompe com a ideia de que a história apenas retrata o que os documentos discriminam, para uma história que valoriza o “[...] cotidiano, da história vinda de baixo, dos operários, das mulheres, das crianças, etc., amplia as fronteiras do conhecimento histórico, abre espaços, multiplica objetos e problemas de pesquisa” (STEPHANOU; BASTOS, 2011, p. 418). Ampliam-se os conceitos para história, abrindo caminho para outras produções científicas no âmbito das ciências humanas. É a partir desse rompimento de paradigma que surgem os estudos que irão compor outras formas de pensar a história.

A história também deixa de ser uma simples narrativa de eventos para se preocupar com o exame das informações. Evita concentrar-se apenas nos grandes episódios e seus heróis, para dar voz às pessoas comuns. Isso faz com que a história não se concentre mais apenas em documentos formais e oficiais, mas verifica que há outras fontes que também permitem a composição dos fatos passados. O historiador da nova história debruça-se sobre os fatos e indaga-se sobre eles, querendo saber o “quando?”, o “o quê?”, o “onde?”, o “por quê?”. Não se satisfaz com o simples relato dos acontecimentos, como prevê a história tradicional, que defende uma história objetiva. Por mais que seja necessária a abstenção às opiniões próprias do estudioso, o fato é que não é possível para olhar o passado sem a interferência de nossos próprios preconceitos.

A partir do estudo da história é que podemos conduzir pesquisas na área da história da educação, por se tratar de uma disciplina intrínseca à produção de conhecimentos e da historiografia. É ela quem nos permite entender como a educação foi conduzida pelas sociedades. Possibilita ainda compreender que as crises educacionais vividas estão diretamente ligadas às crises sociais e políticas, pois educação e sociedade coexistem. Não há sociedade, por menor que seja sua estrutura, sem processos educativos que fortaleçam e perpetuem suas culturas. É por isso que o estudo da história da educação é importante para a compreensão e

possibilidade de soluções para os problemas educacionais (STEPHANOU; BASTOS, 2011).

Compreendendo a importância da educação e do processo formativo, é possível perceber que os espaços educacionais, como no caso das escolas técnicas, são responsáveis pela formação não apenas do intelecto e da compreensão de conteúdo, mas também de relações sociais. São nos espaços acadêmicos que teremos contato com pessoas com o mesmo interesse que o nosso e que possibilitarão a construção de uma rede de contatos, capazes de promover e auxiliar na busca pela constituição profissional dos sujeitos.

Portanto, como problema de pesquisa, buscou-se responder ao seguinte questionamento: considerando as memórias das egressas do Curso Comercial do Colégio São Carlos, formadas entre os anos de 1940 e 1969, como ocorreu o processo de constituição de identidade profissional na área contábil?

A revisão de literatura, nos primeiros movimentos realizados para construir o projeto de pesquisa, contribuiu para historicizar e identificar que o Curso Técnico de Contabilidade iniciou com o nome de Curso Técnico de Comércio. Nesse sentido, quando avançamos na história da contabilidade brasileira, encontramos figuras extraordinárias que mostraram a importância da contabilidade para os controles e as tomadas de decisões. Pode-se assim citar Sebastião Ferreira Soares, gaúcho do Piratini, que em 1852 publicou o livro *Tratado de Escrituração Mercantil por Partidas Dobradas Aplicado às Finanças do Brasil*. O autor atuou na Tesouraria da Fazenda do Rio Grande do Sul e a ele é atribuída a primeira auditoria realizada no Brasil (BARBOSA; OTT, 2013).

Nos escritos de Barbosa e Ott (2013), encontramos ainda demonstradas as primeiras evidências da origem da contabilidade no Rio Grande do Sul e a constituição do ensino e da formação de órgãos de classe, como o Club Caixeiral Porto-Alegrense e o Club de Guarda-Livros de Porto Alegre, todos formados por integrantes do sexo masculino. E é a partir da primeira metade do século XX que observamos a consolidação do ensino contábil no Rio Grande do Sul, com formação técnica e superior.

O objeto deste estudo são as memórias das egressas do curso comercial do Colégio São Carlos, da cidade de Caxias do Sul, no período compreendido entre os anos de 1940 e 1969. A revisão de literatura realizada evidencia que não há um número significativo de pesquisas sobre o assunto, principalmente na formação e

constituição das profissionais da cidade de Caxias do Sul. Como pesquisadora, docente e contadora, percebi a influência histórica que a trajetória dessas mulheres surtiu nas gerações vindouras. Assim, por intermédio da investigação, buscou-se entremear o percurso escolar e profissional das ex-alunas ao curso do Colégio São Carlos.

O recorte temporal da pesquisa está situado entre os anos de 1940 e 1969, por se tratar do período que se aproxima das reformas promovidas na educação por Francisco Campos e, em seguida, por Capanema. Francisco Campos, a partir do Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931, estruturou o Ensino Comercial e regulamentou a profissão de contador. Gustavo Capanema foi protagonista na elaboração do Decreto-Lei nº 6.141, assinado em 28 de dezembro de 1943 por Getúlio Vargas. Esta última legislação trata o ensino comercial como sendo de nível de segundo grau e tem a intenção de formar profissionais para atuarem nas áreas administrativas. Além disso, esse recorte se justifica por compreender o período de criação da Escola Técnica de Comércio do Colégio São Carlos, em 1940, e a formatura das egressas que ocorreu entre 1968 e 1969. Também se trata do período, conforme nos relata Aranha (2006, p. 305), no qual se vivencia “[...] a crise do modelo oligárquico exportador e o delineamento do modelo nacional-desenvolvimentista com base na industrialização, exigia-se melhor escolarização, sobretudo para os segmentos urbanos [...]”. A escolha espacial para a realização desta pesquisa está concentrada na cidade de Caxias do Sul, por ser minha terra natal, local onde atuo como contadora e como professora dos cursos de graduação em Ciências Contábeis nos Centros Universitários FSG e UNIFTEC.

O início dessa pesquisa foi marcado pela pandemia do Covid-19. Foram meses de isolamento e cuidados, evitando-se o contato direto com as pessoas, sem que fosse extremamente necessário. Essa situação dificultou o acesso tanto à escola pesquisada, quanto a um número maior de egressas do curso. Nesse sentido, optou-se pelo recorte de 1969, considerando as egressas que aceitaram participar desta pesquisa. Todavia, devo mencionar o que nos ensina Alberti (2005, p. 31 e 32) sobre a escolha dos entrevistados:

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles

que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possa fornecer depoimentos significativos.

As entrevistas realizadas foram capazes de fornecer relatos, que junto aos demais documentos apresentados e analisados, superaram a escassez de participantes da pesquisa. As narrativas que se desenvolveram ao longo das entrevistas pontuaram situações importantes nas relações sociais das entrevistadas.

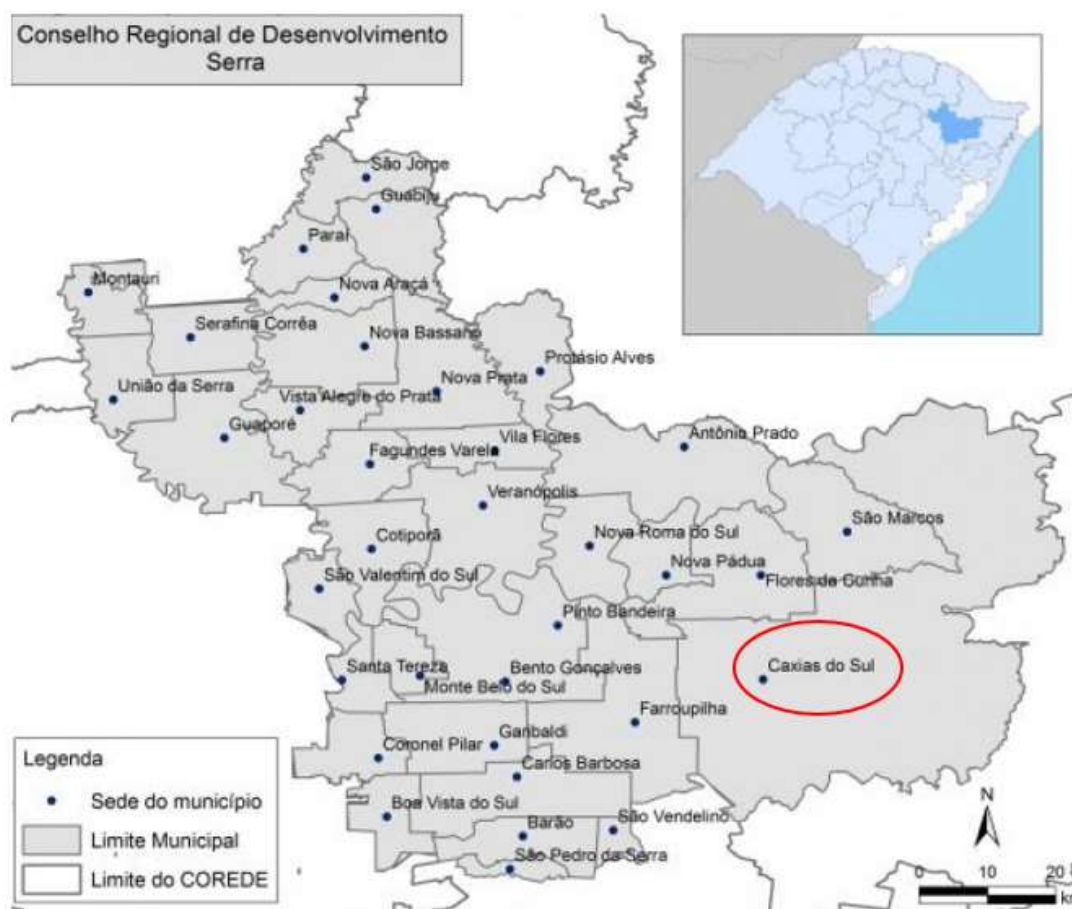
Em relação à escolha do tema, ressalto que atuo na área contábil desde 1998 e pude acompanhar diversos avanços de ordem tecnológica na profissão que melhoraram processos e garantiram maiores controles para as empresas e para o governo. Durante todo esse período, foi possível observar o quanto as mulheres ocuparam esses espaços nas empresas e nos escritórios de contabilidade. Com essa percepção, noto que o principal cargo destinado a elas é o de analista. Os homens ainda são os proprietários dos escritórios e quem tem a responsabilidade de assinar os documentos oficiais. A minha história com o curso justifica a relação com a escolha do objeto. Além disso, há um campo ainda não estudado suficientemente no município de Caxias do Sul sobre os cursos técnicos, nível de ensino geralmente acessado, na primeira metade do século, pelo gênero masculino. Sabemos, pela revisão de literatura, ainda, que raras eram as oportunidades para o gênero feminino, geralmente realizando cursos artesanais, de economia doméstica ou o curso normal.

O Colégio São Carlos é uma escola privada que atualmente faz parte da Rede ESI – Rede de Educação Scalabriniana Integrada, que pertence à Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo-Scalabrinianas. A rede é composta por 12 escolas no Brasil e tem como propósito a educação com base nos valores scalabrinianos. Está situado à Rua Sinimbu, número 2553, em Caxias do Sul/RS.

Para entendermos melhor o espaço definido para a pesquisa faz-se oportuno apresentar a cidade escolhida. O município de Caxias do Sul está localizado na extremidade leste da encosta superior do nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Sua área territorial é de 1.652,308 Km² e a população estimada em 2021 é de 523.716 pessoas (IBGE,2021). Está distante 127 Km, via rodoviária, da capital do estado, Porto Alegre. A economia da cidade é baseada na indústria, no comércio e nos serviços, sendo o segundo município do estado em número de empresas, totalizando 27.088 em 2019 (IBGE, 2019), estando na vigésima posição em relação ao total de cidades brasileiras. O PIB *per capita* da cidade em 2018 era de R\$ 48.959,40 (IBGE,2018).

Em relação à educação, o município apresentava, até o ano de 2010, uma taxa de escolarização de 96,3% entre alunos de 6 a 14 anos de idade. A cidade possui ao todo 300 escolas de ensino infantil, 144 de ensino fundamental e 44 de ensino médio (dados do censo escolar – IBGE, 2020). De acordo com a pesquisa de 2010 do IBGE, Caxias do Sul possuía um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,782, o que coloca a cidade em 12º lugar no estado e em 113º lugar no país.

Figura 1 – Mapa de Caxias do Sul no estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Corede Serra. Disponível em: <https://coredeserra.org.br/pagina/municipios>. Acesso em: 18 out. 2021.

Culturalmente, Caxias do Sul é conhecida pela Festa Nacional da Uva, que ocorre na cidade desde 1931. Inicialmente, a festa tinha por objetivo promover a produção local e a troca de experiências entre os agricultores da região. Atualmente, ela tornou-se um evento em que as empresas e os agricultores podem expor e comercializar suas mercadorias. A Festa celebra o desenvolvimento e a história da cidade a partir de desfiles que enaltecem o imigrante, principalmente o italiano. O

desenvolvimento industrial transformou Caxias em um grande polo metalmeccânico e as necessidades de desenvolvimento educacional e técnico acompanharam essa jornada.

Dessa forma, a escolha por pesquisar os cursos técnicos ocorreu, em parte, devido à minha formação em Ciências Contábeis, mas também como um desejo de compreender a história do curso Técnico em Contabilidade na cidade de Caxias do Sul e o processo de constituição dessas profissionais, a partir do ano de 1940, quando surge o curso no Colégio São Carlos. Essa motivação me fez entender que precisaria conversar com ex-alunas da escola, delimitando o tempo de formação entre os anos de 1940 e 1969.

Embasado pelo cenário apresentado, desenvolveu-se o objetivo geral, que buscou analisar histórias e memórias do processo de constituição do Curso Comercial do Colégio São Carlos de Caxias do Sul/RS, entre 1940 e 1969, evidenciando o modo como se entremearam às trajetórias formativas de egressas. Para conduzir o desenvolvimento desse objetivo, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- compreender as relações de contexto social e cultural que possibilitaram a implantação e a institucionalização do curso comercial na cidade de Caxias do Sul/RS;
- analisar e compreender como a experiência formativa contribuiu para a constituição de identidades das egressas associadas à prática profissional do curso comercial.

A pesquisa foi realizada a partir do uso da metodologia da História Oral, com a realização de entrevistas semiestruturadas. As questões referiam-se à infância, à escola primária, ao primeiro contato com o curso técnico comercial e ao exercício da profissão. As questões da entrevista podem ser verificadas no Apêndice A. Além da coleta de dados via entrevista, foram realizadas diversas visitas ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami e consultas a diversos jornais publicados entre os anos de 1940 a 1969. Também estive no Colégio São Carlos, onde foram disponibilizados alguns materiais da escola.

Antoinette Errante (2000) nos ensina sobre a importância da relação desenvolvida entre o entrevistado (narrador) e o entrevistador. A partir do envolvimento do entrevistador e na atenção que ele demonstra pela história do entrevistado, emergem situações que por vezes não estão diretamente relacionadas com o objeto do estudo, mas que servem para entender o contexto vivido pelo

narrador. Permitir que o entrevistado forneça informações além das solicitadas pelas perguntas é respeitar a identidade e a cultura daquela pessoa e daquele lugar. Quando ouvimos e prestamos atenção não somente na história que está sendo contada, mas também nos gestos e nas expressões, desenvolvemos uma ponte, na qual a humanidade do outro nos revela nossa própria humanidade. Procurei, nesse aspecto, manter uma relação carinhosa com minhas entrevistadas, que permitiu que elas pudessem falar sobre suas experiências.

A autora também nos apresenta a importância de cruzar os relatos dos entrevistados com outras fontes documentais. Ela cita cinco categorias etnográficas de memória, sendo elas “[...] lembrança, esquecimento, reconstrução, metamorfose de memória e memória vicária” (ERRANTE, 2000, p. 147). A partir dessa constatação, ela trata do uso da lembrança como o ato que executamos inconscientemente, de buscar no arcabouço das memórias o momento vivido, preservando essa memória no momento presente. O cruzamento dessas memórias com documentos oficiais permite averiguar a veracidade das informações fornecidas.

A História Oral e seu uso como fonte para pesquisa consolidaram-se nos anos 60 e 70 do século XX. Isso ocorreu a partir da definição, pelos historiadores orais, de regras para validar as informações coletadas, partindo de outras ciências como a psicologia social, a antropologia e a sociologia, além do próprio uso da história documental para realizar a checagem das fontes (THOMSON; FRISCH; HAMILTON, 2006).

A produção científica por meio da História Oral apoia-se na transcrição das entrevistas, que permitirão, a partir do problema dessa pesquisa e dos objetivos traçados, estabelecer categorias de análise. A partir do problema de pesquisa, estabeleci três categorias de análise: “processos de escolarização”, “memórias de um processo formativo na área técnica” e “relações entre o processo formativo e a prática profissional”.

Amado (1995, p. 132) esclarece que “a memória toma as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados”. A rememoração torna-se um ato capaz de dar sentido e valorização para as experiências vividas pelas pessoas. Não somente às figuras importantes e destacadas da história humana, mas aos que participaram de forma anônima desses acontecimentos e que têm muito a contribuir para o nosso entendimento de sociedade. Amado (1995, p. 132) também menciona que:

ao trazer o passado até o presente, recria o passado, ao mesmo tempo em que o projeta no futuro; graças a essa capacidade da memória de transitar livremente entre os diversos tempos, é que o passado se torna verdadeiramente passado, e o futuro, futuro, isto é: dessa capacidade da memória brota a consciência que nós, humanos, temos do tempo. Esta, por sua vez, permite-nos compreender e combinar, de muitos modos, as fases em que dividimos o tempo, possibilitando-nos, por exemplo, perceber “o passado diante de nós”.

Para a autora, o ato de lembrar faz com que possamos dar novos significados às memórias. Como as informações há tantos anos arquivadas podem ser acessadas e reelaboradas, incluindo outros aspectos da vida de quem narra, é importante que o historiador garanta meios de averiguar as informações prestadas. Além disso, a memória e a história garantem identidade para quem recorda, já que sua narrativa se transforma em elemento que conduzirá a novas perspectivas dos fatos. É por isso também tão importante para minha pesquisa conhecer a história das minhas entrevistadas, não apenas os fatos que garantirão dados para a pesquisa, mas entender o contexto de sua vida, suas lutas e vivências. Errante (2000) nos explica que o ato do historiador oral escolher quem ele entrevistará e quem ele não entrevistará é uma forma de dar voz a memórias específicas, tornando-se participantes ativos no processo de rememoração, “[...] modos pelos quais historiadores orais vicariamente rememoram e contam” (ERRANTE, 2000, p. 168).

O estudo da história do ensino contábil pretende resgatar os primórdios dessa profissão e seu desenvolvimento na sociedade brasileira e regional. Por isso, esse estudo revisita o ensino da técnica contábil sob o olhar de 3 profissionais que contam os desafios e as conquistas traçado no percurso de sua formação técnica. Assim, para desenvolver este estudo, foram definidos quatro capítulos: “Considerações Iniciais”, “Os cursos técnicos de Comércio: relações de contexto”, “O Colégio São Carlos e o Curso Superior de Comércio na cidade de Caxias do Sul” e “Histórias e memórias do Curso Comercial”. O trabalho é finalizado com as “Considerações Finais”.

As “Considerações Iniciais” nos revelam o tema, problema, objetivos e o objeto da pesquisa. O segundo capítulo, intitulado “Os cursos técnicos de Comércio: relações de contexto”, aborda o contexto político e econômico brasileiro no período estabelecido como recorte temporal dessa pesquisa (1940 a 1969). Para o terceiro capítulo, “O Colégio São Carlos e o Curso Superior de Comércio na cidade de Caxias do Sul”, reservei a apresentação e o resgate da história da cidade de Caxias do Sul, com foco na educação e no surgimento do curso técnico, vinculada à história do

colégio São Carlos. O quarto capítulo, “Histórias e memórias do Curso Comercial”, analisa as narrativas das entrevistas a partir das categorias de análise definidas e anteriormente mencionadas. Para as “Considerações Finais” reservei as conclusões estabelecidas considerando os objetivos que foram traçados para a pesquisa.

Nesse sentido, este capítulo teve o intuito de proporcionar as prerrogativas que delinearão o desenrolar dessa pesquisa. As memórias das egressas foram o ponto chave de exploração para a investigação do curso comercial, juntamente aos documentos encontrados, que deram sentido aos relatos e a importância do curso e do colégio na sociedade caxiense. A contextualização historiográfica do país e do município permeará o discurso e será melhor trabalhada nos capítulos seguintes.

2 OS CURSOS TÉCNICOS DE COMÉRCIO: RELAÇÕES DE CONTEXTO

Quando os governos passaram a dar um mínimo de atenção à organização nacional do ensino, tivemos reformas tumultuadas, aprovadas entre contradições de interesses que mantêm o dualismo escolar, próprio de uma visão elitista da educação. Isso sem esquecer (e poderíamos?) a longa noite dos vinte anos da ditadura militar, que obscureceu nossa vida cultural, silenciando os intelectuais e artistas e intimidando professores e alunos (ARANHA, 2006, p. 346).

Este capítulo tem como propósito contextualizar brevemente a história brasileira, trazendo informações acerca do momento político e econômico vivenciado no período compreendido entre os anos de 1940 a 1969. A partir disso, pretende-se apresentar a história de Caxias do Sul no contexto brasileiro, evidenciando fatores políticos e econômicos da cidade, para, então, analisar as relações entre a identidade das egressas e o contexto histórico em que os profissionais formados nos cursos comerciais estavam inseridos.

2.1 O CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO

Ao final do século XIX, chegavam ao país muitos imigrantes europeus. A entrada de imigrantes no país cresceu entre 1874 e 1889, devido ao incentivo do governo imperial e ao processo abolicionista que ocorria paralelamente à entrada dos europeus no país. Esse período apresenta uma legislação conturbada e contraditória, recebendo apoio conforme o interesse dos grandes latifundiários. Os imigrantes eram recrutados sob a promessa de posse de terra e, quando aqui chegavam, deparavam-se com inúmeras dificuldades (GIRON; NASCIMENTO, 2010). Essas famílias eram atraídas tanto para trabalhar na lavoura quanto nas fábricas que estavam surgindo. Em Caxias do Sul, os imigrantes europeus trabalhavam principalmente no meio rural e produziam para sua subsistência e para a comercialização. Com o passar dos anos e o aumento das famílias rurais, passa a faltar terra para destinar a todos os descendentes desses imigrantes. Esse processo inicia um movimento de migração para as cidades. Assim, as famílias menos favorecidas tornam-se proletárias e a mulher assume, além

de todas as atividades domésticas e familiares, uma posição nas indústrias locais (MACHADO, 1998).

Passados alguns anos, entre a chegada dos imigrantes e sua fixação na sociedade brasileira, iniciou-se um momento marcante na história política do país: em 1930 sobe ao poder executivo Getúlio Vargas. Getúlio tornou-se presidente por meio de voto indireto e permaneceu no poder por 15 anos, sendo deposto em 1945. Esse período foi marcado por uma grande crise mundial que apresentava uma produção agrícola sem mercado, fazendeiros indo à falência e muito desemprego nas grandes cidades. Novamente, em 1945, ele retorna ao poder, agora por meio do voto popular, mas não completa seu mandato, porque se suicidou em 1954. Pode-se caracterizar o período getulista em 3 fases: o Governo Provisório, em que governou por Decreto, pois se aguardava uma nova constituição para o país; o período da Constituição de 1934 e o período do Estado Novo, com um golpe de Estado autoritário, instituindo a primeira ditadura do país (FAUSTO, 2004). O desenrolar do contexto histórico brasileiro que apresento nesse texto, tem como fonte principal de pesquisa o trabalho do historiador Dr. Bóris Fausto.

No período de 1930 a 1945, Getúlio Vargas interviu em importantes questões relacionadas às demandas trabalhistas. Em novembro de 1930, criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Sancionaram-se leis que protegiam o trabalhador, que registravam os sindicatos pelo Estado e nasciam órgãos que serviam para arbitrar conflitos entre patrões e operários. Dentre essas leis, havia as que regulavam o trabalho de mulheres e menores, concediam férias e estabeleciam o limite de 8 horas para uma jornada normal de trabalho. Essas regras foram aceitas pelas associações de industriais e comerciantes, mas não sem antes tentarem combater a legislação, principalmente as que concediam benefícios aos trabalhadores. Da mesma forma, os sindicatos dos trabalhadores tentaram, em vão, evitar o vínculo com o Estado, mas a pressão que ocorreu pela própria base sindicalista, cedeu ao enquadramento. Ao final de 1933, o sindicalismo autônomo deixou de existir (FAUSTO, 2004, p. 335-336).

A menção ao Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio é importantíssima, dada a realidade encontrada nas fábricas. A população que antes controlava seu meio de produção na zona rural passa a obedecer a regras rígidas e normas disciplinares que eram impostas pelo empregador nas cidades. Esse regramento e esse controle no interior das fábricas iam desde a chegada dos funcionários até suas paradas para refeições e lanches. As idas e permanências no banheiro eram refreadas e os locais

de trabalho extremamente insalubres. Aos poucos, esse modelo de dominação do proletariado é estendido a sua vida privada, tornando a disciplina da fábrica uma extensão do seu cotidiano com a família. Toda essa situação dá início a movimentos de trabalhadores que desejavam melhorar suas condições de trabalho. Por isso, era de interesse do Estado manter os sindicatos sob sua “proteção”, acabando com o sindicalismo livre (MACHADO, 1998).

Também, em novembro de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde, objetivando formar uma elite mais bem preparada intelectualmente. O Decreto nº 19.444 de 1930 determinava que esse ministério seria composto por quatro departamentos: de Ensino, de Saúde Pública, de Medicina Experimental e de Assistência Pública. Ao Departamento de Ensino estavam vinculadas escolas de instrução secundária e universidades, museus e outras instituições. A novidade estava no acréscimo da Superintendência dos Estabelecimentos de Ensino Comercial. As medidas para promover a educação partiam do centro das cidades para a periferia, demonstrando uma visão centralizadora e autoritária. Já para o ensino superior havia uma preocupação com a criação de universidades que pudessem se dedicar ao ensino e à pesquisa.

Esse primeiro período do governo Vargas foi marcado pelo “tenentismo” e pela luta contra as oligarquias. Os tenentes passaram a fazer parte do governo a partir da Revolução de 1930 e buscavam o atendimento de planos econômicos que pudessem dar maior uniformidade às várias regiões do país. Queriam a instalação de uma indústria básica e apresentavam um programa de nacionalização que “incluía as minas, os meios de transporte e de comunicação, a navegação de cabotagem” (FAUSTO, 2001, p. 341). Assim, buscavam um governo federal centralizador e estável. Suas tentativas foram frustradas, despertando a ira de grupos dominantes em áreas desenvolvidas do país. São Paulo acabou deflagrando a Revolução Constitucionalista de 1932.

A 9 de Julho de 1932, iniciou, em São Paulo, a revolução contra o governo federal. Rio Grande do Sul e Minas Gerais ficaram de enviar reforços aos revolucionários, mas abdicaram, porque o Rio Grande do Sul decidiu apoiar Getúlio Vargas e enviar tropas contra os revolucionários paulistas. Rio Grande do Sul e Minas Gerais possuíam divergências com o poder central, porém as elites regionais dos dois estados não quiseram correr o risco de enfrentar um governo que haviam ajudado a colocar no poder há apenas 2 anos. No Sul, houve apenas uma rebelião que logo foi

derrotada. A ideia dos revolucionários era realizar um ataque fulminante contra a capital da República, o que não deu certo.

Como resultado dessa revolução, Fausto (2001, p. 350) nos diz que:

A 'guerra paulista' teve um lado voltado para o passado e outro para o futuro. A bandeira da constitucionalização abrigou tanto os que esperavam retroceder às formas oligárquicas de poder como os que pretendiam estabelecer uma democracia liberal no país. O movimento trouxe consequências importantes. Embora vitorioso, o governo percebeu mais claramente a impossibilidade de ignorar a elite paulista. Os derrotados, por sua vez, compreenderam que teriam de estabelecer algum tipo de compromisso com o poder central.

Sendo assim, nossa Constituição instituída em 16 de julho de 1934 nasceu de dois movimentos revolucionários importantes: a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932, que foi marco para a introdução do constitucionalismo social no Brasil. A Constituição de 1934 é considerada a mais criativa das constituições republicanas. Foi influenciada pelo corporativismo fascista e teve como características “a manutenção da estrutura organizacional da Constituição anterior, [...] do postulado da separação dos poderes, do sistema presidencialista e do regime democrático-representativo” (SARLET; MARNONI; MITIDIERO, 2013, p. 243). Também ocorreu a instituição dos Conselhos Técnicos e dos órgãos cooperativos e do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Houve o fortalecimento do Poder Executivo que, a partir desse momento, pôde decretar estado de sítio. Da Constituição anterior, manteve-se o mandato de 4 anos para o Presidente, mas sem a possibilidade de reeleição. A figura do Vice-Presidente deixou de existir nessa nova Constituição. O texto constitucional também possibilitou a criação da Justiça do Trabalho, que tinha competência para resolver conflitos entre empregados e empregadores.

Somente a partir dessa constituição é que temos presente a preocupação e o comprometimento com a realização de um Estado Social, originando um extenso rol de direitos sociais. Vale, portanto, mencionar o artigo 138 que promovia garantias para assegurar amparo aos considerados desvalidos com serviços sociais especializados, o estímulo à educação eugênica, amparo à maternidade e à infância, o atendimento a famílias numerosas, a proteção da juventude, editar medidas que proporcionem a diminuição da mortalidade infantil e o cuidado com a higiene mental.

O texto constitucional de 1934 era um texto bastante progressista, principalmente na área dos direitos sociais. Todavia, não teve a oportunidade de se

estabelecer na vida da população, pois 3 anos após a sua publicação ocorreu o golpe que deu lugar ao Estado Novo.

No dia 10 de novembro de 1937, tropas militares cercaram o Congresso e impediram que os congressistas entrassem. Na década de 30, observamos duas revoltas, as Revoluções de 1930 e de 1932. Essas revoltas promulgaram a Constituição de 1934. Porém, todas as agitações políticas que surgiam àquela época provocaram instabilidade e a impossibilidade da Carta de 1934 de se firmar como instituto, porque o Brasil também estava sob a influência das ideologias europeias, como as correntes fascistas, o nacional-socialismo, o socialismo e o comunismo, imputados pela crise econômica de 1929.

À noite do dia 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas anuncia a entrada de uma nova Constituição e de uma nova fase política no país. A Carta Constitucional havia sido elaborada por Francisco Campos e dava início ao chamado Estado Novo. Todo o contexto político da época permitiu que Getúlio Vargas, argumentando que era preciso manter a ordem, dissolvesse a Câmara e o Senado, promulgando o novo texto constitucional.

O texto constitucional de 1937 era totalmente desprovido de legitimação democrática. A intenção foi a de criar um Estado ditatorial constitucionalizado. O novo contexto, em que se apresentava um Estado autoritário e controlador, apresentava repressão à dissidência política, aos meios de comunicação e às organizações sindicais. A implantação do Estado Novo ocorreu sem grandes mobilizações, pois o movimento popular e os comunistas haviam sido abatidos e não podiam reagir. A classe dominante da época aceitava o golpe como algo inevitável e benéfico.

A Constituição de 1937 ficou conhecida como “A Polaca” devido à forte inspiração na Constituição da Polônia de 1935. O principal aspecto dessa nova Constituição foi o fortalecimento do Poder Executivo, concedendo o direito a uma intervenção ampla nas leis, permitindo a edição de Decretos-leis em tudo aquilo que fosse de competência da União.

No preâmbulo dessa Constituição, observam-se claramente as circunstâncias que o mundo estava atravessando nesse período. Ele menciona as perturbações da ordem devidos aos “[...] dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extrema ação de conflitos ideológicos [...]” (BRASIL, 1937) que acabam por utilizar da violência para resolver suas diferenças. Além disso, menciona a expansão mundial do comunismo que

precisa ser combatido com políticas severas e permanentes. Chama para apoiar as forças armadas e, assim, assegurar a unidade da nação, a honra e a independência do país.

Em relação ao controle de constitucionalidade, é marcante o perfil autoritário e centralizador dessa nova Constituição, uma vez que seu artigo 96, parágrafo único, diz que:

Parágrafo único - No caso de ser declarada a inconstitucionalidade de uma lei que, a juízo do Presidente da República, seja necessária ao bem-estar do povo, à promoção ou defesa de interesse nacional de alta monta, poderá o Presidente da República submetê-la novamente ao exame do Parlamento: se este a confirmar por dois terços de votos em cada uma das Câmaras, ficará sem efeito a decisão do Tribunal (BRASIL, 1937).

Nota-se aqui que o poder judiciário tinha pouca força ou nenhuma para tratar de constitucionalidade de lei, quando esta se referia a questões políticas. Além disso, o artigo 94 da CF/1937 retirou completamente qualquer possibilidade de o judiciário tratar dessas situações.

Por tratar-se de um governo ditatorial, logo buscou estatizar e nacionalizar a exploração de minas, das quedas de água e de outras fontes de energia, além de qualquer atividade industrial que pudesse ser caracterizada como essencial à economia e ao poder militar, de acordo com os ditames dos artigos 143 e 144 da Constituição de 1937. Assim, nessa fase, teremos a criação de diversas indústrias de base, que davam suporte a outras pequenas empresas que forneciam as matérias-primas. Podem-se citar algumas empresas criadas nesse período: Companhia Siderúrgica Nacional (1940), Companhia Vale do Rio Doce (1942), Fábrica Nacional de Motores (1943) e a Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945) (FAUSTO, 2001).

Com relação à política trabalhista, Fausto (2001, p. 373) destaca dois aspectos: “o das iniciativas materiais e o da criação de uma imagem de Getúlio Vargas como o protetor dos trabalhadores”. A Carta de 1937 retrocedeu quando voltou a adotar o princípio da unidade sindical. Na verdade, essa prática nunca havia sido abandonada, mas, na Constituição anterior, era prevista maior pluralidade nesse sentido. Em relação à possibilidade de os trabalhadores fazerem greve, isso passou a ser considerado “antissocial, nocivo ao trabalho e ao capital e incompatível com os superiores interesses da produção nacional” (artigo 139, CF 1937). Dessa forma, é

possível perceber a opressão sofrida pelos trabalhadores, quando se trata de defender seus direitos diante dos abusos de poder dos donos do capital.

Assim, em julho de 1940, criou-se a contribuição sindical, que serviria para financiar o sindicato e sua subordinação ao Estado. Essa contribuição era paga por todo o empregado, independentemente de estar filiado ao sindicato ou não, e correspondia a um dia de trabalho do trabalhador. O Banco do Brasil efetuava o recolhimento da contribuição e os valores ficavam assim destinados: “60% ao sindicato, 15% à federação, 5% a confederação e 20% ao Fundo Social Sindical” (FAUSTO, 2001, p. 374). Para o governo, manter os sindicatos sob sua guarda é, de certa forma, controlar as manifestações sociais por melhorias nas condições de trabalho e assegurar que as empresas e seus proprietários permaneçam fiéis à política adotada.

Em maio de 1939 foi criada a Justiça do Trabalho, e, com a sistematização e ampliação das leis trabalhistas, surge, em junho de 1943, a Consolidação das Leis Trabalhistas, a CLT.

Em relação às políticas salariais, a Constituição de 1934 já previa a possibilidade da instituição de um salário mínimo, de acordo com as perspectivas de vida de cada região do país. Porém, somente em maio de 1940 é que tivemos um Decreto-lei que tratava desse assunto. Da mesma forma como previsto anteriormente, o país foi dividido em regiões e o mínimo foi definido em relação às necessidades da população. Na capital federal, o mínimo foi estipulado em 240 mil réis mensais, muito mais do que o censo de 1940 indicava, ou seja, o valor de 205 mil. Assim, observa-se uma melhoria salarial significativa que, em seu primeiro momento, correspondeu aos seus objetivos expressos. Com o passar dos anos, esses objetivos perderam seus significados e o salário mínimo passou a representar uma importância irrisória.

Na fase final do Estado Novo, Getúlio Vargas iniciou um processo de abertura política gradual, por meio da edição da Lei Complementar nº 9 de 1945, que anunciava eleições gerais para garantir o funcionamento dos órgãos representativos. Todo esse esforço, porém, não impediu que Getúlio fosse deposto pelas forças armadas em 29 de outubro de 1945, instaurando um governo provisório exercido pelo então Ministro José Linhares. José Linhares exerceu o cargo até a eleição de Eurico Gaspar Dutra, que foi empossado em 31 de janeiro de 1946.

Entre os anos de 1939 e 1945, o mundo vivenciou a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, no final da guerra, passávamos por mais um período de transição política:

o golpe que depôs Getúlio Vargas. Após sua saída, os militares e a oposição liberal decidiram entregar a presidência, de forma transitória, ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Manteve-se o calendário eleitoral que previa eleições para 2 de dezembro de 1945. O então presidente da república, José Linhares, iniciou um processo de combate aos comunistas, invadindo sedes do PCB – Partido Comunista Brasileiro. Além disso, nomeou novos interventores nos Estados e substituiu alguns prefeitos.

Com o processo eleitoral se aproximando, iniciaram-se as campanhas eleitorais. Pela quantidade de comparecimentos, os comícios do brigadeiro Eduardo Gomes mostravam o seu favoritismo, frente a uma classe média de grandes centros urbanos. Reuniam-se em torno da bandeira da democracia e do liberalismo econômico.

Assim, era percebido que Dutra não entusiasmava os eleitores, e chegaram a cogitar a troca de candidato para alguém com maior apelo eleitoral. Porém, em 28 de novembro de 1945, Getúlio Vargas fez uma declaração pública em apoio a Gaspar Dutra, deixando claro que, se preciso, ficaria ao lado do povo e contra o presidente, caso este não cumprisse com suas promessas. Para Getúlio, era importante que Dutra tivesse apoio popular, pois ele mesmo beneficiou-se dessas eleições, investindo como senador pelo PSD – Partido Social Democrático do Rio Grande do Sul. Dutra foi eleito com 55% dos votos contra 35% atribuídos ao brigadeiro. Esse resultado só comprovou a força do PSD e o prestígio de Getúlio junto aos trabalhadores e o repúdio da grande massa ao antigetulismo associado aos interesses dos ricos.

As eleições legislativas foram realizadas para a Câmara e o Senado. Essas duas casas uniram-se como Congresso Constituinte até que fosse aprovada uma nova Constituição.

Ao final de janeiro de 1946, tomou posse como presidente da República Gaspar Dutra. Com a posse, iniciaram-se os trabalhos para a formação de uma nova Constituinte. Os principais debates ocorriam em torno de questões fundamentais. Em 18 de setembro de 1946, foi promulgada a nova Constituição brasileira.

A nova Constituição foi aprovada em um tempo relativamente curto, posto que surgiu da adoção, como texto base, da Constituição de 1934, contribuindo para a agilidade do processo de expedição da nova Carta Constitucional.

A Carta de 1946 distanciou-se da de 1937 e adotou as ideias liberais-democráticas, porém, em alguns pontos, abria caminho para a continuidade do

modelo corporativo. Assim, o país foi definido como uma República federativa, distribuindo poderes entre a União, os Estados e os Municípios, traçando diretrizes comuns à ordem econômica e social e prevendo direitos políticos e sociais. Além disso, fixaram-se as atribuições dos três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Sabendo-se que essa Constituição adotou o texto da Constituição de 1934, são perceptíveis ainda alguns pontos que inovou, dentre eles: a) a partir do Capítulo I, Título VI, artigos 131 e 133, observa-se que são eleitores todos os brasileiros maiores de 18 anos e que se alistarem de acordo com a lei eleitoral específica e que o alistamento é obrigatório para ambos os sexos, completando-se, assim, em relação aos direitos políticos, a igualdade entre homens e mulheres; b) no Capítulo II, Título V, no qual se trata da ordem econômica e social, foram definidos critérios relacionados aos recursos minerais e de energia elétrica; c) em relação à parte social do Capítulo II, Título V, destaca-se que os benefícios ali enumerados se assemelham muito com a Constituição de 1934. Entretanto, como novidade, a nova Carta Constitucional previu a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas:

Art. 157 - A legislação do trabalho e a da previdência social obedecerão nos seguintes preceitos, além de outros que visem a melhoria da condição dos trabalhadores:

[...]

IV - participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros da empresa, nos termos e pela forma que a lei determinar (BRASIL, 1946).

Infelizmente, esse direito dos trabalhadores acabou sem aplicação efetiva, pois não foi aprovada nenhuma lei que regulamentasse esse dispositivo.

Com relação à família, o Capítulo I, Título VI, artigo 163, determinava que esta era constituída pelo casamento de vínculo indissolúvel, o que gerou, à época, longas discussões entre os partidários e os adversários do divórcio. Todavia, prevaleceu a pressão da Igreja Católica e a opinião dos mais conservadores a respeito do assunto.

O período em que o Brasil foi governado pela Constituição de 1946, registrou diversas crises institucionais. Em 31 de janeiro de 1951, Getúlio Vargas tomou posse como novo presidente da República. Em seu mandato criou um projeto de caráter nacionalista que pretendia fortalecer o capital nacional. Priorizou a nacionalização do petróleo e criou a Petrobras em 1953. Também, nesse período, criou o BNDES, que gerava mecanismos de investimentos e desenvolvimento brasileiros. Em relação à

energia elétrica, criou a Eletrobrás, nos mesmos moldes da Petrobras, e que unificaria o sistema de geração e distribuição de energia elétrica no país.

Seu governo sofreu forte oposição tanto no país quanto fora dele, sendo que um dos principais opositores era o jornalista Carlos Lacerda, proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa* e membro da UDN. Em 1954, Lacerda sofreu um atentado próximo a sua casa, onde foi assassinado o major da aeronáutica Rubens Vaz que o acompanhava. Descobriram que esse atentado havia sido planejado pelo chefe de segurança pessoal de Vargas. A partir desse momento, levantou-se várias denúncias de corrupção no governo e os militares posicionaram-se contra Getúlio e exigiram que renunciasse ao governo. Em 24 de agosto de 1954, após deixar uma carta testamento, Getúlio suicidou-se.

O suicídio de Getúlio teve efeito imediato. A população saiu às ruas das grandes cidades e diferiu seu ódio nos alvos mais expressivos: queimaram caminhões que carregavam o jornal antigetulista *O Globo* e tentaram tomar o prédio de representação diplomática dos Estados Unidos (por ter sido um país que de várias formas tentou boicotar o governo de Getúlio). O vice-presidente Café Filho assumiu o posto de presidente e assegurou que em outubro de 1955 haveria novas eleições presidenciais.

Do período que se seguiu, teremos a eleição de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961), considerado de relativa estabilidade política, além de terem sido anos de otimismo, com altos índices de crescimento econômico e pela construção de Brasília. Os “cinquenta anos em cinco”, alardeados pela propaganda oficial, repercutiram em diversas camadas da população (FAUSTO, 2001).

Após o comando de Juscelino, sucedeu ao poder, em 1961, Jânio Quadros, encarnando as esperanças do futuro. Jânio iniciou seu governo ocupando-se de assuntos que nada tinham de relevantes para o cargo que assumira. Envolveu-se com a proibição do lança-perfume, do biquíni e das brigas de galo. Suas medidas mais sérias procuravam ser simpáticas à esquerda e aos conservadores, desagradando, assim, a todos. Em sete meses, renunciou ao cargo e lançou o país em uma grave crise política.

Sua renúncia fez com que os militares tentassem evitar a chegada do então vice-presidente, João Goulart. Nesse período, iniciou a chamada Campanha da Legalidade, tendo Leonel Brizola como um dos ativistas do movimento, que exigiam que a Constituição fosse cumprida. Além disso, Jango buscou apoio político nos EUA

e acabou, por meio dessas duas medidas, enfraquecendo a possibilidade de um golpe militar. Porém, o Congresso Nacional aprovou arbitrariamente o regime político de presidencialismo para o parlamentarismo, em virtude do risco que João representava em instaurar um governo comunista no Brasil.

Com o insucesso do parlamentarismo, em 1963, a população foi chamada para decidir em um plebiscito, se queria a volta do presidencialismo. A votação foi favorável ao presidencialismo e João Goulart assumiu o poder defendendo a promoção da distribuição de renda por meio das chamadas Reformas de Base. Essas reformas atingiam claramente os interesses dos grandes proprietários, do empresariado e das classes médias. Com isso, as Forças Armadas, juntamente com os Estados Unidos, começaram a idealizar o golpe contra Jango. No dia 04 de abril de 1964, o Senado anunciou a deposição do presidente da República, assumindo, em seu lugar, de forma provisória, Rainieri Mazzilli.

Partindo desse contexto histórico, o governo militar foi instituído aparentemente com o intuito de livrar o país da corrupção e do comunismo, posto que, externamente, presenciávamos o período da Guerra Fria. Porém, o novo regime mudou as instituições governamentais com os chamados Atos Institucionais, justificados como decorrentes do exercício do Poder Constituinte, intrínsecos a qualquer revolução.

A Constituição de 1967 foi profundamente influenciada pela Constituição de 1937, no qual seus princípios fundamentais foram incorporados. No novo texto constitucional, evitou-se falar em democracia, sempre utilizando a expressão “regime representativo”. Sarlet, Marinoni e Mitidiero (2013, p. 249) relacionam que as principais disposições da Carta Constitucional de 1967 foram:

- Exacerbação do poder centralizado na União e na figura do Presidente da República;
- Eleição indireta para a escolha do Presidente da República;
- Redução da autonomia individual, permitindo a suspensão de direitos e garantias constitucionais;
- A aprovação de leis por decurso de prazo, resquício do período autoritário do Estado Novo brasileiro;
- Prerrogativa do Presidente da República para expedir decretos-leis sobre segurança nacional e finanças públicas;
- Recrudescimento do regime no que tange à limitação do direito de propriedade, autorizando, para fins de reforma agrária, a desapropriação mediante pagamento de indenização em títulos da dívida pública.

Para a desesperança de um retorno a uma normalidade institucional democrática, o Ato Institucional número 5, de 1968 (com duração até o início de 1979),

decretou o recesso do Congresso Nacional. Esse novo instrumento ditatorial possibilitou ao poder executivo a suspensão aos direitos políticos dos indivíduos, inclusive cassando mandatos eletivos em todas as esferas legislativas e de governo. Além disso, suspendeu o *habeas corpus* em casos de crimes políticos, afastou da apreciação judicial os atos praticados com base no AI-5 e imputou ao Executivo legislar durante o período de recesso do Legislativo.

O AI-5, dentro de vários aspectos trágicos, consistiu no fortalecimento dos grupos de luta armada. Mesmo com todas as pressões sociais, o ato mantinha-se cada vez mais dentro dos ditames de uma ditadura brutal. A partir de 1969, ocorreu um aumento significativo nas ações armadas. Em janeiro de 1969, o capitão Carlos Lamarca, liderando um grupo de militares, assaltou o depósito de armas do Exército em Quitaúna, próximo a São Paulo. Posteriormente, descobriu-se que Lamarca era na realidade membro da VPR – Vanguarda Popular Revolucionária, grupo de extrema esquerda que lutou contra o regime militar em 1964.

Em 17 de outubro de 1969, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 1, que, devido à amplitude de suas reformas e à solidificação da ditadura militar, chegou a ser considerada um novo texto constitucional. Essa emenda serviu como “mecanismo de outorga de um novo texto constitucional, que na prática passou a reger a ordem jurídico-estatal brasileira” (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2013, p. 250).

Durante o período compreendido entre 1940 e 1969, encontraremos políticas que afetaram de forma significativa os direitos da população e uma clara ofensa e desestruturação da democracia no país. Nesse sentido, observam-se o descaso e o colapso na educação, que sofre sem recursos para o financiamento de suas atividades. As questões educacionais apresentadas nas constituições brasileiras e a formalização da profissão de contador serão abordados no subitem a seguir.

2.2 A EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE 1934 E DURANTE O ESTADO NOVO E O ENSINO PROFISSIONAL

Como apresentado no breve histórico da política brasileira, na década de 1930, o Estado Nacional ganha força e governa de forma intervencionista, atuando em diversas atividades sociais. É nesse período que verificamos, pela primeira vez, a determinação de que compete à União “traçar as diretrizes da educação nacional” (art. 5º, inciso XIV, da Constituição de 1934). Também, nesse mesmo inciso, o § 3º prevê

que os estados poderão legislar sobre o tema, caso ocorressem “lacunas ou deficiências da legislação federal, sem dispensar as exigências desta”.

A Constituição de 1934 apresentava, ainda, um capítulo exclusivo para a educação. O capítulo II, do Título V, trazia a educação como um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos (art. 149, da Constituição de 1934). Previa educação gratuita do ensino primário obrigatório, estendida aos adultos. Vinculava a receita arrecadada de impostos pelos entes federados na “manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos” (art. 156, da Constituição de 1934). Nessa Constituição, a União seria responsável por fixar um Plano Nacional de educação, que compreenderia todos os ramos e graus de ensino, além de coordenar e fiscalizar sua aplicação no território nacional.

Todavia, essa Constituição não chegou a provocar maiores mudanças no cotidiano da população. Porém, não se pode negar, conforme nos ensina Cury (2011, p. 23), que “ficaram registrados os compromissos com e na norma constitucional estabelecendo-se uma tradição virtuosa da busca do direito do cidadão e da cobrança do dever do Estado”. Serão esses compromissos os responsáveis pelas “bandeiras de lutas em prol de uma educação pública de qualidade mesmo quando o autoritarismo ditatorial impôs sua marca explícita na sociedade brasileira” (CURY, 2011, p. 23).

O texto da Constituição de 1937 acaba com a vinculação de impostos para o financiamento da educação. A educação passa então a ser o “[...] primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular” (art. 125, Constituição de 1937). Nesse mesmo período, que compreende o início do Estado Novo, teremos todas as consequências que a ditadura preconiza: censura, patriotismo, domesticação dos jovens com treinamento físico e moral (de acordo com o previsto no artigo 132 da Constituição de 1937), além da previsão de que o ensino profissional se destina às classes menos favorecidas. Torna-se, então, dever do Estado fundar institutos de ensino profissional, conforme prevê o artigo 129 daquela Constituição. Cury (2011) observa que a maior parte das Leis Orgânicas do Ensino foram publicadas a partir do golpe de 1937.

As chamadas Leis Orgânicas foram assim denominadas apesar de não terem sido aprovadas e promulgadas pelo Congresso Nacional, mas instituídas compulsoriamente. Dois Decretos-leis são importantes nesse período: o Decreto-lei

nº 4.073 e o nº 4.244, ambos de 1942. Esses decretos formam a matriz que serviu para a elaboração de diversos outros Decretos-leis, inclusive do nº 6.141 de 28 de dezembro de 1943, que instituiu o ensino comercial.

O ensino comercial no Brasil começou a ser oficializado ainda na década de 1930, com o Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931, que compunha as reformas promovidas na educação por Francisco Campos e foi assinado pelo então presidente da república Getúlio Vargas. O decreto organizou e estruturou todo o ensino comercial definindo 4 etapas: o curso propedêutico, os cursos técnicos, o curso superior de administração e finanças e o curso de auxiliar do comércio. Essa estrutura está definida no artigo 2º do referido decreto:

Art. 2º O ensino comercial constará de um curso propedêutico e dos seguintes cursos técnicos: de secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e de perito-contador e, ainda, de um curso superior de administração e finanças e de um curso elementar de auxiliar do comércio [...] (BRASIL, 1931).

Este mesmo artigo definia, em suas alíneas, as disciplinas que deveriam ser cursadas em cada uma das etapas. No curso propedêutico, era ensinado português, francês, inglês, matemática, geografia, corografia do Brasil, história da civilização, história do Brasil, noções de física, química e história natural, caligrafia. Nos cursos técnicos, aprendia-se datilografia, mecanografia, estenografia, desenho, francês comercial, inglês comercial, correspondência portuguesa, francesa e inglesa, geografia econômica, matemática comercial, matemática financeira, cálculo atuarial, estatística, economia política e finanças, seminário econômico, direito constitucional e civil, direito comercial, prática do processo civil e comercial, legislação fiscal, legislação de seguros, contabilidade (noções preliminares), contabilidade mercantil, contabilidade industrial e agrícola, contabilidade bancária, merceologia e tecnologia merceológica, técnica comercial e processos de propaganda, história do comércio, indústria e agricultura, organização de escritórios.

Para o curso superior de administração e finanças, o artigo 2º do mesmo decreto determinava as seguintes disciplinas: matemática financeira; geografia econômica, economia política, finanças e economia bancária, história econômica da América e fontes da riqueza nacional, direito constitucional e civil, direito internacional comercial, direito administrativo, direito industrial e operário, direito público internacional, política comercial e regime aduaneiro comparado, legislação consular,

ciência da administração, contabilidade de transportes, contabilidade pública, psicologia, lógica e ética, sociologia. Por fim, os alunos aprendiam, no curso de auxiliar do comércio, as seguintes matérias: caligrafia, datilografia, português, inglês, aritmética, contabilidade (noções preliminares) e contabilidade mercantil.

Os cursos técnicos voltados especificamente para atuação direta na área contábil eram o curso de guarda-livros, o curso de atuário e o curso de perito-contador. A legislação da época, Decreto nº 20.158 de 1931, definia também a grade curricular e período para formação, que pode ser verificada no quadro abaixo:

Quadro 1 – Período e disciplinas dos cursos técnicos da área contábil

Curso	Disciplinas		
	Primeiro Ano	Segundo Ano	Terceiro Ano
Guarda-livros	Contabilidade (Noções preliminares); Matemática comercial; Noções de direito comercial; Estenografia; Mecanografia.	Contabilidade mercantil; Matemática comercial; Legislações fiscal; Técnica comercial e processos de propaganda; Estenografia; Mecanografia.	
Atuário	Contabilidade (Noções preliminares); Matemática comercial; Noções de Direito constitucional e civil; Legislação fiscal; Esterografia; Mecanografia	Contabilidade mercantil; Matemática financeira; Noções de Direito comercial terrestre; Economia Política e Finanças; Merceologia e tecnologia merceológica; Técnica comercial e processos de propaganda.	Contabilidade dos seguros; Cálculo atuarial; Legislação de seguros; Estatística; Seminário econômico.
Perito-contador	Contabilidade (noções preliminares); Matemática comercial; Noções de Direito constitucional e civil; Legislação fiscal; Estenografia; Mecanografia.	Contabilidade mercantil; Matemática financeira; Noções de direito comercial terrestre; Merceologia e tecnologia merceológica; Técnica comercial e processos de propaganda; Economia Política e Finanças.	Contabilidade industrial e agrícola; Contabilidade bancária; História do comércio, indústria e agricultura; Prática do processo civil e comercial; Seminário econômico; Estatística.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931 (2021).

Os alunos que desejassem cursar os técnicos deveriam, primeiramente, ser aprovados no curso propedêutico. No artigo 11 do Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931, eram exigidos do aluno os seguintes documentos para inscrição nesses cursos:

Art. 11. Para matrícula no 1º ano do curso de secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e perito-contador serão exigidos os documentos seguintes:

- a) certificado de conclusão do curso propedêutico, ou certificado de aprovação na 5ª série do curso secundário, expedido pelo Colégio Pedro II ou institutos congêneres, a este equiparados ou sob o regime de inspeção;
- b) atestado de identidade;
- c) atestado de idoneidade moral;
- d) atestado de sanidade;
- e) recibo de pagamento da taxa de matrícula (BRASIL, 1931).

Os alunos que concluíam os cursos técnicos recebiam diplomas de guarda-livros, atuário e perito-contador. Esses diplomas, de acordo com o artigo 53, do Decreto nº 20.158, eram obrigatoriamente registrados na Superintendência do Ensino Comercial. Dessa forma, os profissionais estavam habilitados para exercerem suas funções em entidades públicas ou privadas.

Outra importante legislação que devemos mencionar é o Decreto-Lei nº 6.141 de 28 de dezembro de 1943, promovido pelas reformas na educação do ministro Gustavo Capanema, durante a ditadura de Vargas. Essa legislação instituiu a Lei Orgânica do Ensino Comercial:

Art. 1º Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino comercial, que é o ramo de ensino de segundo grau, destinado às seguintes finalidades:

1. Formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio e bem assim de funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados.
2. Dar a candidatos ao exercício das mais simples ou correntes atividades no comércio e na administração uma sumária preparação profissional.
3. Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de profissionais diplomados na forma desta lei (BRASIL, 1943).

Nessa nova legislação, os cursos de ensino comercial passam a ter três categorias: cursos de formação, cursos de continuação e cursos de aperfeiçoamento (Art. 3º do Decreto-Lei nº 6.141 de 1943). O primeiro ciclo do curso de formação compreende o curso comercial básico que era ministrado em 4 anos. Após essa primeira etapa, havia o segundo ciclo do ensino comercial, formado por 5 cursos, a saber: Curso de comércio e propaganda, Curso de administração, Curso de contabilidade, Curso de estatística, Curso de secretariado. Cada um desses cursos possuía a duração de 3 anos. Com relação aos cursos de continuação e de aperfeiçoamento, os artigos 6º e 7º disciplinavam:

Art. 6º Os cursos de continuação, que também se denominarão cursos práticos de comércio, são de primeiro ciclo, e destinam-se a dar a candidatos não diplomados no ensino comercial uma sumária preparação profissional

que habilite às mais simples ou correntes atividades no comércio e na administração.

Art. 7º Os cursos de aperfeiçoamento poderão ser do primeiro ou do segundo ciclo, e têm por finalidade proporcionar a ampliação ou elevação dos conhecimentos e capacidades técnicas de profissionais diplomados (BRASIL, 1943).

Assim, os cursos de continuação permitiam uma preparação condensada do profissional para a execução das atividades pertinentes ao comércio e à administração. Já os cursos de aperfeiçoamento buscavam ampliar a competência técnica dos profissionais. Essa legislação também focou fortemente nas formas de avaliação desses alunos, definindo trabalhos escolares e exames de suficiência.

Essas duas legislações formam a base do ensino técnico contábil e mostram a importância desse profissional para o desenvolvimento econômico, já que a organização das contas das entidades passou a permitir a análise aprofundada das informações.

O conhecimento do contexto histórico brasileiro entre 1940 e 1969 nos possibilitará a análise das relações entre a identidade dos sujeitos entrevistados e o contexto histórico em que esses profissionais formados nos cursos comerciais estavam inseridos durante esse período. Para tanto, iniciarei retratando o contexto histórico caxiense nessa época.

2.3 O CONTEXTO HISTÓRICO DE CAXIAS DO SUL

Esta seção tem por objetivo contextualizar o período histórico da cidade de Caxias do Sul entre os anos de 1940 e 1969, iniciando pela imigração e colonização e apontando aspectos políticos, econômicos, sociais, educacionais e culturais da cidade.

Caxias do Sul é uma cidade localizada na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, nas terras provenientes da “Encosta Superior da Serra, entre os rios das Antas, e as colônias alemãs do baixo Taquari e bacia do Rio Cai” (MACHADO, 1998, p. 31), em uma área de 144 mil braças quadradas (cada braça corresponde a 4,48 m²), que equivale a 16 léguas quadradas. Seu povoamento iniciou em 1875, com os imigrantes italianos. Em Caxias do Sul, os imigrantes europeus trabalhavam principalmente no meio rural e produziam tanto para sua subsistência quanto para a comercialização (MACHADO, 1998).

Os imigrantes recém-chegados a Caxias do Sul viviam da agricultura, sendo que sua primeira safra foi colhida em 1878. Não havia trabalho assalariado, posto que as famílias trabalhavam para seu próprio sustento. Como o trabalho na colônia era duro e a necessidade de ferramentas e outros artigos se fez necessária, era preciso busca-los junto a Porto Alegre. Porém, o acesso e a viagem eram muito difíceis, o que fez com que os moradores começassem a incentivar seus parentes na Itália a emigrarem também, trazendo consigo peças de tecidos, ferramentas e outros instrumentos de trabalho.

O desenvolvimento da produção local se deu exatamente devido ao isolamento da cidade em relação à capital e às dificuldades em conseguir os produtos de que necessitavam. Outro fator importante está no fato de esses imigrantes chegarem ao Brasil no auge da Revolução Industrial na Europa, trazendo consigo técnicas, métodos de trabalho e utensílios que, inevitavelmente, geraram maior estímulo ao surgimento das indústrias na cidade de Caxias do Sul. Com o passar dos anos e o aumento das famílias rurais, passa a faltar terra para destinar a todos os descendentes desses imigrantes. Esse processo inicia um movimento de migração para as cidades. Assim, as famílias menos favorecidas tornam-se proletárias e a mulher assume, além de todas as atividades domésticas e familiares, uma posição nas indústrias locais (MACHADO, 1998).

Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998, p. 51) destacam que “[...] em 1884 já existiam em Caxias 25 negociantes, 8 sapateiros, 4 padeiros, 2 farmacêuticos, 5 ferreiros, além de outros [...]”. Também, segundo as mesmas autoras, a população entre 1875 e 1885 já era constituída de 10.521 habitantes e no recenseamento de 1890 esse número já havia crescido para 15.142. Com o crescimento da população, diferentes artigos começaram a se fazer necessários e, devido ao capitalismo, iniciou-se um processo de diferenciação econômica entre os produtores rurais e as classes produtoras urbanas. Os agricultores vendiam sua produção para o comércio local que pagava preços baixos, enquanto estes revendiam os produtos com lucros muito maiores, o que resultou no acúmulo do capital por parte de uma parcela pequena da população.

Giron (1977, p. 76) nos apresenta que o crescimento econômico da cidade de Caxias do Sul, no período compreendido entre 1890 e 1975, foi impulsionado em parte pela Grande Guerra, mas também devido à “[...] instalação do telégrafo (1895), a construção da ferrovia (1910), ligando o município à capital, a instalação de energia

elétrica (1913) [...]”, terminando com o isolamento da região. Um dado relevante para essa pesquisa é o crescimento econômico ocorrido entre 1950 e 1975, que saltou de 413 para 1.443 indústrias e de 450 para 1.671 casas comerciais. Foram ao todo 2.251 novos negócios em 25 anos de expansão econômica. A população, no mesmo período, também demonstra um aumento significativo, sendo de 54.000 habitantes em 1950 e 180.000 em 1975, correspondendo a um aumento de 126.000 habitantes em 25 anos.

Tabela 1 – Evolução econômica de Caxias do Sul entre 1890 e 1975

Ano	1890	1899	1910	1925	1950	1975
Indústrias	120	204	235	280	413	1.443
Casas Comerciais	38	168	186	235	450	1.671
População	10.000	16.000	18.000	32.000	54.000	180.000

Fonte: Giron (1977, p. 76).

A ampliação da agricultura e do comércio se estende também à indústria, iniciando-se pela vitivinicultura. Com o processo de industrialização se desenvolvendo na cidade, surge também a necessidade de formar profissionais que possam atuar junto às fábricas. Essa formação do trabalhador é apresentada por Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998, p. 65):

Cada modo de transformar a matéria-prima exige um determinado tipo de trabalhador. No artesanal, a habilidade do trabalhador é um requisito fundamental a ser desenvolvido também pela “escola”, pois o produto dependerá exclusivamente da virtuosidade do trabalhador na utilização de sua ferramenta. Na manufatura, com a introdução da divisão do trabalho, a “escola” e o sistema produtivo terão que inculcir no trabalhador a necessidade de submeter-se a uma coordenação, que se faz necessária a partir da fragmentação introduzida no processo produtivo. Na maquinofatura, a alienação do trabalhador é concluída, pois nesse estágio ele não só se submete a uma coordenação, como também à própria máquina, que passam a determinar a forma e o ritmo da produção.

Inicialmente, a fabricação, principalmente do vinho, era realizada de forma artesanal e caseira. O desenvolvimento de tecnologias permitiu que a produção apresentasse maior qualidade e os poucos produtores que detinham o capital e o conhecimento eram mais competitivos e lucravam mais. Para desenvolver a indústria de vinhos e demais atividades que despontavam àquela época, a educação apresenta-se como formadora de uma população dentro das necessidades das fábricas, em que era preciso a subordinação, o cumprimento das regras e horários e a produtividade em larga escala.

É preciso ressaltar que o proletariado no Brasil, no começo do século XX, era constituído principalmente por mulheres e crianças. Nesse período, foram arrebatados muitos imigrantes europeus com o objetivo de substituir a mão de obra escrava. Essas pessoas chegaram ao país com a expectativa de melhorar suas condições de vida, já que a situação social em seus países de origem não estava nada fácil. Assim, entre 1880 e 1930, desembarcaram no país 3,5 milhões de imigrantes (RAGO, 1997). Boa parte desses indivíduos era formado por imigrantes italianos e se estabeleceram na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, onde receberam terras na encosta da serra¹.

¹ LUCHESE, Terciane Ângela. **O processo escolar entre imigrantes da Região Colonial Italiana do RS – 1875 a 1930: leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita.** 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2007.

Figura 2 – Trabalhadoras da Tecelagem Matteo Gianella (Caxias do Sul, 1910)



Fonte: Caxias do Sul (1910). Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Caxias do Sul/RS.

Dentre esse contingente, encontraremos muitas mulheres e crianças, que passaram a trabalhar nas indústrias de fiação e tecelagem devido ao processo de fabricação ser muito manual. Como demonstra a Figura 2, que apresenta o interior da Tecelagem Matteo Gianella, em Caxias do Sul, no ano de 1910, é possível observar um contingente feminino atuando nessa tecelagem. Na Figura 6, abaixo, além de mulheres, é possível observar também a atuação de crianças nessa fábrica². A participação feminina em setores como metalurgia, calçados e mobiliário era escassa, sendo ocupado principalmente por homens. Aos homens, também eram destinados os cargos de lideranças nessas fábricas, no qual há relatos das funcionárias sobre inúmeros casos de abusos sexuais e maus-tratos. Em relação às mulheres negras e mulatas, encontraremos um grande número trabalhando em “[...] atividades domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras, vendedoras de rua e prostitutas” (RAGO, 1997, p. 582).

² Ramon Victor Tisott, em sua dissertação de mestrado intitulada “Pequenos trabalhadores: Infância e Industrialização em Caxias do Sul (fim do século XIX e início do século XX)” nos apresenta uma análise da participação de crianças no processo de industrialização da cidade de Caxias do Sul.

Figura 3 – Trabalhadores da Tecelagem Matteo Gianella (Caxias do Sul, 1915)



Fonte: Caxias do Sul (1915). Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Caxias do Sul/RS.

A marcha das mulheres para a liberdade foi bastante turbulenta e de muitas lutas contra preconceitos. Nas fábricas, eram obrigadas a trabalhar até 16 horas por dia, sem direitos trabalhistas, como horas extras. Em casa, eram submetidas aos caprichos do marido e aos cuidados da casa e dos filhos. Tudo isso em prol de dignidade e de sustento para si e sua prole. A sociedade e a igreja as julgavam como prostitutas e pregavam que lugar de mulher é em casa, no trato e na educação dos filhos. Filhos esses que, aliás, consideravam como os mais novos patriotas do país e que não podiam ter uma mãe que não se fizesse presente, pois era ela quem formaria esse cidadão (RAGO, 1997).

A inserção das mulheres no mercado de trabalho foi longa e árdua. Aos poucos, essas pioneiras conquistaram seu lugar, para além do que as autoridades e os homens de ciência da época intencionavam. Porém, mesmo hoje, um século depois, é perceptível que ainda haja condutas e comportamentos que tencionem discussões acerca da capacidade feminina de assumir atividades antes absorvidas apenas pelos homens. São por isso tão importantes as lutas feministas por igualdade de gênero.

Este capítulo pretendeu apresentar o contexto histórico do período definido nesta pesquisa. O estudo das constituições, entrelaçadas com fatos históricos, aponta diversas crises políticas, sociais e de lutas por direitos trabalhistas. Nesse período, também se observam os movimentos feministas iniciando sua atuação no Brasil em busca de reconhecimento para as mulheres que fortemente atuaram no desenvolvimento econômico do país. A referência a essas lutas se faz presente, pois essa pesquisa utilizou-se de narrativas de mulheres, porém, não houve a pretensão de discorrer sobre o tema, tendo em vista que esta pesquisa se dedicou à constituição profissional das participantes, a partir de suas memórias. A contextualização histórica e social intentou a construção do momento no qual estão inseridos os relatos das participantes.

3 O COLÉGIO SÃO CARLOS E O CURSO SUPERIOR DE COMÉRCIO NA CIDADE DE CAXIAS DO SUL

Ao longo da história, a educação e a profissionalização feminina têm sido sempre relegadas a um plano secundário. Muitas vezes também são objeto de distorções do ponto de vista dos homens e até das próprias mulheres que, por força das imposições culturais, assimilam valores masculinos e aceitam ser confinadas à reprodução biológica e às esferas privadas sem questionar esses papéis. Isso implica o estabelecimento de relações de poder entre os dois sexos que passam, também, pela questão do saber, dado que conhecimento e poder estão necessariamente interligados. Manter o dominado longe do saber foi e continua sendo uma estratégia eficiente no controle e na manutenção de mecanismos de dominação (ALMEIDA, 1998, p. 31).

Este capítulo apresenta os principais pontos acerca da escolarização na cidade de Caxias do Sul e retrata a história do Colégio São Carlos e da Escola Superior do Comércio. Inicialmente, é retrata a educação na cidade desde os primórdios da colonização até o período em que surgem as escolas de comércio.

3.1 ASPECTOS DA EDUCAÇÃO NA CIDADE DE CAXIAS DO SUL

Nas transcrições feitas por João Spadari Adami, no livro *História de Caxias do Sul (Primeiro Tomo)*, encontraremos um relatório elaborado pelo engenheiro chefe da comissão de lotes, Bacharel Manuel Barata Góis, apontando que, em 30 de julho de 1885, a população da cidade era de 10.591 pessoas em idades entre 0 e 75 anos, formada por 5.707 pessoas do sexo masculino e 4.884 do sexo feminino. Dentre esse contingente, apenas 2.856 sabiam ler, contra 7.735 que eram analfabetos. Ainda, a naturalidade dos habitantes era composta por 7.237 italianos, 1045 austríacos (Tiroleses Austríacos), 416 alemães, 12 franceses, 5 espanhóis e 1876 brasileiros (os brasileiros são, em sua maioria, de origem estrangeira) (ADAMI, 1981, p. 26).

Nos textos de Adami, identificamos também a transcrição de diversos pedidos realizados ao Conselho Municipal de Caxias, entre o final do século XIX e início do século XX, para que fossem disponibilizados recursos para a educação local. Tendo em vista o descaso com a instrução, os colonos organizam-se de forma que os moradores mais instruídos ministravam aulas aos adultos analfabetos, aos jovens e às crianças. A solução encontrada pelos moradores gerou uma didática muito particular, que não era comprometida com um sistema rígido de ensino, mas que atendia às necessidades da população. Apesar de todo o esforço para manter esses estabelecimentos, os recursos escassos e a obrigação dos colonos com a dívida da compra de suas terras impeliram a população a exigir do governo a manutenção financeira dessas escolas.

Em decorrência da dívida contraída com as terras, os colonos viam na escola um grande peso para as finanças familiares. Permitir que os filhos e as filhas frequentassem esses estabelecimentos significava a perda de força de trabalho nas lavouras. Além disso, as escolas eram financeiramente mantidas pelos cidadãos e, por isso, manter a escola e manter os filhos estudando era muito dispendioso. As famílias avaliavam a educação de formas muito diferentes, pois a realidade econômica de cada uma delas influenciava diretamente na permanência dos filhos. Segundo Dalla Vechia, Herédia e Ramos (1998, p. 93), “em várias localidades não existia escola; em outras, a escola representava uma despesa, pois não era considerada por certos colonos como investimento, visto sua visão pragmática do trabalho na terra”.

A falta de escolas em geral, mas, principalmente, destinadas às meninas, pode ser observada desde o período imperial. Na Constituição de 1824, observa-se uma certa preocupação com a educação, mas foi com a Lei de 15 de outubro de 1827 que teremos uma das primeiras tentativas de regulamentar a educação no Brasil. Essa lei, promulgada na época do império, tratava da criação das escolas em cidades, vilas e lugares mais populosos para o ensino das primeiras letras e da contratação de professores. Também, definia a necessidade de os professores serem aprovados por exame do currículo, a ser estudado pelos alunos, e dos ordenados a serem percebidos. Em seu art. 11, a lei estabelecia que “Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento.” Esse artigo deixa claro o descaso com o ensino das meninas, visto que ele não é obrigatório e fica a critério do Presidente defender sua instituição ou não.

O artigo 6º da referida lei trata dos conteúdos a serem ensinados pelos professores:

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil (BRASIL, 1827).

Nesse artigo, o legislador atribui que o ensino da matemática deverá ser realizado pelo professor aos meninos. Às meninas, cabe o que disciplina o Art. 12, no qual as professoras ensinarão os conteúdos previstos, “[...] no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações [...]” (BRASIL, 1827). Nas escolas para meninas, as professoras ensinavam esses conteúdos e as prendas que se destinavam à gestão doméstica, formando mulheres destinadas a se preocuparem com o casamento e seus afazeres.

De acordo com as leis que regiam a educação no estado em 1871, o ensino primário era obrigatório para as crianças de 7 a 15 anos, com previsão de multa e prisão para os pais que descumprissem as regras. A legislação foi complementada mais tarde, em 1888, pelo Ato número 219, que mantém a obrigatoriedade para os indivíduos entre 7 a 15 anos do sexo masculino e de 7 a 13 anos para o sexo feminino. Apesar da legislação se esforçar em obrigar as crianças e os adolescentes a estudarem, o próprio estado e o município eram relapsos em relação às condições e ao aparelhamento das escolas na região. A própria Lei Orgânica do Município de 1892 não faz menção à educação. É de se pressupor que havia o conhecimento dessa necessidade entre o conselho municipal e a população, não apenas de escolas que ensinassem a ler, escrever e contar, mas que oportunizassem o processo de nacionalização dessa população (DALLA VECCHIA; HERÉDIA; RAMOS, 1998).

É notório, pois, que as legislações federais e estaduais previssessem regimes e obrigações distintas para o ensino primário de meninos e meninas. Os meninos podiam avançar ainda dois anos nos estudos segundo o previsto na legislação estadual. Essa distinção será observada também no interior das famílias dos imigrantes, regidas pelo sistema patriarcal, em que à mulher couberam todas as atividades domésticas e também o cuidado com animais, hortas, pomares e consertos nos arredores da propriedade. Além disso, era comum a sua participação no preparo

da lavoura, no plantio e na colheita. Suas atividades eram consideradas inferiores e, aos homens, cabiam as atividades remuneradas.

Os imigrantes, ao se estabelecerem na região, fizeram prevalecer diversos costumes trazidos da Europa, dentre eles o da sucessão. Aos homens cabia a terra, quando o pai morria, enquanto as filhas mulheres não tinham direito nenhum. Saíam de casa apenas com o dote para o casamento, que era adquirido a partir de seu árduo trabalho. Juntavam dinheiro para seu enxoval, máquina de costura e objetos de uso doméstico. Esse dote mostrou-se mais um encargo na vida da mulher da zona rural, que, além dos afazeres da propriedade da família, saía para vender produtos artesanais e do cultivo da terra na cidade para obter os recursos necessários para o casamento.

Como alternativa à vida de sacrifícios e de submissão ao pai e aos irmãos na zona rural, as fábricas tornam-se uma alternativa de sobrevivência para muitas mulheres que saem do interior para a cidade. Essas mulheres encontram trabalho nas fábricas e também como domésticas e babás em famílias mais abastadas. Muitas chegam ao centro urbano com pouca ou nenhuma escolaridade.

Em Caxias do Sul, a educação e o desenvolvimento econômico da cidade acabam por entrelaçar-se. No início da década de 1930 até 1945, vamos observar uma escola que objetivava o ensino das letras, da escrita e dos números. De acordo com o depoimento de Olga Ramos Brentano, citada por Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998, p. 131), “o que se esperava era que a escola ensinasse e ensinasse bem, de sorte que os alunos, ao concluírem o curso, estivessem aptos a ler, escrever e contar, com segurança e corretamente”. Observa-se que a intenção da escola no município era de alfabetização, que facilitava o ingresso nas indústrias e o trabalho dentro das fábricas.

Nesse mesmo período, conforme destacou-se anteriormente, observamos na política brasileira o início do Estado Novo. Getúlio Vargas, a partir do Decreto-Lei nº 868 de 18 de novembro de 1938, estabelece exigências quanto à nacionalização do ensino primário em todos os núcleos da população de origem estrangeira. No Rio Grande do Sul, o Decreto nº 7.614 de 12 de dezembro de 1938 exige que as aulas sejam ministradas exclusivamente em português. A partir desse decreto, a escola se vê obrigada a assumir pensamentos integralistas e nacionalistas, e o uso de línguas estrangeiras torna-se proibido, o que afeta consideravelmente a permanência dos alunos nas escolas do município.

Após o período do Estado Novo, foi promulgada a Constituição Federal de 1946, que permitiu reavaliar as políticas e as diretrizes da educação nacional. A partir dessa nova Constituição, iniciou-se, pelo Decreto-Lei nº 8.529 de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário), o amparo à educação primária pública, que se encontrava abandonada, exceto pelas escolas particulares, administradas por ordens religiosas. Nessa Constituição, encontraremos, em seu artigo 168, os princípios a serem adotados pela legislação do ensino, em que alguns pontos são relevantes:

Art 168 - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

[...]

II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;

III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes;

IV - as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores (BRASIL, 1946).

Nesse artigo, em seu inciso III, observa-se que há uma transferência de responsabilidade pela educação da população, tanto adulta quanto infantil, para as empresas que empregassem mais de cem funcionários. Essa estratégia do governo federal pode estar relacionada com a necessidade de diminuição do analfabetismo no país. Nas entrevistas realizadas, as participantes citam a existência de bolsas de estudos, inclusive patrocinadas por empresas da região, o que pode estar relacionado com as legislações federais, estaduais e municipais da época, como demonstrado pela Carta de 1946.

Conjuntamente à legislação federal, vamos encontrar a Constituição do estado do Rio Grande do Sul, de 1947, e a Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul, de 1948, que praticamente transcreveram os dizeres da lei federal. Além da necessidade de reestruturação do ensino primário, que deveria atingir todas as regiões do município, principalmente as áreas rurais, onde o acesso era precário, em 1956 instituiu-se o ensino profissional de grau primário no estado pela Lei 2.963 de 1956. Essa lei, porém, não traz maiores detalhes sobre os cursos profissionalizantes a serem ministrados, trata apenas que é de competência do Poder Executivo estadual “[...] o estudo e a elaboração do regulamento do ensino profissional primário e expedir os decretos necessários à sua execução” (art. 4º, da Lei nº 2.963 de 23 de outubro de 1956).

A partir de 1946 e 1948, o ensino na cidade de Caxias do Sul apresenta maior impulso com a fundação de 23 cursos supletivos e a organização de Bibliotecas Rurais circulantes (GIRON, 1977, p. 79). Também nesse período, nasce o museu municipal e é reestruturada a Biblioteca Pública, além de um jornal ligado à Secretaria Municipal de Educação (GIRON, 1977, p. 79). Em seus estudos, Giron (1977) relacionou os dados quanto ao número de escolas, professores e alunos entre 1900 e 1974. Para esse trabalho, selecionei as informações relativas ao período compreendido entre 1940 e 1969:

Tabela 2 – Escolas Municipais de Caxias do Sul – 1940 a 1969

Ano	Escolas	Professores	Nº de alunos
1947	100	122	2.896
1959	187	218	4.805
1960	188	270	3.975
1961	192	275	4.123
1962	198	289	4.384
1963	201	310	4.667
1964	149	239	3.034
1965	157	239	3.573
1966	172	258	4.079
1967	177	260	4.402
1968	181	307	4.901
1969	179	354	5.994

Fonte: adaptado de GIRON (1977, p. 80).

De 1947 a 1963, observa-se que o número de escolas no município dobrou, crescendo também o número de professores e de alunos. A partir de 1964, há uma queda no número de escolas, professores e alunos, tornando a crescer gradativamente até 1969. Nesse período, as legislações educacionais apresentavam “[...] flexibilidade curricular e regimental, com descentralização e atendimento regional” (VECCHIA; HERÉDIA; RAMOS, 1998, p. 156), o que possibilitou acordos entre o estado e o município. Esses acordos surgem a partir do Decreto nº 11.192/1960, com a criação de programas com cooperação recíproca entre os entes federados que objetivou implantar o ensino primário na zona rural.

A década de 1960 é marcada também pela publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 4.024/1961. Essa legislação foi amplamente

discutida, pois decorreu de um projeto datado de 1948 e que teve a participação de Paulo Freire na coordenação, propondo significativas alterações “[...] nas linhas de ação educacional” (VECCHIA; HERÉDIA; RAMOS, 1998, p. 157). Essa legislação não alterou expressivamente a estrutura do ensino estabelecida pela Reforma Capanema, “[...] mas impôs uma flexibilidade com o estabelecimento da equivalência dos cursos” (VECCHIA; HERÉDIA; RAMOS, 1998, p. 157).

A Lei nº 4.024/1961 trazia, em seu artigo 47, a previsão do ensino técnico de grau médio, sendo que, entre os cursos previstos, encontrava-se o curso comercial. Nessa lei, o curso comercial era ministrado em dois ciclos: o ginásial, com duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos. O § 1º, do artigo 49, tratava das disciplinas a serem estudadas, sendo que “as duas últimas séries do 1º ciclo incluirão, além das disciplinas específicas de ensino técnico, quatro do curso ginásial secundário, sendo uma optativa” (§ 1º, artigo 49, da Lei nº 4.024/1961). Para o segundo ciclo do curso, a lei previa, no § 2º, do artigo 49, que seriam estudadas, “[...] além das disciplinas específicas do ensino técnico, cinco do curso colegial secundário, sendo uma optativa” (§ 2º, artigo 49, da Lei nº 4.024/1961).

Assim, as legislações que regulamentaram a formação de profissionais da área contábil, no período compreendido neste estudo, foram o Decreto nº 20.158 de 1931, que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão do contador, sendo que não há revogação expressa dessa legislação; o Decreto-Lei nº 6.141 de 1943, em que se encontra a Lei Orgânica do Ensino Comercial; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/1961, que atualmente encontra-se revogada. Foi com base nesses estatutos que encontraremos, na cidade de Caxias do Sul, as primeiras escolas de formação técnica comercial:

Quadro 2 – Escolas de Ensino Comercial (1930 a 1940)

Décadas	Escola	Curso	Início	Fim	Observações
1930/1940	Escola Técnica de Comércio de Caxias do Sul (Colégio Nossa Senhora do Carmo)	Comercial	1938	1974	Destinada à formação de meninos. Formação de Técnico em Contabilidade, adapta-se à Reforma de Ensino da Lei 5.692/1971.

	Escola de Alfabetização Abramo Eberle	Alfabetização de trabalhadores (inicialmente), Primário Completo, Aulas de Contabilidade e Desenho Técnico e Artístico	1939	-	Fundada e mantida pela Metalúrgica Abramo Eberle. Funcionou por mais de 30 anos. Destinado aos funcionários da empresa.
1940/1950	Escola Técnica de Comércio São Carlos	Comercial	1940	1974	No período de 1940 a 1951, a escola era anexa à Escola Técnica de Comércio de Caxias do Sul. Em 1952, tornou-se independente. Formação de Técnico em Contabilidade adapta-se à reforma de Ensino - Lei 5.692/71.

Fonte: Adaptado pela autora a partir de Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998, p. 287).

O Colégio Nossa Senhora do Carmo passa a oferecer o curso comercial em 1917 até 1924 para, em 1938, dar início à Escola Técnica de Comércio de Caxias do Sul. Essa escola trabalhava em prol da educação de meninos. Na mesma década, no ano de 1939, é fundada a Escola de Alfabetização Abramo Eberle, que também oferecia aulas de contabilidade. Ela foi fundada e mantida pela Metalúrgica Abramo Eberle, durante muitos anos, e tinha como objetivo a educação dos funcionários da empresa.

Figura 4 – Formatura da Escola Técnica de Comércio do Ginásio Nossa Senhora do Carmo (1946)



Fonte: Caxias do Sul (1946). Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Caxias do Sul/RS.

A Figura 4 nos mostra a formatura da Escola Técnica de Comércio do Ginásio Nossa Senhora do Carmo, datada de 1946, seis anos após o Colégio São Carlos iniciar o curso Técnico Comercial para as meninas que lá estudavam. O Colégio Nossa Senhora do Carmo é uma escola particular do município, naquela época frequentado apenas por meninos. O curso era ministrado aos alunos desde 1917, ou seja, vinte e três anos antes do Colégio São Carlos oferecer o curso às suas alunas (DALLA VECCHIA; HERÉDIA; RAMOS, 1998).

Na década de 1940, surge a Escola Técnica de Comércio São Carlos. Essa escola, entre 1940 e 1951, era anexa à Escola Técnica de Comércio de Caxias do Sul, mantida pelo Colégio Nossa Senhora do Carmo. Somente em 1952, ela se torna uma escola independente. O Colégio São Carlos iniciou suas atividades em 1936 e, segundo Forner (2018), atendia tanto meninos quanto meninas. Houve um movimento interno idealizado pelas Irmãs Scalabrinianas de transformar a escola em um reduto para a formação de meninas dentro das regras da religião e dos bons costumes.

Observa-se, assim, que a inserção feminina na profissão contábil teve como marco inicial a década de 1940, em que se constata o primeiro acesso a essa formação na cidade de Caxias do Sul. Dados do Conselho Regional de Contabilidade apresentados em 2019 mostram que, entre 1947 e 1959, foram registrados 8.907 profissionais, sendo que o registro de mulheres representa apenas 6,11%, enquanto que o de homens é de 93,88%. Esse levantamento pode ser melhor observado na tabela a seguir:

Tabela 3 – Número de profissionais registrados no CRC/RS entre 1947 a 2018

Período	Homens		Mulheres	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
1947 a 1959	8.362	93,88	545	6,12
1960 a 1969	7.218	89,16	878	10,84
1970 a 1979	10.005	77,80	2.854	22,20
1980 a 1989	10.918	65,95	5.638	34,05
1990 a 1999	12.059	54,56	10.045	45,44
2000 a 2009	7.293	44,23	9.197	55,77
2010 a 2018	6.176	35,41	11.267	64,59

Fonte: CRC/RS (2018, p. 19).

No período definido neste trabalho (entre as décadas de 1940 a 1960), nós teremos um total de 17.003 profissionais registrados, sendo que desse total apenas 1.423 são mulheres. Além disso, temos que levar em consideração que esses dados se referem a todo o estado do Rio Grande do Sul e a registros tanto na categoria profissional “contador” quanto “técnico em contabilidade”. Esse estudo quer demonstrar a influência dos cursos técnicos para a formação profissional das contabilistas caxienses que optaram por essa profissão. Por isso, é tão importante ouvir o relato dessas senhoras que, talvez, sem perceber, construíram um caminho que hoje é trilhado com segurança por muitas de nós.

3.2 A HISTÓRIA DO COLÉGIO SÃO CARLOS E DO CURSO TÉCNICO COMERCIAL

A história das Irmãs de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas tem início em 1895, quando, em 25 de outubro daquele ano, “[...] quatro irmãs emitiram votos religiosos nas mãos de Dom Scalabrini, em Piacenza” (*Jornal Correio Riograndense*, 11 de novembro de 1987). Em 1887, Dom João Battista Scalabrini deu início ao “Projeto de uma Associação de Sacerdotes para os Migrantes”, que se estabeleceu inicialmente em São Paulo e tinha como principal objetivo ajudar os imigrantes italianos a se estabelecerem em suas novas pátrias e superarem as dificuldades e as tristezas que essa nova vida poderia gerar.

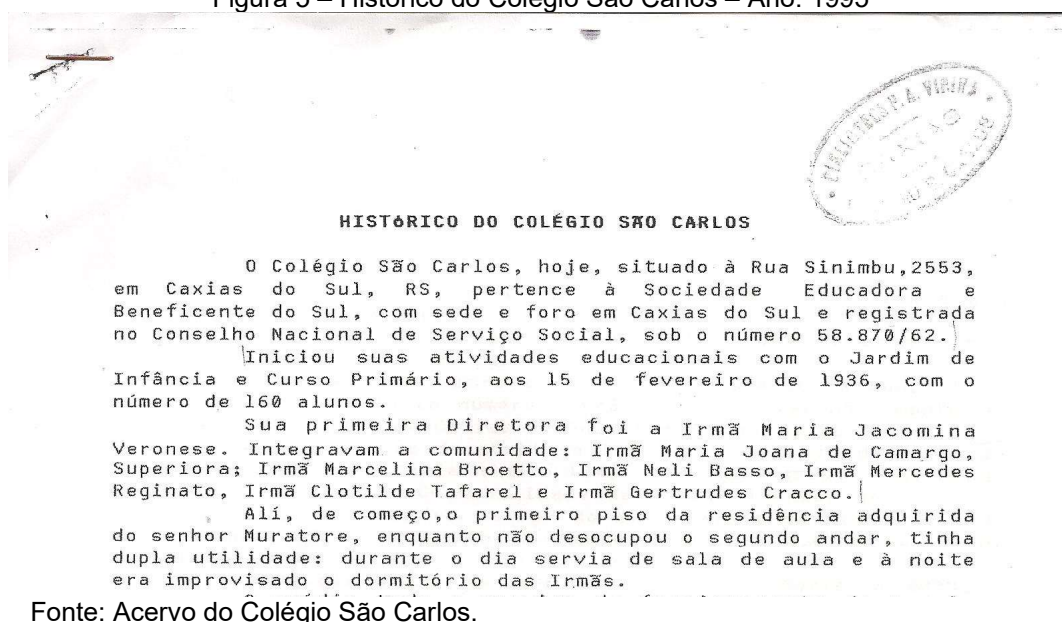
A missão da congregação iniciou de forma ímpar, com o padre Giuseppe Marchetti, em São Paulo. Marchetti chegou ao Brasil em um navio, acompanhando imigrantes italianos. Durante a viagem, um dos viajantes tentou se jogar ao mar com seu filho, pois sua esposa havia falecido. O jovem padre então o convenceu a não realizar o ato, com a promessa de encontrar um lar para o pobre órfão. Assim, ao escrever para Dom Scalabrini, alertou-o de que “os órfãos têm pai, mas não têm mãe” (*Jornal Correio Riograndense*, 11 de novembro de 1987). Sugere, pois, que seja criada a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeu (Scalabrinianas). Com o passar do tempo, a missão das evangélicas se estabeleceu em diversas outras cidades do país e do exterior.

De acordo com o estudo realizado por Paz (2013), a presença das irmãs em Caxias do Sul se deve ao convite realizado pelo Padre João Meneguzzi, conhecido pelas escolas paroquiais daquela época e que eram coordenadas por ele. Ele intencionava que as irmãs participassem de seu projeto educacional. Assim, as

primeiras religiosas chegam ao município em 1934, destinadas a estudar e se preparar para o exercício do Magistério.

Na visita realizada ao colégio, foram identificados alguns documentos, incluindo uma pasta na biblioteca da escola na qual encontrei um texto intitulado “Histórico do Colégio São Carlos”. A data ao final do material é do dia 27 de outubro de 1995 e fora assinado por Eclair Dall’Agnol, secretária da escola à época. Os escritos de Eclair traçam uma linha do tempo, desde a fundação do colégio, incluindo legislações como Portarias, Atos e Pareceres. Esse material auxiliou na reconstrução da história do colégio e do curso objeto deste estudo.

Figura 5 – Histórico do Colégio São Carlos – Ano: 1995



Na imagem, podemos verificar o início do texto construído por Eclair em 1995. O material fora redigido no computador e impresso por meio de impressoras matriciais. O trabalho da secretária possui ao todo dezoito páginas. Muitas das informações que fazem parte desse capítulo foram retiradas do histórico. A estrutura do texto nos traz a história do colégio de forma bem linear, mencionando os anos de atuação da escola e do curso técnico em estudo.

Assim, com base nesses dados, foi possível a realização de buscas por materiais complementares que preenchessem as lacunas encontradas no histórico.

O Colégio São Carlos foi fundado em 1936 pelas irmãs da Congregação de São Carlos Borromeu e situa-se à Rua Sinimbu, número 2.553, em Caxias do Sul – RS. As atividades educacionais da escola iniciaram em 15 de fevereiro de 1936, com

160 alunos frequentando o jardim de infância e o curso primário. A primeira diretora da escola foi a Irmã Maria Jacomina Veronese. Além dela, integravam o quadro de irmãs: Irmã Maria Joana de Camargo, Superiora; Irmã Marcelina Broetto, Irmã Neli Basso, Irmã Mercedes Reginato, Irmã Clotilde Tafarel e Irmã Gertrudes Cracco.

Figura 6 – Prédio do Colégio São Carlos – Data aproximada: 1946



Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Autoria da fotografia: Studio Geremia.

Inicialmente, a escola funcionava no primeiro prédio, à esquerda na fotografia. O prédio foi adquirido do Sr. Muratore, sendo que o primeiro piso servia como sala de aula durante o dia e como dormitório das irmãs durante a noite. O segundo prédio, à direita, foi construído posteriormente e inaugurado em 1946, de acordo com registros pesquisados no *Jornal Pioneiro*³, de 24 de março de 1951.

³ O *Jornal Pioneiro* circula na cidade de Caxias do Sul, desde 1948. Atualmente, faz parte do Grupo RBS e mantém-se muito próximo à população, incentivando sua participação nos assuntos locais. Fonte: <https://www.gruporbs.com.br/atuacao/pioneiro/>. Acesso em: 18/02/2022.

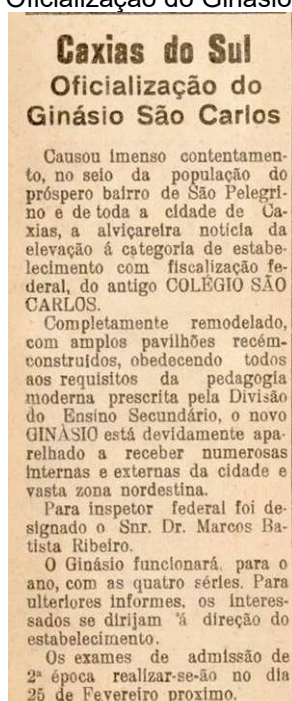
Figura 7 – Alunos do primeiro ano – 1936



Fonte: *Jornal Pellegrino*, 21/27 de outubro de 1995. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882623&pesq=carlistas&pasta=ano%20198&hf=memoria.bn.br&pagfis=780>. Acesso em: 16 out. 2021.

Em 1936, foi fundado o curso elementar e, pela fotografia dos alunos do primeiro ano, é possível verificar que a escola, inicialmente, atendia tanto meninos quanto meninas. Porém, o colégio passou a atender apenas ao público feminino e, em 1945, foi elevado à categoria de Ginásio, passando a receber fiscalização federal, sendo que o inspetor designado foi o Dr. Marcos Batista Ribeiro.

Figura 8 – Oficialização do Ginásio São Carlos



Fonte: *Jornal Correio Riograndense*, 19 de dezembro de 1945. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=882054&pesq=&pagfis=836>. Acesso em: 16 out. 2021.

Na nota publicada pelo *Jornal Correio Riograndense*⁴, observa-se a intenção em recrutar alunas tanto para o internato quanto externato, o que nos mostra que a escola intencionava se tornar um centro educativo voltado para o público feminino.

Os anseios da sociedade caxiense, à época do início das atividades educacionais do Colégio São Carlos, eram o de uma comunidade que estava em processo crescente de urbanização e que almejava educar suas filhas, não apenas para as atividades domésticas. Como relatado no capítulo anterior, as mulheres caxienses participaram ativamente do processo de industrialização da cidade, muitas delas migrantes das zonas rurais e que tinham pouca ou nenhuma escolarização. De acordo com Forner (2018, p. 126), “acredita-se que o Colégio era frequentado por crianças da elite [...]”, porém, é possível que a escola também atendesse alunas de baixa renda por meio de bolsas de estudos, como nos relatam as entrevistadas desta pesquisa.

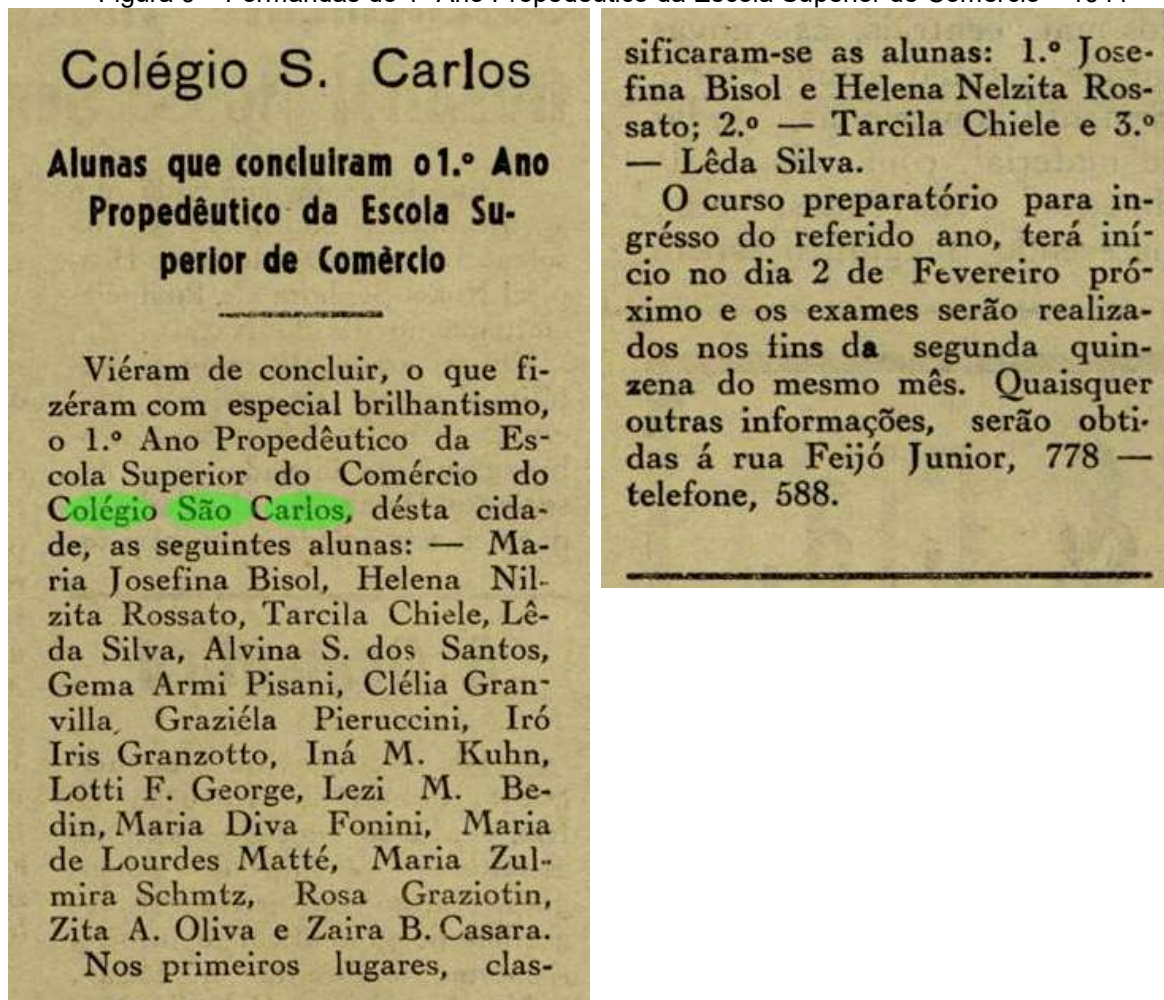
Outra hipótese de que a escola mantinha alunas de famílias pobres está nos princípios que regem a Congregação Carlista, que é o de atender aos imigrantes, principalmente italianos, que chegaram à cidade em busca de dias melhores. A Congregação das Irmãs foi fundada com o intuito de atuar na educação, na catequização e na saúde dos que saíram de suas pátrias para se estabelecerem na cidade.

Com o rápido crescimento de Caxias do Sul, como nos demonstra Giron (1977, p. 76), ao informar o salto quantitativo das indústrias e casas comerciais e da população caxiense no período compreendido entre 1925 e 1975, a escola em estudo também buscou adaptar-se e a oferecer outros cursos. Assim, em 1939, fundou o Curso de Datilografia, anexo à Escola Remington Oficial de Irma Valiera. Em 1940, iniciou o Curso Propedêutico Comercial (secção feminina) anexo ao Ginásio Nossa Senhora do Carmo com a matrícula de 18 alunas. Em 1943, inaugurou o Curso Superior de Comércio (Peritas Contadoras) anexo ao Ginásio Nossa Senhora do Carmo, com 12 alunas (informações do acervo do Colégio São Carlos).

⁴ O *Jornal Correio Riograndense* foi fundado em 1909. Tratava-se de um jornal que possuía tiragem semanal, em língua italiana, idealizado para as famílias evangelizadas pelos missionários capuchinhos, mas que também tratava de assuntos gerais da região. Em 1941, com a proibição da circulação de jornais em língua estrangeira, passou a ser editado em língua portuguesa. Fonte: <https://www.capuchinhosrs.org.br/caprs/nossa-missao/meios-de-comunicacao/jornal-correio-riograndense>. Acesso em: 18/02/2022.

As primeiras alunas do Curso Propedêutico Comercial se formaram em 1941, e sua formatura foi indicada no jornal *A Época*⁵, de 1941:

Figura 9 – Formandas do 1º Ano Propedêutico da Escola Superior de Comércio – 1941



Fonte: *Jornal A Época*. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882089&pesq=%22Col%C3%A9gio%20S%C3%A3o%20Carlos%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=548>. Acesso em: 16 out. 2021.

Nesse período, os cursos de formação técnica da área comercial eram regidos pelo Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931, que também regulamenta a profissão de contador. Para ingressar no curso propedêutico, as alunas necessitavam realizar prova de admissão, em que seriam cobrados conhecimentos sobre as seguintes matérias: português, francês, aritmética, geografia (art. 3º do Decreto 20.158/1931). Dessa forma, o curso propedêutico era a primeira parte da formação e previa as

⁵ O Jornal *A Época* foi fundado em 1938, na cidade de Caxias do Sul, e possuía como missão ser um “Jornal da mocidade em prol das aspirações coletivas”. Fonte: http://memoria.bn.br/pdf/097209/per097209_1938_00001.pdf. Acesso em: 18/02/2022.

seguintes matérias: 1) Português; 2) Francês; 3) Inglês; 4) Matemática; 5) Geografia; 6) Corografia do Brasil; 7) História da Civilização; 8) História do Brasil; 9) Noções de Física, Química e História Natural; 10) Caligrafia (art. 2º, alínea “a”, do Decreto 20.158/1931).

Segundo o Decreto 20.158/1931, após a formação propedêutica, era necessário realizar o exame de admissão ao curso técnico. Os alunos aptos ingressavam no curso. Esse decreto apresentava as disciplinas que seriam cursadas pelos peritos contadores, conforme demonstra a tabela a seguir:

Quadro 3 – Relação de disciplinas para o Curso de Perito Contador – Decreto 20.158/1931

	Disciplinas	Ementa
Primeiro Ano	Contabilidade (noções preliminares)	Ensino teórico e prático. Exercícios de escrituração de um estabelecimento comercial, desenvolvendo-se tanto nos livros principais como nos auxiliares, com aberturas, movimento e encerramento das respectivas operações. O programa terá em vista a completa coordenação de ideias com as demais cadeiras de Contabilidade, no propósito de evitar secção de continuidade no método de ensino. Organização, arquivo e modelos de documentos de caixa.
	Matemática comercial	Compra e venda, percentagens, cambio, juros e descontos simples.
	Noções de Direito constitucional e civil	Principais disposições da Constituição Federal; conhecimento geral das matérias do direito civil de mais importância para a vida prática.
	Legislação fiscal	Estudo especializado das leis e regulamentos fiscais, principalmente das tarifas aduaneiras; leis do selo, do imposto de consumo e sobre a renda e vendas mercantis. Exercícios práticos sobre a incidência das taxas, execução da escrita fiscal, declarações de rendas e manejo dos principais formulários. Será estudada em cada Estado e município a respectiva legislação fiscal.
	Estenografia	Visa preparar o aluno a fazer, com facilidade, o apanhado de notas e ditados necessários à correspondência comercial, contratos, petições, etc.
	Mecanografia	a) datilografia, em máquinas dotadas de teclado universal. O aluno deverá ficar em condições de escrever corretamente e com agilidade, sem olhar para o teclado; b) Conhecimento e manejo das máquinas de calcular, dos mimeógrafos, duplicadores, máquinas de registrar, tabular, coleccionar e quaisquer outras de uso corrente.
Segundo Ano	Contabilidade mercantil	Estudo do inventário e do balanço; idem de casas com sucursais, tendo contabilidade centralizada na matriz ou contabilidade independente; idem de operações especiais, comissões e consignações; participações, regimes aduaneiros, cálculo de faturas estrangeiras; idem das sociedades comerciais, de capital fixo e variável.
	Matemática financeira	Juros compostos, capitalização e amortização de empréstimos. Noções de cálculo diferencial e integral. Cálculo das diferenças finitas.
	Noções de direito comercial terrestre	Ato de comércio e sociedades mercantis. Contratos e obrigações em geral. Noções de direito industrial.
	Merceologia e tecnologia merceologica	Principais matérias primas utilizadas pela indústria. Nomenclatura e origem dos diversos produtos minerais, vegetais e animais e respectiva utilização; mercados principais, estatística dos negócios realizados anualmente e preços correntes. Aspectos gerais e locais.
	Técnica comercial e processos de propaganda	a) generalidades sobre o comércio; pessoas que nele intervêm. Operações comerciais. Circulação de mercadorias. Centros de negócios: mercados, bolsas e feiras livres; caixas de liquidação e garantias; valores mobiliários; bancos e operações bancárias. Depósitos de mercadorias; armazens, trapiches, entrepostos; armazens das docas e armazens gerais; documentos que emitem. Clausulas contratuais de compra e venda;
	Meios correntes de publicidade	
	Economia Política e Finanças	Leis fundamentais: descrição das instituições e relações comerciais, industriais e agrícolas.
Terceiro Ano	Contabilidade industrial e agrícola	a) evolução industrial. Organização das empresas industriais. Elementos do "custo industrial". A mão de obra e os gastos gerais de fabricação. Métodos de contabilização e verificação do custo industrial; b) Estudo teórico e prático da contabilidade agrícola, conforme já esboçado em outras ramificações da contabilidade. Monografias sobre a contabilidade industrial e agrícola.
	Contabilidade bancária	Orientação idêntica à de outros ramos da contabilidade, mas em relação a um estabelecimento bancário. Organização, arquivo e modelos de documentos de caixa.
	História do comércio, indústria e agricultura	Estudo sucinto das diversas transformações por que passaram o comércio, a indústria e a agricultura desde os tempos antigos até os nossos dias.
	Prática do processo civil e comercial	Instituições e repartições comerciais. Feitura de escritos e documentos públicos e particulares. Contratos em geral. Procurações. Locação de serviços e de prédios. Certidões, traslados e públicas formas. Petições em geral. Perícia contábil. Concordatas e falências; exames e perícias dentro e fora delas. Quesitos complementares e suplementares. Laudo pericial. Noções gerais do juízo e do processo comercial e arbitral. Execução, sequestro, penhora e arrematação; adjudicação e remissão. Cobrança em inventário e em concurso de credores.
	Seminário econômico	Complemento dos estudos de Economia Política e Finanças, com monografias obrigatórias sobre temas correlatos.
	Estatística	Generalidades. Bases da estatística. Métodos empregados. Valor dos algarismos. Do absoluto e do relativo. Média. Curvas de frequência. Utilidade dos gráficos. Cartogramas.

Fonte: adaptado pela autora do art. 6º, alínea "e", do Decreto 20.158/1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-publicacaooriginal-34450-pe.html>. Acesso em: 18 out. 2021.

A fundação do Curso Superior de Comércio pelo Colégio São Carlos, em 1943, ocorreu no mesmo ano em que foi assinado o Decreto-Lei nº 6.141 de 28 de dezembro de 1943. Esse decreto trata da Lei Orgânica do Ensino Comercial. Sendo assim, para o ano de 1944, as escolas técnicas necessitaram adaptar sua organização à nova

ordem. Essa legislação determinava que o ensino comercial seria ministrado em dois ciclos, sendo desmembrados em cursos: cursos de formação, cursos de continuação e cursos de aperfeiçoamento. No primeiro ciclo, os alunos recebiam apenas uma formação, sendo ela o curso comercial básico. No segundo ciclo, são apresentados os cursos comerciais técnicos, dentre eles o Curso de Contabilidade. Assim, para ingressar no segundo ciclo, era necessária a apresentação dos seguintes requisitos:

Art. 20. O candidato à matrícula inicial em qualquer dos cursos de formação deverá apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado.

Art. 21. Além das condições referidas no artigo anterior, deverá o candidato satisfazer o seguinte:

I. Para o curso comercial básico:

- a) ter pelo menos onze anos, completos ou por completar até o dia 30 de junho;
- b) ter recebido satisfatória educação primária;
- c) ter revelado, em exames de admissão, aptidão intelectual para os estudos a serem feitos.

II. Para os cursos comerciais técnicos: ter concluído o curso comercial básico ou o curso de primeiro ciclo do ensino secundário ou do ensino normal.

Parágrafo único. É facultado a cada estabelecimento de ensino comercial prescrever, no respectivo regimento, a exigência de exames de admissão para concessão da matrícula inicial em qualquer dos cursos de que trata o n. II do presente artigo (BRASIL, Decreto-Lei nº 6.141/1943).

O parágrafo único do artigo 20 do Decreto-Lei nº 6.141/1943 determina que os estabelecimentos de ensino comercial poderiam facultativamente prescrever a exigência de exames de admissão para a matrícula do aluno. O Colégio São Carlos promovia esses exames, o que pode ser constatado a partir de publicações realizadas no *Jornal O Momento*, em 1944:

Figura 10 – Chamada para realização de exames e matrículas – 1944

Escola Superior de Comércio

A partir do dia 15 do corrente, encontrar-se-ão abertas as inscrições para os vários cursos da Escola Superior de Comércio do **Colégio São Carlos**, que funciona anexa ao Ginásio N. S. do Carmo.

Documentos exigidos: Para o curso técnico, certificado de conclusão do Curso Ginásial ou do 3. ano propedêutico. Para exame de admissão ao curso básico comercial, certidão civil, provando ter a candidata de 12 anos completos ou a completar até 30 de junho, atestado médico e de vacina, ambos com firma reconhecida.

Para o curso primário, certidão civil. Os exames de admissão e os de segunda época do **Curso Comercial**, realizar-se-ão no dia 24 do corrente. Os de segunda época do curso primário, no dia 29 do corrente. Para maiores esclarecimentos, dirigir-se à Secretaria todos os dias úteis, das 9 às 12 horas e das 14 às 17 horas.

Fone 539.

Fonte: *Jornal O Momento* de 12 de fevereiro de 1944. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882615&pesq=%22Curso%20Comercial%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=2823>. Acesso em: 16 out. 2021.

Nos recortes do *Jornal O Momento*⁶ de 1944, vamos observar que, para realizar o exame de admissão ao curso básico comercial, a candidata deveria ter 12 anos completos ou a completar até 30 de junho do corrente ano. Além disso, deveria apresentar atestado médico e de vacinas, como previsto no artigo 20 do Decreto-Lei nº 6.141/1943.

Figura 11 – Publicidade do Colégio São Carlos – 1944

COLEGIO SÃO CARLOS

Dirigido pelas Reverendas Irmãs Missionárias de São Carlos

CAXIAS-SUL — Rua Feijó Junior, 778 — Fone 589

Internato - Externato - Semi-Internato

Escola Superior do Comercio — Curso Ginásial — Curso Primário — Escola Oficial Remington de Dactilografia
Cursos Especializados de Musica, Pintura e Trabalhos Manuais

Abertura das aulas: Curso Primário: 1.º de Março
Escola Superior do Comercio e Curso Ginásial: 15 de Março

As Matrículas para Ingresso a todos os Cursos citados, estarão abertas a partir do dia 15 de Fevereiro.

Exame de Admissão para o Curso Ginásial na 2.ª quinzena de Fevereiro

Fonte: *Jornal O Momento* de 09 de dezembro de 1944. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882615&pesq=%22Curso%20Comercial%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=3021>. Acesso em: 16 out. 2021.

A Lei Orgânica do Ensino Comercial tratou dos cursos, dos tipos de estabelecimentos de ensino comercial, da estrutura dos cursos, dos trabalhos

⁶ O *Jornal O Momento* nasceu em 1933, com ideologia republicana liberal, seu diretor era João B. Paganelli. Fonte: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=24394&p=0>. Acesso em: 18/02/2022.

escolares e complementares, além da divisão e distribuição do tempo escolar. Preocupou-se com a avaliação dos alunos, com os diplomas, com a educação moral e cívica e com a organização escolar. Porém, não elaborou a grade curricular dos cursos, apesar de prever a regulamentação especial para esse fim:

Art. 59. Constitue matéria de regulamentação especial a definição da estrutura dos cursos de formação do ensino comercial: enumeração e seriação das disciplinas e disposições especiais sôbre os programas de ensino para essas disciplinas e para as práticas educativas (BRASIL, Decreto-Lei 6.141 de 28/12/1943).

Diante disso, é possível que a estrutura das disciplinas tenha se mantido de acordo com o previsto no Decreto 20.158/1931, pois não há referências a uma legislação específica sobre o assunto.

Em 1945, três anos após o início do Curso Superior de Comércio, ocorreu a primeira formatura de Contadoras pelo Colégio São Carlos:

Figura 12 – Primeira Formatura de Contadoras com seu Paraninfo – 1945



Primeira Formatura de Contadoras com seu Paraninfo - 1945.

Fonte: Acervo do Colégio São Carlos. Revista Comemorativa 50º aniversário, Colégio São Carlos.

Esse é um marco histórico de fundamental importância para as estudantes. A proposição de um Curso Comercial, voltado exclusivamente para o público feminino, tornou-se, inclusive, matéria a ser destacada pelo *Jornal Pioneiro* de 1951:

concessão ocorreu pela Portaria nº 184 (dados fornecidos no Histórico do Colégio São Carlos, por Eclair Dall’Agnol).

O Curso Técnico de Contabilidade do Colégio São Carlos funcionou até o ano de 1988, quando foi inativado. Os motivos dessa decisão, de acordo com a Diretora da escola, Itelvina Rosa Bassani (citada pela secretária Eclair Dall’Agnol, no Histórico do Colégio São Carlos, 1995, p. 9), decorre da necessidade da escola de oferecer um melhor atendimento aos alunos, o qual

exigiria um investimento muito elevado do Colégio para proporcionar ensino mais condizente com a finalidade do curso; número reduzido de alunos frequentando o curso, atualmente; pouca procura do Curso Técnico em Contabilidade; evasão escolar.

Nesse período, o colégio já havia adotado a frequência mista. Naquele ano, após inúmeras reuniões com o Governo Provincial, com os Diretores de outras escolas particulares da cidade e com o Presidente do Sindicato dos Contadores de Caxias do Sul, decidiu-se pela desativação “temporária” do curso, garantindo o seguimento dos alunos matriculados no Colégio La Salle ou no Colégio Nossa Senhora do Carmo. Contudo, o curso nunca mais voltou a acontecer no Colégio São Carlos.

O presente capítulo explanou a situação da educação na cidade de Caxias do Sul, desde o início da colonização na região. Abordaram-se as dificuldades enfrentadas pela população de imigrantes recém-chegados frente à falta de recursos para a educação. Consideraram-se, também, os dados da educação na cidade no período compreendido entre 1940 e 1969, no qual se percebe a crescente evolução do ensino. Outro fato relevante para a construção da identidade profissional das entrevistadas é a oferta de cursos técnicos na área contábil, contextualizada a partir da história do Colégio São Carlos. Constatou-se que os cursos disponíveis à época só eram ministrados para os meninos. Quando o colégio assumiu o ensino comercial destinando às meninas, vislumbramos um avanço social e de oportunidades de carreira para as mulheres. As aulas e toda a dinâmica em torno do processo formativo serão melhor abordadas no capítulo seguinte.

4 HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO CURSO COMERCIAL

A linguagem oral, usada pelo narrador e captada pelo entrevistador na prática de ouvir depoimentos representados por lembranças recuperadas pela memória, tem sido uma das escolhas metodológicas da História Oral e Social e vem privilegiando um lado subjetivo e afetivo do ser humano que é o desejo de contar histórias, de dar depoimentos sobre sua vida, de lembrar o passado e os anos vividos como se, por esse procedimento, o tempo passado pudesse, de alguma forma, novamente estar presente (ALMEIDA, 1998, p. 51).

Este capítulo apresenta a análise das entrevistas realizadas com ex-alunas do Curso Técnico em Contabilidade da Escola Técnica de Comércio São Carlos. Para compreender o percurso histórico das narrativas realizadas, buscou-se analisar as entrevistas sob três categorias: os processos de escolarização (concentrando-se nos percursos iniciais de formação), as memórias de um processo formativo na área técnica e as relações entre o processo formativo e a prática profissional.

As senhoras entrevistadas estão abaixo relacionadas no Quadro 4, em que são fornecidas informações prévias sobre elas. A realização das entrevistas ocorreu com a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), para que as entrevistadas se sentissem seguras sobre os procedimentos adotados para a pesquisa. Todas elas assinaram o documento autorizando o uso da entrevista para fins científicos.

Quadro 4 – Relação de entrevistadas

Nome	Data de Nascimento	Naturalidade	Formação Técnica	Ano da Formatura
Rita Zuleica Fernandes	03/10/1950	Caxias do Sul	Escola Técnica de Comércio São Carlos	1969
Graciosa Aparecida Perguer Bertoluz	07/04/1948	Caxias do Sul	Escola Técnica de Comércio São Carlos	1968
Edite Maria Perini	29/07/1948	Caxias do Sul	Escola Técnica de Comércio São Carlos	1968

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quando trabalhamos com memórias, é preciso ficar claro que elas não se tratam de acontecimentos que se registram de forma linear. A memória pode surgir em pequenas partes, que, estruturadas como um pequeno quebra-cabeças, podem auxiliar na construção histórica de fatos e vivências. Além disso, “para que ocorra lembrança é necessário convívio social em grupo, pois a lembrança individual do sujeito está atrelada à lembrança do grupo no qual ele está inserido” (PILETTI; SOUZA, 2020, p. 250), permitindo a reconstrução da sociedade em que o sujeito está incluído.

A partir das memórias das egressas, reconstruiu-se a cultura escolar vivenciada por elas e utilizou-se de documentos para legitimar os acontecimentos.

4.1 OS PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO: PERCURSOS INICIAIS DE FORMAÇÃO

Em relação ao processo de escolarização vivenciado pelas entrevistadas desta pesquisa, que ocorreu durante as décadas de 1950 e 1960, todas elas relataram o desejo dos pais que seus filhos pudessem estudar:

e o nosso colégio era o Colégio Dom Pedro Primeiro, parece que era o nome da época, desde os seis anos e meio, a gente já começou a ir na escola né, porque meus pais sempre pensaram em... que a gente estivesse... sempre queriam que a gente estudasse, né! Aí a gente fez o primeiro ano, na época era o primeiro ano né, porque o primeiro ano... não tinha pré na nossa época, não tinha pré, era já a primeira série. A gente já sabia, assim algumas letras e números em casa, que os pais ensinavam, aí a gente já ia para o colégio pra começar a unir as palavras (Edite, entrevistada, 2020).

Durante a colonização da cidade de Caxias do Sul, o acesso às escolas era muito difícil. As poucas que existiam eram precárias, e muitas delas mantidas pelos próprios colonos. Poucos estudantes concluíam o ensino primário, visto que o trabalho nas lavouras acabava sendo prioridade para as famílias. Com o passar dos anos, e de acordo com os relatos das entrevistadas, é possível perceber que os descendentes dessas famílias, que passaram tantas dificuldades no início e que não tiveram acesso adequado à educação, desejavam que seus filhos pudessem estudar:

Eu vim de uma família de agricultores, né? Então a gente... quando eu nasci, eu nasci na colônia, né? Eu sou a sétima filha da família e depois de mim

nasceu mais um irmãozinho, então...uma família pobre, muito pobre, e que não tinha... os meus pais eles arrendavam as terras, né? Eles não eram proprietários, né? Mas muitos trabalhadores e tudo... [...] quando eu nasci minha mãe tinha 42 anos já... então eu vim mais 'temporona', aí depois de mim veio mais um maninho, mas ele faleceu... e assim, de uma família muito humilde, mas que trabalhou bastante, que lutou bastante e daí quando eu tinha cinco anos de idade...cinco para seis anos de idade, nós saímos da colônia...meus pais saíram, porque naquelas alturas os meus irmãos já estavam trabalhando aqui na cidade, né? [...] a princípio, a gente veio, também de favor... assim... ficamos de favor na casa de um primo nosso até meus pais conseguirem comprar o terreno e construir... mas assim, tudo nessa etapa difícil assim, eu não participei, porque eu era muito nova, né? Eu era uma das mais novas... então os meus irmãos que ajudaram bastante na parte financeira da família, era mais eles que ajudavam. [...] E daí então, a minha mãe tinha uma vontade, assim, que uma filha ao menos... nós somos em três mulheres e cinco homens, né? Que uma filha ao menos pudesse estudar no Colégio São José, porque ela concluiu o primário dela lá no São José. Porque quando a minha nona veio da Itália, minha nona morou bem no centro ali, ela morou ali pertinho do Hospital Saúde...e daí a minha mãe, ela era a filha mais velha, e ela estudou no São José... [...] então a mãe queria que ao menos uma filha pudesse estudar no Colégio São José. Mas não foi logo que deu para ir... daí eu comecei fazer o meu... aí o primeiro grau, que era diferente na época, né? Era até o quinto ano primário... (Graciosa, entrevistada, 2020).

Como registrado por Adami, os imigrantes que se estabeleceram na cidade desejavam que o governo assegurasse o funcionamento e o financiamento de escolas públicas. Devido às dificuldades encontradas em instituir escolas e a dívida dos imigrantes com as terras, os filhos, por vezes, não estudavam ou mal completavam os primeiros anos da escola, devido à necessidade de angariar recursos para a manutenção da vida na colônia e a dificuldade de acesso à instrução. Em decorrência disso, muitos se dedicavam ao trabalho e não viam a escola como necessária, pois o aprendizado viria pela labuta. Luchese (2007, p. 113) nos traz essa discussão quando afirma que “a educação que ocorria pelo trabalho, pela disciplina e pelo exemplo era uma preocupação das famílias”, todavia, apesar da cultura da educação pelo trabalho, os descendentes das famílias de imigrantes ansiavam que seus filhos tivessem a oportunidade de aprender, não somente no seio familiar, mas nas instituições escolares.

As famílias eram bastante numerosas no período estudado e os filhos sempre ajudavam na economia doméstica. Pela necessidade, essas pessoas iniciavam no trabalho no campo ou nas fábricas muito jovens. Muitas famílias saíram da zona rural de Caxias do Sul em busca de melhores oportunidades. Quando chegavam à cidade, nem sempre possuíam um local para se estabelecerem, vivendo, por muito tempo, de

favor na casa de parentes ou, como relata a entrevistada Zuleica, na casa de Abramo Eberle:

Eu estudei no colégio... o primário eu fiz lá no grupo escolar... aquele... grupo escolar lá perto do... na frente do Senai... [...] Emílio Meyer, eu fiz o primário com meu irmão lá... que nós morávamos ali perto. O primário naquela época era de primeira, de primeira a quinta série, tá? [...] A minha casa era ali aonde é a Pizzaria Bella Ravenna. A minha casa... A minha casa era uma casa de madeira bem... [falha áudio – ininteligível] e era uma casa do Abramo Eberle. Nós moramos... moramos ali por uns... acho que por uns 10 ou 12 anos, tá? (Zuleica, entrevistada, 2020).

A participante Zuleica menciona o grupo escolar Emílio Meyer, sendo a primeira escola em que ela estudou. Os grupos escolares começam a aparecer nos centros urbanos a partir do século XIX. Conforme nos ensina Souza (2019, p. 53) ,

esta instituição, suntuosa, foi utilizada como símbolo do republicanismo e caracterizou a transformação do ensino no país. Estes grupos ficaram conhecidos como Escolas da República, pela tentativa de laicizar o ensino e as práticas escolares (SOUZA, 2019, p. 53).

Além da tentativa de separar a religião católica da educação formal, os grupos escolares se caracterizavam pela “[...] divisão das classes – antes multisseriadas – em séries específicas” (SOUZA, 2019, p. 53). Esse formato tinha o intuito de aprimorar o ensino, melhorando a aprendizagem dos alunos, justificado pelo fato de o professor trabalhar com um número menor de alunos em cada período escolar.

Com as famílias numerosas, os filhos maiores se responsabilizavam por cuidar dos menores. Essa responsabilidade recaía fortemente nas filhas, que cuidavam dos afazeres domésticos, trabalhavam nas lavouras e ajudavam a criar os irmãos menores. A mulher perfeita deveria ser educada segundo os preceitos do cristianismo e, principalmente, da religião católica. Apesar da separação entre Estado e Igreja a partir da proclamação da república, o catolicismo constituía-se como a religião predominante. Portanto, nem se imaginava uma educação que não incluísse os preceitos da igreja. As mulheres ou eram apontadas como a perfeita virgem Maria, ou como a desvirtuosa Eva. Como argumenta Louro (1997, p. 447):

Através do símbolo mariano se apelava tanto para a sagrada missão da maternidade quanto para a manutenção da pureza feminina. Esse ideal feminino implicava o recato e o pudor, a busca constante de uma perfeição

moral, a aceitação de sacrifícios, a ação educadora dos filhos e filhas (LOURO, 1997, p. 447).

Além disso, a escola também se tornava mais uma responsabilidade para essas crianças, que, além das aulas, tinham obrigações com os “temas de casa”:

[...] aqui era tudo colônia, todos indo para a colônia... tudo na colônia... tinha parreiral, tinha... tinha vacas, tinha... o pai e a mãe eles tinham vacas leiteira aí eles tinham que tirar o leite, aí depois eles distribuía... de manhã eles distribuía na cidade. Olha que chique! [...], mas acho assim muito legal a nossa época, porque a gente aprendia, quer dizer, não sei, eu penso assim... mas a gente parece que aprendia mais, né! E já ingressando no primeiro ano, né, no caso. Era muito... ai, era bem, bem cobrado, cobravam muito da gente, professores cobravam muito da gente. Os pais também tinham que acompanhar a gente. Os temas eram, assim, aquela prioridade..., mas era muito... eu acho assim, era mais rígido até, mas era muito bom. Eu acho que tudo... nessa lenta que tá hoje... não sei se eu sou antiga né, mas assim, eu acho que era muito bom a cobrança deles pra gente porque a gente conseguiu enxergar a vida diferente, a vida melhor, a vida com mais responsabilidade. Tanto é, que eu tinha oito anos, nasceu um irmão, eu já cuidei dele (Edite, entrevistada, 2020).

A entrevistada Edite relata que a rigidez da vida na infância trouxe como benefício a responsabilidade. Quando criança, aos oito anos de idade, tornou-se responsável pelos cuidados do irmão menor e essa situação é vista como uma atitude boa. Suas memórias sobre os pais e professores como agentes de grande cobrança traçaram em sua personalidade o requisito da disciplina e do cumprimento de obrigações sem questionamentos. Quando ela traz sua memória e compara com os dias atuais, intenciona dizer que a educação hoje é “lenta”, no sentido de ser menos rígida e, portanto, menos eficiente.

A família transmitia seus costumes para as gerações seguintes, educando para o trabalho e os bons costumes. A escola era responsável pelo ensino das letras e dos cálculos. Conforme Luchese (2007, p. 113),

A educação das crianças se fazia na participação da família, no exemplo e na execução de responsabilidades, das quais elas, desde cedo, tinham de dar conta (trabalho), no ensinamento / catecismo religioso e, também, na escola – pensada, especialmente, em seu sentido prático e básico – a leitura, a escrita e as quatro operações (LUCHESE, 2007, p. 113).

Essa passagem do texto de Luchese (2007) corrobora o depoimento de Edite, quando menciona a rigidez da educação tanto familiar quanto escolar. A

responsabilidade da depoente com seu irmão menor mostra que a educação também está vinculada com as práticas e culturas estabelecidas pelas famílias.

As três entrevistadas desse estudo foram alunas de colégios particulares. Todas narraram que seus pais tinham grande interesse para que elas estudassem. Para poderem fazer parte dessas escolas, foi necessário conseguir bolsas de estudos, em decorrência das dificuldades financeiras enfrentadas pelas famílias. Zuleica conta que, após concluir o primário no Colégio Emilio Meyer, realizou o exame para admissão ao ginásio, estudando no colégio Madre Imilda a partir de uma bolsa de estudos conseguida pela Fundação Abramo Eberle:

Daí eu fiz admissão no ginásio, tá? Que era um exame que a gente fazia quando a gente chegava na quinta série... a gente prestava um exame pra entrar no... no ginásio... fazer da sexta série até a oitava série... tá? Então eu prestei esse exame de admissão lá no Madre Imilda... Aí eu passei, porque tinha que passar pra... daí eu passei, e o meu pai fez tudo lá na Fundação Abramo Eberle pra mim estudar no Madre Imilda porque era colégio particular de irmãs, né? De freiras... (Zuleica, entrevistada, 2020).

Abrahão (2011) explica que, no período compreendido entre as décadas de 40 e 60 do século XX, o ensino no Rio Grande do Sul compreendia duas etapas: o Primário e o Ginásio. O Primário era composto por 5 anos de estudos e, para ingressar no ginásio, era necessário prestar o Exame de Admissão ao Ginásio. A autora também relata que, no estado, o curso Primário era de 5 anos, porém, em outros estados, era de apenas 4 anos. Essa informação pode ser constada no Decreto-Lei nº 8.529 de 02/01/1946, que trata da lei orgânica do ensino primário. Ainda, Abrahão (2011), ao descrever suas memórias do período escolar, diz que as matérias ensinadas nas escolas eram as mesmas em todo o território nacional. “As provas de fim-de-ano letivo para aprovação de uma série à outra eram iguais para todo o território nacional” (ABRAHÃO, 2011, p. 55) e eram aplicadas pelo inspetor federal.

Zuleica menciona que, para estudar no Madre Imilda, escola particular da cidade, seu pai precisou conseguir uma bolsa de estudos. A dissertação de mestrado de Claudio Baltazar Corrêa de Mello, traz entrevistas com diversos empreendedores de Caxias do Sul, entre as décadas de 1950 e 1970. Ele transcreve um trecho da entrevista concedida por Claudio Eberle, que fala sobre a criação da Fundação Abramo Eberle. A criação da fundação surgiu para suprir algumas necessidades básicas dos funcionários, incluindo roupas, camas e bolsas de estudos. Mello (2014,

p. 131), realizou entrevista com o ex-diretor, em que ele menciona a destinação de até 3% do lucro da metalúrgica para a fundação realizar suas atividades sociais:

[...] meu tio, que estudou na Alemanha, juntamente com o pai, fizeram uma escola técnica de desenho que iniciava desde a alfabetização. [Eles] pegaram o desenhista para fazer todas as matrizes e todos os produtos. Aí, nós começamos a fazer bolsas de estudos. Centenas de pessoas que têm curso superior hoje, fui eu que dei bolsa de estudos, porque os pais não podiam pagar, então a bolsa de estudo em que o funcionário recebia o valor de todo o estudo para pagar em “n” anos depois. E não teve ninguém que falhasse, mesmo depois ter saído da empresa [...]. Outras empresas começaram a querer fazer [o mesmo]: a Industrial Madeireira, o Sehbe [...]. Outras 30 ou 40 empresas quiseram fazer e fizeram [su]as fundações neste molde (MELLO, 2014, p. 133).

Vecchia, Herédia e Ramos (1998, p. 287) retratam que em 1939 funcionava uma escola que, inicialmente, tratava da alfabetização dos trabalhadores, com o primário completo. Também, foram ensinadas aulas de contabilidade e desenho técnico e artístico. Segundo as autoras, essa escola foi fundada e mantida pela Metalúrgica Abramo Eberle por mais de 30 anos. Essa informação ratifica o depoimento de Claudio Eberle, mas é importante mencionar que as bolsas não eram gratuitas. Os funcionários assumiam o compromisso de liquidar a dívida com a empresa de forma parcelada, o que me faz questionar se essa prática não condicionava ainda mais os trabalhadores a aceitarem a gestão paternalista dessas entidades.

Nas histórias de vida contadas, vamos verificar que, para permanecer nessas escolas, as estudantes participavam também dos afazeres da instituição, como menciona Edite, no tempo que passou no Colégio Sacré-Coeur de Marie:

era particular e tinha... como eu era de família, né, humilde, eu digo... Na época como meu pai não podia pagar, então a gente ajudava, a gente ficava todo dia lá e a gente ajudava assim nas tarefas..., mas a gente estudava junto ali também... e nós fazia umas tarefas ali no colégio fazia uma limpeza, a arrumação das salas de aula, aquela coisa toda, né... (Edite, entrevistada, 2020).

Como forma de pagamento e para manter-se na escola, Edite estudava e trabalhava para as irmãs do colégio. A permanência nas escolas particulares religiosas da cidade também dependia do quanto as bolsas de estudos concedidas cobriam dos estudos dessas alunas. Graciosa comenta que estudou no Colégio São José durante o ginásio, mas que sua bolsa não cobria o ensino técnico e, portanto, obrigou-se a seguir para outra escola e cursar outra profissão:

[...] então no ginásio minha mãe conseguiu uma bolsa de estudo e eu fui pro São José. Lá eu fiz o ginásio daí né?... e daí... como eu queria... na verdade eu queria fazer magistério, olha bem... tu vai ver tudo que eu fiz, né? Mas daí a bolsa não cobria mais no São José, eu não tinha mais condições de fazer lá no São José. (Graciosa, entrevistada, 2020).

Quando Graciosa comenta seu desejo de estudar magistério, precisamos lembrar dos dizeres de Louro (1997), que nos ensina que a profissão docente era exclusiva dos homens, que iniciou no Brasil pela ação dos jesuítas e seguiu com as aulas régias. Para atender às necessidades de escolas e de professores, foram criadas as Escolas Normais para a preparação desses profissionais. Em decorrência da necessidade de modernização e de progresso esperados do Estado Republicano, fazia-se necessária a formação de professoras para a educação das meninas, que se tornariam parte dessa sociedade que ambicionava um processo civilizatório de ordem e progresso.

A inserção das mulheres na docência também foi protagonizada por divergências da sociedade. Havia os que achavam um absurdo mulheres serem preparadas para ensinar, já que eram “usualmente despreparadas, portadoras de cérebros ‘pouco desenvolvidos’ pelo seu ‘desuso’” (LOURO, 1997, p. 450). Porém, outros argumentos também ocorriam, quando consideravam que toda mulher está preparada para ser mãe e, portanto, portadora de toda a benevolência, paciência e cuidado. A profissão de docente para elas seria como a “extensão da maternidade”, pois considerariam seus alunos e alunas como parte de sua família (LOURO, 1997).

Esse foi o discurso que possibilitou a admissão dessas mulheres na docência, ensinando tanto meninas quanto meninos. Isso também facilitou a justificativa da saída dos homens da sala de aula. Para eles, o magistério já não trazia tantos benefícios financeiros, uma vez que surgiam atividades mais rendosas, principalmente nas indústrias. Para elas, a possibilidade de sair de um ambiente tão restrito quanto o dos cuidados com a casa e a família, para ampliar seus conhecimentos, trazia consigo novas perspectivas e oportunidades. Para o Estado, propiciou um avanço maior nos controles dos conteúdos e dos níveis de ensino, além da crença de que elas lhes provocariam menos problemas relacionados às reivindicações ligadas às condições de trabalho e crescimento profissional.

Quando pensamos na história das mulheres, é preciso perceber que ela não é linear. A história se desenvolve como um espiral. Enquanto algumas meninas

tornavam-se professoras, outras não tinham tanta sorte. Talvez não porque não almejassem esse status, mas por falta de oportunidades, por escolha própria ou por imposição da sociedade, seguiram caminhos distintos.

A presença de atividades laborais é perceptível nas histórias das entrevistadas desde a idade mais tenra. Na fala de Graciosa, ela aparece inclusive durante seu processo formativo. Ela já trabalhava quando estava cursando o ensino técnico. Edite trabalhou até mesmo para pagar seus estudos no ginásio. Zuleica concluiu seus estudos em colégio particular a partir de bolsa de estudos da Fundação Abramo Eberle. Na trajetória dessas três mulheres, a educação primária, ginásio e técnica está entrelaçada por muitas dificuldades financeiras e trabalho árduo.

4.2 MEMÓRIAS DE UM PROCESSO FORMATIVO NA ÁREA TÉCNICA

A escolha pela profissão contábil foi diferente para cada uma das entrevistadas. Zuleica e Graciosa tinham o desejo de estudar magistério, uma das principais profissões aderidas pelas mulheres. Porém, a decisão pelo Curso Técnico de Contabilidade ocorreu por força da situação financeira em que elas se encontravam e por pressão da família. Graciosa conta que:

[...] na verdade eu queria fazer magistério, olha bem... tu vai ver tudo que eu fiz, né? Mas daí a bolsa não cobria mais no São José, eu não tinha mais condições de fazer lá no São José. Daí me foi oferecido o Colégio São Carlos... então daí assim... eu mais... eu escolhi o curso técnico de contabilidade mais, a princípio, pra mim não perder a bolsa de estudo, né? Eu não podia perder porque eu não tinha ainda condições. Eu já estava trabalhando, mas daí a mãe já doente, e daí nós já estávamos enfrentando a doença da mãe... tanto que no meu terceiro ano de técnico ela faleceu em fevereiro e eu cursei o terceiro ano já sem a mãe, né? A mãe já tinha falecido... a mãe faleceu jovem, com 61 anos a mãe faleceu. Então eu concluí o curso técnico e eu trabalhava na época na Cantina Michelin (Graciosa, entrevistada, 2020).

Para Graciosa, a escolha pelo curso técnico no Colégio São Carlos foi necessária para manter a bolsa de estudos e continuar alavancando uma carreira profissional. Não se tratou de uma escolha voluntária, nem por identificação pela profissão. Da mesma forma, Zuleica relata sua ansiedade por cursar o Magistério:

então eu estudava no Madre Imilda... fiz ali a sexta série, no Madre Imilda, gostaria de ter continuado ali para fazer... pra fazer o curso de... [...] de magistério. E eu continuava ali no Madre Imilda pra fazer o magistério, mas o

meu pai não quis que eu fizesse magistério. Naquela época os pais mandavam muito na gente, né? E meu pai não gostava que eu fizesse magistério, não queria. E disse que eu tinha que fazer contabilidade. Ele me botou isso aí na cabeça, que eu tinha que fazer contabilidade. Daí eu sai do Madre Imilda com muita tristeza porque eu deixei ali... [...] amigas de infância... (Zuleica, entrevistada, 2020).

A entrevistada Zuleica tinha por desejo cursar Magistério, seguindo seus estudos no Colégio Madre Imilda. Porém, por pressão do pai, viu-se obrigada a estudar contabilidade. Nesses dois relatos, pode-se observar que essas mulheres estavam submetidas às suas dificuldades financeiras, decorrentes de sua origem pobre, mas também à estrutura da família patriarcal.

As entrevistadas dessa pesquisa se formaram entre 1968 e 1969, período em que o Brasil passava pela ditadura militar. Nesse período, conforme apontado no Capítulo 2, observamos decisões políticas que afetaram significativamente a educação e os direitos civis. Além disso, a cidade de Caxias do Sul passava por um salto de crescimento econômico e populacional, de acordo com os estudos de Giron (1977), apresentados no subtítulo 2.2. Esse foi um período de muitas lutas e conflitos, em busca de melhores condições de vida e pelo retorno da democracia. É um período em que se observa o aumento da participação feminina pelas demandas sociais.

Nos estudos realizados por Mittanck e Gevehr (2021), as lutas femininas têm sua maior expressão no século XX. Nesse período, observa-se que as mulheres se reuniram fortemente em busca de “direitos e oportunidades que fossem oferecidas e garantidas a todas as mulheres” (MITTANCK; GEVEHR, 2021, p. 64). O relato de Zuleica, ao se referir ao pai dizendo que “naquela época os pais mandavam muito na gente”, denota a submissão e a insegurança em lutar pelo direito de escolher uma carreira profissional. Agrega-se a isso a cultura caxiense de prezar pela família, a religião e os bons costumes, o que pode ter dificultado uma reação mais impositiva por parte de Zuleica. O que não ocorreu com a entrevistada Edite, a única que decidiu cursar contabilidade, contrariando, inclusive, os desejos do pai:

Meu pai queria que a gente fosse professora, né... desejo de pai era ser professora. Aí eu já não era muito, sabe... não fui. Aí eu gostava mais da matemática, aí fui fazer o técnico em contabilidade, aí eu já trabalhei, então, direto. [...] Em 1966... em 66, 67 e 68 que eu estudei... era três anos só de técnico, né... aí eu fiz três anos: 66, 67 e 68 (Edite, entrevistada, 2020).

Na fala da Edite, ela conta que seu pai tentou influenciar sua vida profissional, o qual ela não respeitou. Decidiu pela contabilidade, porque gostava de matemática e

entendia que poderia se identificar mais com a profissão contábil do que com a docência. Inclusive, ela é a única das entrevistadas que possui uma carreira mais consolidada nessa profissão.

Dubar (2005) nos explica, a partir dos estudos realizados em Piaget, que a construção identitária profissional surge nos primeiros momentos de socialização, ainda na infância:

Essas identidades profissionais e sociais, associadas a configurações específicas de saberes, são construídas por meio de processos de socialização cada vez mais diversificados. A socialização “inicial”, durante a infância, combina mecanismos de desenvolvimento das capacidades e construção de “regras, valores e signos” (Piaget) oriundos da família de origem e também do universo escolar e dos grupos etários nos quais as crianças realizam suas primeiras experiências de cooperação. É assim que elas forjam para si as primeiras identidades por assimilações e acomodações sucessivas (DUBAR, 2005, p. 329).

A identificação pela matemática relatada pela entrevistada Edite nos sugere que sua escolha pela contabilidade está concatenada com suas experiências vividas tanto no núcleo familiar quanto nas práticas educativas escolares. Isso ocorre, porque desenvolvemos nossas identidades profissionais a partir de saberes com os quais criamos maior afinidade. E a escola, proporcionando a oferta de conteúdos diferentes, coloca-nos em contato com diversas áreas do conhecimento, com as quais algumas teremos mais conexão do que outras. Esse processo formativo provê “referências culturais a partir das quais os indivíduos terão de identificar seus grupos de pertencimento e de referência, interiorizar seus traços culturais gerais, especializados, opcionais e individuais” (DUBAR, 2005, p. 329). Dessarte, essas escolhas individuais nos anteciparão ao estrato profissional ao qual pertenceremos, nem sempre de forma permanente, mas sempre em constante evolução.

Frequentemente, a ciência contábil é confundida com a matemática. Porém, a matemática é uma das ferramentas aplicadas pelos profissionais de uma ciência considerada de nível social⁷. Todavia, é interessante que a depoente Edite

⁷De acordo com Silva (2017, p. 25), “a Contabilidade possui objeto próprio – o Patrimônio das Entidades – e consiste em conhecimentos obtidos por metodologia racional, com as condições de generalidade, certeza e busca das causas, em nível qualitativo semelhante às demais ciências sociais. A Resolução alicerça-se na premissa de que a Contabilidade é uma ciência social com plena fundamentação epistemológica. Por consequência, todas as demais classificações – método, conjunto de procedimentos, técnica, sistema, arte, para citarmos as mais correntes – referem-se a simples facetas ou aspectos da Contabilidade, usualmente concernentes à sua aplicação prática na solução de questões concretas”.

representasse a contabilidade vinculando-a ao estudo da matemática, posto que muitos jovens, nos mais diferentes níveis de instrução, não apreciam a matéria, e que o seu ensino era limitado para as meninas. Peruchin (2017) entende que a matemática deve ser relacionada com a vida fora da escola em uma aplicação mais concreta, contextualizando a aprendizagem e incentivando os alunos a utilizarem os conhecimentos desenvolvidos de forma informal para resolver problemas práticos. Essa relação construída com os alunos poderá tornar-se determinante na escolha profissional, como ocorreu com a entrevistada Edite.

Durante os estudos no Colégio São Carlos, as entrevistadas relataram sua convivência com as colegas:

Então, assim, a gente tinha, sim, aquela ajuda entre colegas. Então até eu me lembro que tinha a contabilidade pública... que eu me confundia com a contabilidade... nossa, eu confundia! A pública com a... comercial e a Industrial... eu me confundia! Aí eu tinha uma colega assim que ela sempre dava aquele empurrãozinho, sabe? Aquela ajuda... então, assim, a gente conseguia assim, se organizar..., mas eu acho que foi muito bom... (Edite, entrevistada, 2020).

Sim... a nossa relação era na época... era de muito respeito... era muito... bonita! Era bonita! Olha, eu tenho amigas até hoje... até hoje, até hoje eu tenho amigas... (Graciosa, entrevistada, 2020).

Lá era só menina... mas no fim eu comecei a pegar gosto pelo curso, tudo... comecei a gostar, sabe? Gosto, até hoje... né? [...] Naquela época era muita fofoca também, muita coisa... sabe? Muita fofoca... na época dos namoricos, né? Então, né? Sabe como é que é... (Zuleica, entrevistada, 2020).

Em geral, pelos relatos das participantes, o convívio com as colegas era muito bom, gerando inclusive relacionamentos de amizades que perduraram com o tempo. As colegas mais experientes e que já atuavam na área contábil ajudavam as demais, auxiliando no aprendizado das disciplinas de contabilidade. As relações sociais estabelecidas no interior das escolas e das salas de aula, sob o viés da História Cultural, demonstram como ocorreu a formação intelectual e social daquelas alunas, isso porque a História Cultural nos permite “interrogar e observar o cotidiano de instituições, verificando suas práticas” (PILETTI; SOUZA, 2020, p. 249).

Tardif (2010) diz que a socialização permite o desenvolvimento do saber profissional, uma vez que o contato direto com a atividade laboral é que permitirá ao indivíduo aprender “progressivamente a dominar seu ambiente de trabalho, ao mesmo tempo em que se insere nele e o interioriza” (TARDIF, 2010, p. 14). Assim, as relações desenvolvidas em sala de aula e no ambiente de trabalho “se tornam parte integrante

de sua ‘consciência prática’” (TARDIF, 2010, p. 14). A carreira profissional está intimamente ligada às relações que construímos ao longo dos anos, sejam elas de nível técnico ou social. O reconhecimento do trabalho realizado ocorrerá pela dedicação e pelo esforço em resolver os problemas que se apresentam durante o exercício profissional.

Para as entrevistadas, o curso Técnico de Contabilidade do Colégio São Carlos era muito completo, como na fala de Zuleica: “esse curso de contabilista que nós fizemos ali no São Carlos foi um curso que equivale a um curso de faculdade, universitário”. No discurso das ex-alunas, identificam-se as dificuldades para conciliar os estudos e o trabalho, e a necessidade de estudar além do horário das aulas: “é, eu, eu botava o relógio pra despertar às 5 horas da manhã para mim poder estudar... porque era bem forte o curso, eu tinha que estudar!” (Zuleica, entrevistada, 2020).

O horário das aulas era outro fator importante: na história de vida dessas mulheres, elas contam que saíam do trabalho direto para a escola, nem sempre conseguindo comer antes das aulas. Assim, elas contam que as empresas onde trabalharam à época do curso contribuíram significativamente para que elas pudessem seguir no curso:

Ajudou... e outra pelo horário que eu estudava, né, que daí era vespertino, né. Aí eu tinha que sair um pouco antes às vezes, mas assim... tudo eles facilitavam pra gente, eles eram mais... mais acessíveis com as pessoas que estudavam, né, eles davam uma mãozinha. (Edite, entrevistada, 2020).

Quando eu tava trabalhando e estudava e o nosso horário era diferente... a gente iniciava no vespertino então, assim, lá na empresa eles foram muito legais comigo, me permitiam que eu saísse antes do trabalho e fosse lá pro São Carlos, né? Daí terminava eu acho que em torno das nove e meia da... oito e meia... nove horas, nove e meia... não lembro mais, assim, o horário do término das aulas, né?... (Graciosa, entrevistada, 2020).

Ao contar como era o curso, as participantes desta pesquisa mencionam algumas disciplinas que estudaram:

Nossa, era tudo! Era tudo... Nós tínhamos tudo... e eram as aulas que tínhamos de tudo um pouco: matemáticas, história, ciências... contabilidade... nós tínhamos contabilidade prática... (Zuleica, entrevistada, 2020).

Então, era sim um curso... eu disse porque que... deveria ter hoje ainda hoje, sabe? Tinha latim! Tu imagina, que eu vi latim! Filosofia... uma das disciplinas... e mais? Outras disciplinas... muito importante sabe, para vida da gente! Que deveria ter hoje ainda, sabe...? (Graciosa, entrevistada, 2020).

[...] ai, a gente estudava umas coisas muito estranhas, por exemplo: logaritmos. [...] A matéria que não precisava nem ter, né... não sei por que tinha na época. É que era o currículo, né, na época. [...] tinha a Loraine Slomp que dava... na época tinha... ai, tinha História... tinha História, tinha... que era a Loraine Slomp... nossa aquela mulher é fantástica, nossa, uma sabedoria, assim... uma mente incrível! Aí tinha... tinha Português, né, lógico... Português. Matemática o professor era um padre que dava pra nós... era um padre que dava Matemática para nós... (Edite, entrevistada, 2020).

De acordo com os relatos, o curso proporcionava, além das disciplinas técnicas de contabilidade e direito, o aprendizado de história, português, filosofia, ciências, logaritmos, latim, estatística, dentre outras. O corpo docente era formado principalmente por professores do sexo masculino, sendo as disciplinas de história e português ensinadas por professoras. A Reforma Capanema, ocorrida pelo Decreto-Lei nº 4.244 de 09 de abril de 1942⁸, retoma a “revalorização das humanidades clássicas e modernas, que haviam sido substancialmente reduzidas na Reforma de 1931” (DALLABRIDA, 2012, p. 169). Com isso, retornam as aulas de latim em todas as séries do curso ginásial e do clássico. Quando a ex-aluna Graciosa menciona o curso de latim, seu estudo poderá estar relacionado com o curso ginásial. Infelizmente, a escola não manteve acervo sobre o Curso Técnico Comercial em que fosse possível identificar as matérias ministradas. A reconstrução das disciplinas e das práticas escolares fez-se a partir dos relatos e das legislações específicas do período.

Na dinâmica de ensino do curso, eram utilizadas as *fichas razão* para o ensino da prática contábil, muito bem relatadas pela Graciosa:

Pois é, eu tava lembrando... a partir do momento que tu me contactou, eu comecei a lembrar como é que era a contabilidade na sala de aula...eu me lembro das fichinhas, nós trabalhávamos com fichinhas, né? [...] De débito e crédito... de entrada e saída, né? E tudo manual... não tinha nada de, né... e as colegas que trabalhavam era tudo na base da calculadora e na base da máquina de datilografia, né, não tinha nada dessa tecnologia de hoje, né? Era tudo manual, tudo manual, tudo mecânico... não tinha... então lá nós trabalhávamos... nós tínhamos que... não sei se é a palavra certa... constituir uma empresa, por exemplo, né? E aí nós tínhamos que trabalhar tudo com os gastos né, pra poder formar aquela empresa e todas as saídas, então era tudo, tudo, lançado em fichas..., mas tudo manual, tudo manual (Graciosa, entrevistada, 2020).

Para o estudo da contabilidade, é preciso que o aluno entenda o que está fazendo, por que está fazendo, qual o resultado que aquela tarefa irá gerar, quais as

⁸ Decreto-Lei nº 4.244/1942 – Lei Orgânica do Ensino Secundário.

conclusões acerca da informação que o relatório contábil demonstrará. É possível, assim, fazer analogia das atividades e do estudo dessa matéria com a matemática. De acordo com Dienes (1975, p. 19-20):

Na grande maioria dos casos, o que os estudantes comunicam, anotando ou expressando sinais matemáticos, é meramente os sinais em si e não as estruturas para as quais os sinais são supostos símbolos. É como aprender a estrutura fonética e a ortografia de uma língua, e estar apto a ler em voz alta qualquer coisa naquela língua, sem compreender o que se está dizendo.

Quando o aluno de contabilidade está consciente que o lançamento contábil é a sistematização e o registro de um fato e percebe que esse dado estruturado irá gerar informação, fica mais fácil compreender a disciplina. Por isso, as práticas escolares desenvolvidas para o estudo dessa ciência consistem principalmente em realizar a contabilização de eventos, como retratado por Graciosa, em fichas razão.

O Colégio São Carlos não manteve acervo com dados relativos ao ensino do curso técnico. Para que fosse possível conhecer minimamente os métodos de ensino de contabilidade à época, expandi o espaço territorial dessa dissertação, pois durante pesquisa ao acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, identifiquei, junto ao arquivo pessoal de Alice Gasperin, cadernos de estudos de contabilidade de Bento Gonçalves datados de 1939 e 1940, nos quais é possível identificar como as aulas ocorriam e como os lançamentos contábeis eram realizados no Livro Razão:

Figura 14 – Livro Razão

Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Arquivo pessoal de Alice Gasperin (1939-1940)

No livro Razão, é possível identificar três contas contábeis de patrimônio: Mercadorias (Ativo Circulante), Móveis e Utensílios (Ativo Imobilizado) e Caixa (Ativo Circulante). A metodologia de ensinar os lançamentos das partidas dobradas⁹ de maneira manual, ainda é utilizada por disciplinas de início de curso na graduação em Ciências Contábeis. Outro ponto interessante na imagem é o capricho com a letra, curvilínea e constante em seu tamanho. As somas eram sublinhadas e, respeitando a regra contábil das partidas dobradas, os totais a débito e a crédito são iguais, o que denota o encerramento da escrituração contábil.

No transcorrer do curso técnico, a convivência entre professores e alunas é relatada como sendo de muita exigência, sendo que os professores eram muito bons e se dedicavam ao ensino e aprendizado das alunas. Edite é a entrevistada que mais se recorda dos professores e das disciplinas estudadas:

[...], mas eu acho que foi muito bom... tinha professores muito bom naquela época, tinha o Piccoli... Carlos Miguel Piccoli...tinha o Vettorello, tinha o... o Horácio Costa, era muito legal. O Mário Vanin também dava Direito (Edite, entrevistada, 2020)

Edite também menciona que costumava ser uma aluna muito dedicada e sempre disposta tanto a aprender quanto a ensinar ou ajudar as colegas na hora das provas. Em seu relato, conta com divertimento, de quando um de seus professores que era padre desconfiou de que ela “colava” nas provas:

É... (risos)... Ai, nem me lembro mais... mas era um relacionamento bom, assim... é que tinha, assim... que nem eu me lembro desse professor que era padre, né... que ele embestava porque assim... eu... ele embestava que eu colava! Aí ele pegou uma vez... ele me deixou numa situação estranha... ele me deixou assim... ele ficou só me vigiando, me vigiando... e eu lembro dessa situação. E deixou todo mundo lá... e eu numa vontade de passar cola... era matemática (risos). Mas aí ele viu que eu fiz tudinho, tudinho certo. Essa eu conto pra todo mundo! Porque eu fui fazendo, fui fazendo, fazendo... e tudo certinho, certinho! Acho que ele deve ter ficado “p” da vida comigo, né... [...] Não... é que ele me encrenava porque eu conseguia tirar notas boas sempre, né? Aí ele implicava que eu colava das pessoas. Aí ele viu que não era eu que colava, é que eu passava a cola, né? Aí tinha essa de colar, não sei se vocês tinham dessa... Aí, eu passava... o que eu sabia eu passava... aliás eu sempre fui assim: o que eu sei eu passo pros outros, né. Até no trabalho eu sempre fiz isso: quando eu sei eu passo pros outros (risos) (Edite, entrevistada, 2020).

⁹ Partidas dobradas: sistema contábil utilizado para registrar os fatos contábeis e administrativos de uma entidade com ou sem fins lucrativos. Foi especialmente difundido por Luca Pacioli com o Livro *Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Propornaliti* (Coleção de Conhecimentos de Aritmética, Geometria, Proporção e Proporcionalidade) de 1494, no qual dedicou um capítulo à contabilidade e às partidas dobradas (SILVA; MARTINS, 2011).

Para ela, o fato de ter mostrado a esse professor que ela realmente sabia fazer as atividades e era comprometida com o curso e com as colegas tornou-se uma vitória, digna de ser comemorada. Considerando todas as dificuldades e os anseios para seguir seus estudos, é compreensível que esses momentos se tornassem realmente importantes. Na história dessas mulheres, vamos encontrar muitas dificuldades financeiras, sendo que estudar em uma escola como o Colégio São Carlos só foi possível graças às bolsas de estudos disponíveis na época.

Durante o processo de coleta de documentos, ao visitar o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, encontrei um convite para a formatura das alunas do ano de 1957:

Figura 15 – Convite para formatura das contadorandas da Escola Técnica de Comércio São Carlos (1957)



Fonte: Caxias do Sul (1957). Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Na imagem do convite, é possível verificar os nomes das formandas e também o símbolo da contabilidade, o Caduceu de Mercúrio, impresso em tom dourado sobre

o desenho de um livro. Ao lado, há uma pena e seu tinteiro, representado o trabalho manuscrito do contador. Segundo Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, cada componente do símbolo possui um significado:

Asas: Símbolo da diligência, ou seja, a presteza, a solicitude, a dedicação e o cuidado ao exercer a profissão.

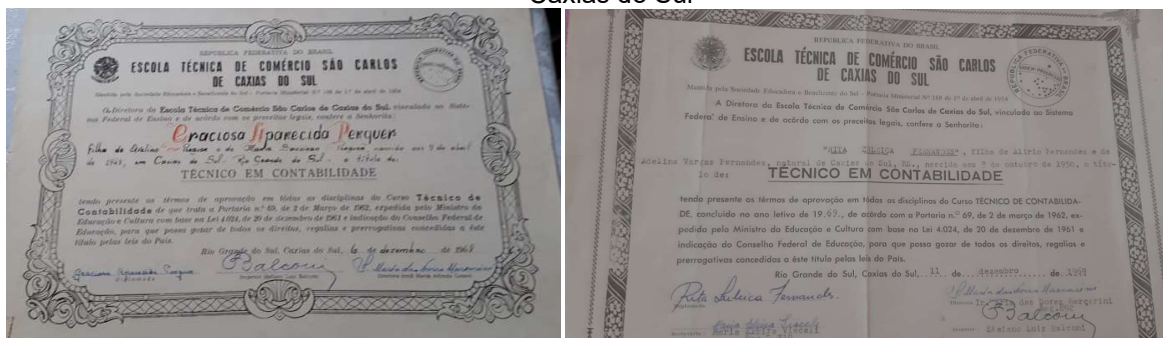
Elmo: Peça de armadura antiga que protegia a cabeça. Significa a proteção aos pensamentos baixos que leva a ações desonestas.

Bastão: Simboliza o poder de quem conhece a Ciência Contábil, que tem por objeto o patrimônio de quaisquer entidades.

Serpentes: Simbolizam a sabedoria, isto é, o quanto se deve estudar antes de agir, para escolher o caminho correto e ao mesmo tempo mais vantajoso para o cliente.¹⁰

“A cultura escolar está relacionada intimamente a outras formas de cultura, como a política, a religiosa e a social” (PILETTI; SOUZA, 2020, p. 255). Assim, no convite de 1957, identificamos o significado social que esse documento representa. Dubar (2005) menciona que o processo de constituição identitária perpassa pela socialização em grupos, assumindo seu pertencimento àquela categoria. O convite denota esse conceito ao nos apresentar uma turma que receberá o título de técnicas em contabilidade, definindo sua posição e seu núcleo profissional. Da mesma forma, os diplomas representam para a sociedade a habilitação do indivíduo para a execução da atividade, após anos de dedicação aos estudos. As depoentes Graciosa e Zuleica, disponibilizaram seus diplomas:

Figura 16 – Diplomas do Técnico em Contabilidade da Escola Técnica de Comércio São Carlos de Caxias do Sul



Fonte: acervo pessoal de Graciosa e Zuleica.

A conclusão do curso proporcionou titulação técnica que possibilitou que essas mulheres pudessem atuar profissionalmente em diversas áreas dentro da

¹⁰ CRC/RS. Disponível em: <https://www.crcrs.org.br/simbolos-e-juramentos-da-profissao/>. Acesso em: 19 out. 2021.

contabilidade e em setores administrativos. Durante a entrevista, foi possível perceber que a dureza da vida dessas mulheres não deixou que elas se amargurassem. Lidaram com toda a dinâmica existente entre trabalhar o dia todo e estudar a noite, durante os três anos do técnico com muita maestria. Completar o curso permitiu a essas mulheres a busca por melhores condições de trabalho. Assim, considerando esse processo formativo, é que se torna possível a análise do entrelaçamento entre o conhecimento teórico adquirido durante as aulas e a aplicação prática.

4.3 MEMÓRIAS DE UM TEMPO: RELAÇÕES ENTRE O PROCESSO FORMATIVO E A PRÁTICA PROFISSIONAL

A profissão contábil é uma das profissões em que os estudantes de cursos técnicos ou de graduação conseguem ingressar no mercado de trabalho durante o seu processo formativo. Não podem trabalhar como responsáveis pela escrituração contábil, mas podem estagiar, trabalhar como assistentes ou analistas. Esse também foi o percurso das ex-alunas entrevistadas, que, durante o curso técnico em contabilidade do Colégio São Carlos, trabalharam tanto na área contábil quanto nas demais áreas administrativas.

Almeida (1998, p. 26) reforça o desejo feminino pelo reconhecimento profissional e social quando diz que:

Entre mulheres e educação, o que sempre se esculpiu nas vidas femininas foi um entrelaçamento de destinos incorporando sujeitos históricos aspirando por um lugar próprio no tecido social e uma profissão que se adaptou perfeitamente àquilo que elas desejavam, aliando ao desempenho de um trabalho remunerado as aspirações humanas e afetivas que sempre lhes foram definidas pela sociedade (ALMEIDA, 1998, p. 26).

Nesse trecho, a autora refere-se ao ingresso das mulheres no magistério, mas podemos tecer analogias com o ingresso na profissão contábil. Como retratado anteriormente, a profissão contábil caracterizava-se por ser destinada aos homens. Com o passar dos anos, e mais fortemente a partir dos anos 2000, é que vislumbramos a profissão em um processo de transformação, em que as mulheres protagonizam nos registros profissionais. Parte dessa conquista podemos conceder aos movimentos feministas brasileiros que surgem no século XX, discutindo a posição da mulher e sua invisibilidade na sociedade brasileira (MITTANCK; GEVEHR, 2021).

Um questionamento importante para compreensão do processo formativo das profissionais da contabilidade é o desenvolvimento do conceito de identidade. O profissional contábil (atualmente apenas os bacharéis em contabilidade) possui um registro oficial que os identifica. Até o ano de 2015¹¹, os técnicos em contabilidade também recebiam sua carteira de identidade profissional. Candau (2012, p. 25) discorre sobre o tema indicando que “identidade pode ser um estado – resultante, por exemplo, de uma instância administrativa: meu documento de identidade [...]”. Contudo, não é possível caracterizar identidade apenas pela formalização de um documento. O que é, então, ser um técnico em contabilidade? O que é identidade profissional?

Pensando de forma muito simplista, o conceito de identidade poderia resumir-se em “a identidade é simplesmente aquilo que se é” (SILVA, 2014, p. 74), sendo assim, reduzir o diálogo a “ser técnica em contabilidade”, “ser mulher”. Todavia, quando buscamos em Bauman (2005) esse conceito, percebemos que se trata de um inquietante dilema existencial:

As pessoas em busca de identidade se vêem invariavelmente diante da tarefa intimidadora de ‘alcançar o impossível’: essa expressão genérica implica, como se sabe, tarefas que não podem ser realizadas no “tempo real”, mas que serão presumivelmente realizadas na plenitude do tempo – na infinitude... (BAUMAN, 2005, p. 17).

O que se pode extrair desse recorte das ideias de Bauman (2005) é que a identidade não deve necessariamente se pautar em um estado de si inconcebível, inatingível. A construção de uma identidade profissional ocorrerá com a experiência vivida na realização das atividades laborais, na busca constante de aprimoramento e na medida em que realizamos e edificamos nosso trabalho junto à sociedade.

Quando concebemos a imagem do profissional contábil, inferimos que, para as profissionais depoentes deste estudo, o entrelaçamento entre a teoria e a prática auxiliou significativamente o percurso do constituir-se profissional, como é possível observar na fala de Edite:

Lá no curso? Olha, era muita teoria, por isso que era mais difícil porque a teoria é uma coisa mas quando tu começa a praticar, aí parece que a coisa fica bem fácil. Porque lá era teoria, teoria... então tu não conseguia entender

¹¹ Com a Lei 12.249/2010 que alterou o artigo 12 e incluiu o § 2º ao Decreto-Lei nº 9.295/1946, os técnicos em contabilidade deixaram de ser registrados no Conselho Federal de Contabilidade. Os que possuíam registro até 1º de junho de 2015 têm assegurado o direito ao exercício da profissão.

quando era só teoria... porque no início, quando eu fazia o curso, eu trabalhava no escritório no faturamento, então imagina... faturamento, nada a ver com contabilidade. Nada a ver... então assim, até tu entrar na cabeça que tinha... claro, sabia o que era débito e o que era crédito, né. Tu lançava porque nós tinha umas ficha no curso, né? Então tu lançava débito tu lançava crédito, aí tu fazia o saldo... mas assim para tu, né... na prova, por exemplo, ou coisa assim... era mais difícil de tu captar as coisas... aí quando tu começa a trabalhar, nossa, aquilo lá vem... ô beleza! Aí como eu tinha colegas que trabalhavam no escritório de contabilidade, aí era uma mão pra gente, né! Aí elas explicavam mais... aí entre o professor explicando e essas colegas explicando as coisas melhoravam (Edite, entrevistada, 2020).

Edite contou que trabalhar no ramo contábil facilitava significativamente a compreensão do que era ensinado no curso técnico. Apesar dos exemplos práticos e do uso das fichas razão, a prática contábil executada no trabalho permitia um melhor aproveitamento do curso. Para compensar o fato de não trabalhar diretamente na área contábil, Edite comenta que tinha apoio tanto dos professores quanto das colegas que trabalhavam em escritórios de contabilidade.

É, durante a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no processo formativo, que percebemos a identidade profissional do indivíduo se constituindo. Dubar (2005, p. XXV) diz que “a identidade é produto das sucessivas socializações”, dessa forma, as trocas de experiências entre as colegas do curso e a prática contábil tiveram grande relevância para a formação profissional das depoentes.

As entrevistadas relataram que o curso ajudou significativamente no momento de encontrar um trabalho na área administrativa. Edite expôs que começou a trabalhar no faturamento da empresa Eberle durante o curso técnico:

Era o faturamento da Eberle... era uma sala enorme...era uma sala enorme e era...tinha só um menino que era o office-boy e eram só mulheres que trabalhavam... e tinha um chefe, o seu Olímpio Steffen que era o... ai, como é que se diz... na época era um encarregado do setor, né... mas era essa Cecchini que era nossa chefe... mas eram só mulheres. Era uma sala enorme de faturamento, né? Era tudo feito lá... era feito o faturamento, aí tinha umas que faziam já a papelada pra enviar tudo para contabilidade depois, né? Que daí era lá no centro, na matriz, né. Mas ali a maioria era mulheres. Na minha época tinha muita mulher que já trabalhava... e olha que eu sou de 1948! Tinha muita mulher já! (Edite, entrevistada, 2020).

Atualmente, o faturamento é o setor da empresa em que são emitidas as notas fiscais eletrônicas que servirão para circular com as mercadorias de um local a outro. Na época em que Edite trabalhou no faturamento da Eberle, os documentos eram datilografados e era necessário algum conhecimento acerca do funcionamento das

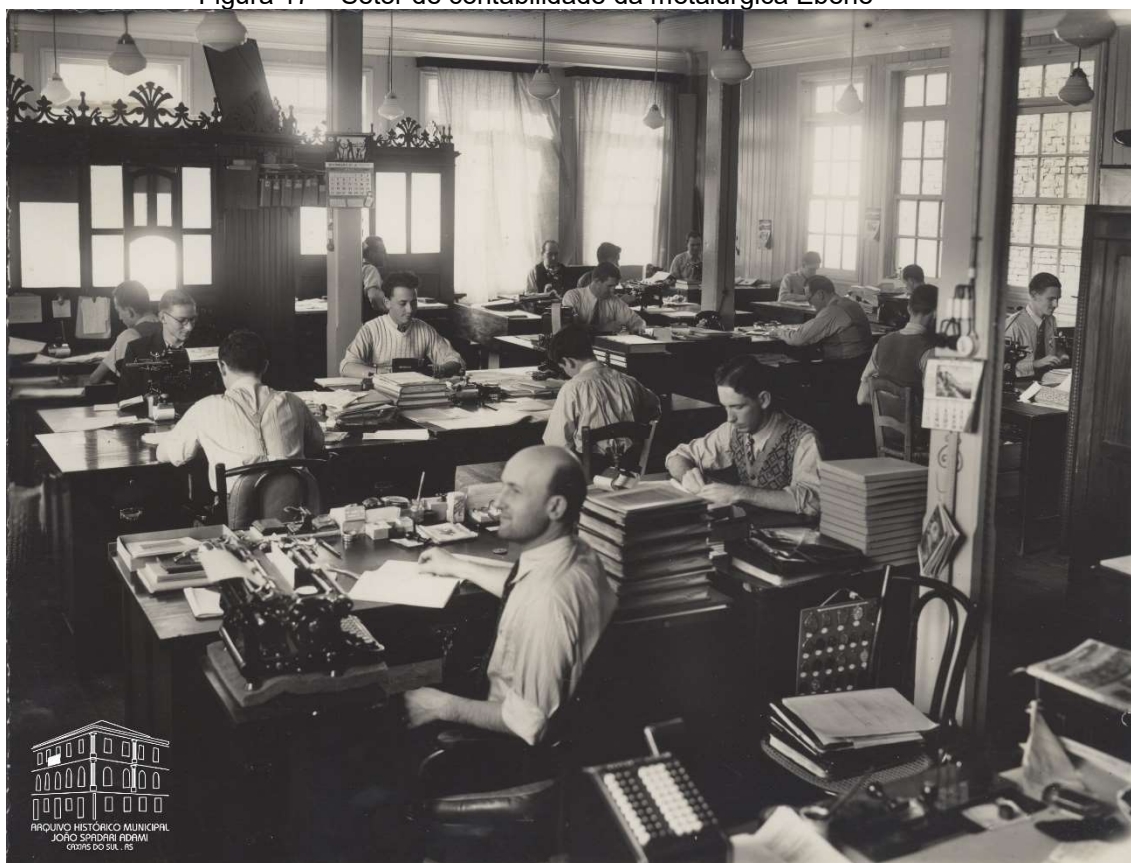
máquinas datilográficas. Ela também relata o momento em que precisou realizar um teste de datilografia:

Ah, uma vez tinha, tinha que ter o “QI” né, ‘quem indica’... e nós tínhamos uma... uma que trabalhava aqui no... que mora aqui perto... do bairro aqui mesmo, né... que ela trabalhava no Departamento Pessoal. Daí ela sabia que eu tava estudando... aí a gente fazia aqueles testes, né... e eu tinha uma... aqui a que fez o teste pra mim, eu disse, eu disse pra ela: “eu não sou datilógrafa, eu sou dedógrafa”. Aí ela disse: “sem problemas, é só pra apertar... também pode ser com dois dedos só não tem problema”... e assim a gente tinha colegas bem legal também na época... as pessoas se ajudavam muito. Tinha muitas ajudas assim... (Edite, entrevistada, 2020).

A entrevistada relatou que não tinha muita experiência com a datilografia e que utilizava apenas dois dedos para a função. De acordo com sua narrativa, esse não foi necessariamente um problema para conquistar a vaga, visto que, em muitas situações, as vagas eram preenchidas por indicação. E a realização do teste serviria apenas para comprovar sua noção básica para o trabalho.

A participante Edite iniciou seu trabalho na área administrativa no faturamento da Eberle em 1968. A Eberle era uma grande metalúrgica da cidade de Caxias do Sul. Em sua narrativa, ela nos conta que o setor do faturamento era muito grande e formado principalmente por mulheres. Disse também que algumas das funcionárias organizavam os documentos para serem enviados à contabilidade na matriz da empresa. Durante minha pesquisa junto ao Arquivo Histórico Municipal, encontrei fotografia do setor de contabilidade da empresa, datada de 1941:

Figura 17 – Setor de contabilidade da metalúrgica Eberle



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul (1941).

Não há, pois, como afirmar que, no período em que a senhora Edite trabalhou na Maesa, filial das empresas Eberle, o setor contábil localizado na matriz da empresa ainda fosse formado apenas por funcionários do sexo masculino, tendo em vista que em sua narrativa ela retrata que muitas mulheres trabalhavam naquela época. Contudo, é interessante notar, na fotografia, os instrumentos de trabalho: as máquinas de escrever, calculadoras, carimbos, livros, fichários, calendários. Era necessário destreza para realizar os apontamentos contábeis nos livros, pois qualquer borrão ou rasura poderia desclassificar toda a escrituração realizada.

A teoria e a prática contábil combinadas sempre foram valorizadas, tendo em vista que o estudo da técnica não dá conta de promover todas as situações possíveis de ocorrerem em uma empresa. As entrevistadas relataram que o ingresso no curso proporcionou o seu acesso ao mercado de trabalho, tanto nas áreas contábil quanto em áreas administrativas:

Trabalhava o dia inteiro, saía de lá seis horas correndo como uma louca... nós voava as tranças ali pela Avenida Itália, eu e a Ivani...e vinha pro colégio (Zuleica, entrevistada, 2020).

[...] porque, como eu tava procurando emprego, eu aceitei o que veio, né? E quando eu fui, eu trabalhei na parte de produção... mas daí eles viram que eu tava estudando, disseram: “Ah não!”. Nem me deixaram trabalhar lá, já fui trabalhar no escritório, daí... então lá não tinha assim... era arquivo... (tosse)... era na parte administrativa, assim (Graciosa, entrevistada, 2020).

Tardif (2010, p. 57) entende que o trabalho é capaz de modificar a identidade do trabalhador, influenciando, durante esse processo, o seu “saber trabalhar”. A partir do ponto de vista do autor, “[...] os saberes ligados ao trabalho são temporais” (TARDIF, 2010, p. 58), isso porque o desenvolvimento de novas habilidades, a partir de um conhecimento prévio teórico, será desenvolvido com a prática e as exigências que o trabalho demanda. Nos relatos das entrevistadas, elas narram que o curso teorizava bastante, mas que havia também os momentos de prática em sala de aula. Porém, somente com a aplicação prática fora da escola é que foi possível desenvolver melhor as habilidades pertinentes à área contábil.

As relações existentes entre o estudo e a técnica contábil também podem ser observadas em outros movimentos sociais, como no artigo abaixo, publicado no *Jornal Pioneiro*, em 07 de Janeiro de 1961, em que o autor menciona que “a convivência com os problemas e a teoria fará, propriamente, o Contabilista”:

Figura 18 – O Contabilista é o homem dos sete instrumentos

«PIONEIRO» CAXIAS DO SUL — 7 de Janeiro de 1961

O Contabilista é o HOMEM DOS SETE INSTRUMENTOS

1.º DE UMA SERIE
Economista
LUIZ J. DALL'ONDER
Qualquer pessoa que desem-

penha diversas funções, ou que seja conhecedor de inúmeros assuntos, costuma-se chamá-la de «o homem dos sete instrumentos».

Com este qualificativo de-

preendemos, de imediato, que tal pessoa, resolve muitos assuntos sem depender de outrem.

Assim é o Contabilista. Na empresa, o profissional da contabilidade, no pensar do patrão, deve conhecer Leis Sociais, Vendas e Consignações, Imposto de Renda, Imposto do Selo, Custo de Produção, sem dizer da Técnica Contábil, setor em que é sumariamente responsável. Em outros casos, o Contabilista deve conhecer Administração de Negócios, porquanto é procurador da firma.

Mal sabe o Patrão, que cada um desses ramos requer especializações próprias. Que o Contabilista, em seus cursos básicos e técnicos, não se especializou em nenhum desses ramos, nem mesmo, em Técnica Contábil. O fato de uma pessoa ter visitado a cidade do Rio de Janeiro, não importa, nem devemos supor que conheça em pormenores a cidade. A convivência com os problemas e a teoria fará, própria-

mente, o Contabilista.

Talvez, por essa razão, o profissional veio modificando o título. Inicialmente foi categorizado de «Guarda Livros» a seguir de «Contador» e, presentemente de «Técnico em Contabilidade». E' de parecer, que este último exprima a real categoria, «Técnico em Contabilidade» e, não em outros ramos.

A palavra «Contabilidade», em si, não encerra todo e qual quer tipo de escrita contábil. O Contabilista deverá dizer que espécie de contabilidade mais conhece. Para o patrão, o «homem» deve conhecer a «Contabilidade», mecanizada ou não, de custos, industrial, comercial, bancária, pública, de prestação de serviços, de transporte, de imobiliária e de várias outras, incluídas as oficiais e a «por fóra».

Cada tipo dessas contabilidades, exige conhecimentos especiais, pois, elas se diferenciam basicamente.

«O Contabilista, é o homem dos sete instrumentos».

Fonte: *Jornal Pioneiro*, em 07 de Janeiro de 1961.

No texto, o autor menciona que o profissional da contabilidade, durante seus estudos em cursos básicos e técnicos, não se especializou suficientemente se não conviveu com a realidade das empresas. É de supor, pelo texto, que a maior formação do profissional não está concentrada nos seus estudos e diplomas, mas em quanto atuou nos diversos ramos da profissão. A especialização só existiria com a prática e foi a prática nas áreas contábeis que proporcionou às entrevistadas um melhor desempenho em suas atividades, quando a teoria passou a fazer sentido no momento de sua aplicação.

Aí como eu já tinha prática... em... nesse setor de escrita fiscal, eu já conhecia muito... e como eu tinha feito o técnico em contabilidade... fazia quê... olha, não fazia dois meses que eu tava casada, aí eu já fui contratada numa empresa perto... lá... lá na BR. Eu morei lá, né. Aí fui contratada logo, porque eu tinha prática... [...] Hidráulicos Manfro. [...] aí ali eu aprendi mais, daí. Ali eu trabalhei na área fiscal daí, eu já tinha que fazer... na época era tudo escrito, né? Aliás, ali mais tempo foi que era tudo escrito, tinha os livros, aquela coisa toda... separava as notas... o que gerava crédito, o que não gerava... aquela coisa toda de contabilidade, né? Aí fui aprendendo muito mais também... fui aprendendo mais... mas foi bem legal, bem... bem bom mesmo (Edite, entrevistada, 2020).

Durante as entrevistas, as participantes contaram que era comum a mulher ser demitida dos seus empregos quando casavam. Elas não souberam dizer exatamente a motivação para tal atitude, mas divagaram entre questões como ter e cuidar dos filhos e a retirada do FGTS. Quando Edite menciona que conseguiu voltar ao mercado de trabalho logo após o casamento, foi porque havia sido demitida da empresa Eberle quando casou em 1971. Sua experiência na área e a formação técnica, auxiliou significativamente para sua rápida recolocação.

A exigência existente entre a formação técnica e a prática também é evidente nas publicações de vagas de empregos:

Figura 19 – Vaga de emprego



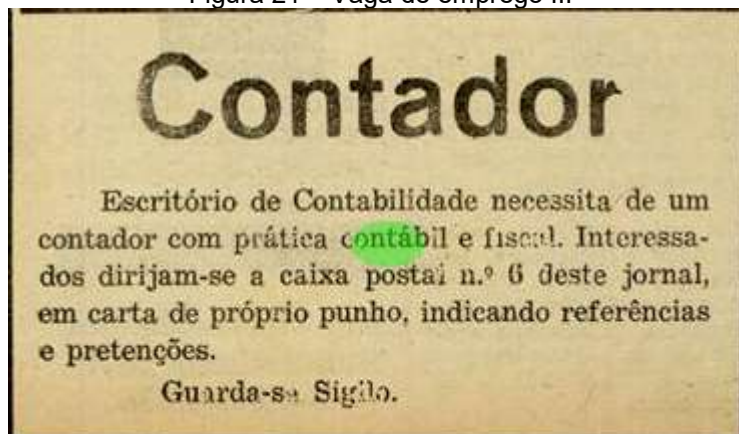
Fonte: *Jornal Pioneiro*: 14 de agosto de 1951. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=885959&pasta=ano%20195&pesq=classificado&pagfis=1789>. Acesso em: 19 out. 2021.

Figura 20 – Vaga de emprego II



Fonte: *Jornal Pioneiro*: 30 de janeiro de 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=885959&pasta=ano%20196&pesq=contabil&pagfis=11313>. Acesso em: 19 out. 2021.

Figura 21 – Vaga de emprego III



Fonte: *Jornal Pioneiro*: 10 de setembro de 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=885959&pasta=ano%20196&pesq=contabil&pagfis=12760>. Acesso em: 19 out. 2021.

Nas publicações do *Jornal Pioneiro* selecionadas para esta pesquisa, é possível observar que as empresas solicitavam formação e experiência na área contábil. Toda a formação decorrente do curso técnico de contabilidade realizado por essas mulheres desencadeou diversas possibilidades de posições no mercado de trabalho. Zuleica contou que depois que casou ficou um tempo sem trabalhar, mas, quando retornou, sua formação auxiliou em sua recolocação, atuando no departamento pessoal e no financeiro do Colégio São José. Graciosa trabalhou algum tempo em setores administrativos de empresas, como secretária da direção, e como funcionária pública na prefeitura de Caxias do Sul, e diz que o curso técnico não foi necessariamente aplicado em suas atividades laborais, mas foi útil para sua vida. Edite, a entrevistada com mais experiência direta na área contábil, direcionou sua

experiência para o ramo fiscal, no qual trabalhou até a sua aposentadoria em diversas empresas da cidade.

Para Dubar (2005), o trabalho pressupõe muitas mudanças identitárias, devido às transformações nas relações sociais de emprego. Para o autor, “a socialização é, enfim, um processo de identificação, de construção de identidade [...]” (DUBAR, 2005, p. 24). A partir do momento que o profissional da contabilidade compartilha seus conhecimentos com seus colegas, seja no curso de formação ou no próprio escritório, este estará proporcionando transformações em si e em seu interlocutor.

O profissional contábil sempre necessitou se manter atualizado nas inúmeras alterações de legislação e na evolução da atividade propriamente dita. Dos livros manuscritos às máquinas de escrever, da informatização ao *Blockchain*¹², quem não se adaptou não se manteve no mercado de trabalho. Nos dizeres de Coelho (2000), para os técnicos em contabilidade sempre houve um mercado muito amplo de atuação, independentemente do tipo de entidade. Para o autor, o maior desafio enfrentado pelos profissionais de nível técnico se refere à atuação na multidisciplinariedade que a atividade demanda. Não se trata somente de realizar bem a técnica contábil, mas de compreender e analisar os registros realizados.

Este capítulo proporcionou a análise do percurso acadêmico e profissional das entrevistadas, desde a idade escolar até o ensino técnico, perpassando pela constituição do fazer contábil e do tornar-se técnica em contabilidade.

¹² “A Harvard Business Review define *blockchain* como ‘um livro razão aberto e distribuído que pode gravar as transações entre duas partes de forma eficiente e de forma verificável e permanente’” (Disponível em: <https://www.robertodiasduarte.com.br/blockchain-na-contabilidade-a-tecnologia-que-vai-revolucionar-o-setor/>. Acesso em: 20 out. 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciei o Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade de Caxias do Sul, a realidade que experienciava era completamente diferente da atualidade. Iniciei o programa como aluna não-regular, em 2018, e minha intenção inicial era conhecer aquele universo que parecia tão distante da minha vivência e do qual eu não sabia ao certo o que esperar. Muitas dúvidas sobre o projeto de pesquisa surgiram durante o processo. Meu ingresso no curso ocorreu oficialmente em 2020 (durante a pandemia do Covid-19) e o professor Dr. José Edimar de Souza tornou-se meu orientador nessa jornada.

Após importantes conversas, finalmente consegui me decidir pelo objeto da minha pesquisa. A escolha pelo estudo da história do Curso Comercial perpassa minha própria formação. Como contadora, entendi que precisava conhecer os caminhos percorridos por quem estudou a disciplina antes de mim, acreditando que a abertura dessa estrada foi o que permitiu que outras mulheres trilhassem esse mesmo caminho.

Desde então, toda a construção da pesquisa causou grandes transformações em minha própria maneira de ver o mundo. O contato com teóricos, até então, por mim desconhecidos e as narrativas das egressas do curso desestruturaram os (pré)conceitos que habitavam, há tanto tempo, o meu ser. Quando nos permitimos ingressar no universo do outro e, minimamente, sentir e compreender sua perspectiva, nosso olhar se expande e percebemos que ainda há muito o que conhecer e desenvolver. É assim que compreendo a trilha que percorri e que me constituiu pesquisadora na área da história da educação.

Inicialmente, busquei compreender quais eram as minhas inquietações acerca desse assunto e pude descobrir assim o problema da pesquisa. Para responder à pergunta, foi necessário mobilizar conceitos sobre história, história cultural, história da educação, cultura escolar, identidade, dentre outros. O processo ocorreu a partir de uma extensa revisão de literatura, na qual se verificou que pouco há escrito sobre os cursos técnicos em contabilidade na cidade de Caxias do Sul. Para reconstruir essa história, busquei identificar quais eram as escolas que ministravam esses cursos na cidade.

Com os objetivos traçados, foram desenvolvidos quatro capítulos nessa pesquisa. Nas “Considerações Iniciais”, foram abordados o tema, o problema, os objetivos e o objeto da pesquisa, apresentando o período estudado, a cidade de Caxias do Sul, bem como a metodologia aplicada no transcorrer do trabalho.

O segundo capítulo, intitulado “Os cursos técnicos de Comércio: relações de contexto”, tratou de evidenciar o contexto político e econômico brasileiro no período compreendido entre 1940 e 1969. Serviu também para situar o leitor a respeito das políticas educacionais brasileiras nas constituições federais do recorte temporal. Além disso, enfatizaram-se as legislações que regulamentaram o curso comercial no Brasil. Buscou-se destacar a história da cidade de Caxias do Sul, compreendendo dados da economia no município que serviram para compreender a implantação do curso na cidade.

O contexto histórico apresentado no segundo capítulo nos revela que as crises políticas que assolaram o país entre as décadas de 1940 e 1960 prejudicaram significativamente a população de baixa renda. A alfabetização da população não era primordial para as políticas públicas constantes nas Constituições Federais. O maior interesse estava concentrado em proporcionar o acesso às classes favorecidas às universidades, sendo os cursos de formação técnica destinados para as classes inferiores da população.

Convergindo com as informações disponibilizadas no segundo capítulo, o terceiro capítulo, denominado “O Colégio São Carlos e o Curso Superior de Comércio na cidade de Caxias do Sul”, resgata o contexto histórico anteriormente apresentado agregando o cenário regional. Nesse capítulo, foram abordadas as dificuldades de acesso à educação na cidade, apresentando as legislações que tratavam da instituição e do financiamento da educação primária no estado e no município. Durante muito tempo, observaram-se tentativas para solucionar o problema do ensino às populações de baixa renda e do meio rural. Gradativamente, o acesso à educação aumenta, proporcionalmente ao número de professores. Em relação ao ensino profissionalizante, observa-se a criação de diversas escolas técnicas no município, inclusive escolas para o ensino comercial. Contudo, a oferta era destinada ao público masculino. Com a criação do curso no Colégio São Carlos, percebemos o interesse na profissão quando observamos os dados do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, em que o número de mulheres formadas “contadoras” ou “técnicas em contabilidade” no período relativo a 1947 até 1959 era de apenas 6,12%

do total de profissionais. Esse percentual aumenta 4,72 pontos percentuais entre 1960 e 1969, acentuando o crescimento nas décadas seguintes.

Os movimentos históricos abordados nos primeiros capítulos possibilitaram a compreensão da sociedade vivida pelas entrevistadas no período selecionado para a pesquisa. Foram momentos intensos e de inseguranças sociais e políticas que deixaram marcas na sociedade brasileira como um todo. O impacto na vida social das participantes se faz presente quando estas relatam as dificuldades financeiras vividas no período, o trabalho constante, a rigidez na educação e nas atividades laborais, a dificuldade de acesso à educação que proporcionasse dignidade à família.

No quarto e último capítulo, são analisadas as narrativas das entrevistas, sob a ótica de três categorias: os processos de escolarização (concentrando-se nos percursos iniciais de formação), memórias de um processo formativo na área técnica e as relações entre o processo formativo e a prática profissional. A partir das exposições das egressas, analisei como ocorreu a construção de seu processo formativo, tanto na educação básica quanto na técnica. Concluí que, nos primeiros anos da educação básica, o acesso à escola ocorreu de formas bem diferentes para cada uma delas. Apesar disso, todas elas relatam a importância que a família dava ao estudo e o desejo dos pais de verem as filhas formadas. Esse incentivo da família pela educação e o rigor que a vida submeteu desde muito cedo a essas mulheres refletem significativamente em seu comportamento. As três demonstraram terem sido sempre muito assíduas e pontuais, buscando sempre muita retidão e compromisso com a escola, a família e o trabalho.

As práticas escolares desenvolvidas em sala de aula, no curso técnico, baseavam-se no registro contábil das operações mercantis e industriais. A partir da simulação de eventos, desde a abertura da empresa, passando pelos lançamentos contábeis e pelos encerramentos. O curso também era constituído por disciplinas do Direito, essencial para o desenvolvimento das atividades contábeis.

Durante o curso técnico, foi possível perceber que elas não se deixaram desanimar pelas dificuldades. Trabalharam e estudaram durante os três anos do curso. A experiência profissional mostrou-se importante na apreensão do conhecimento teórico, tendo em vista que a aplicação da teoria permitia maior compreensão do que lhes era ensinado.

Quadro 5 – Atuação profissional das entrevistadas

Participante	Formação	Atuação Profissional
Rita Zuleica Fernandes	Escola Técnica de Comércio São Carlos	Trabalhou em áreas administrativas e seu último trabalho foi no setor financeiro do Colégio São José.
Graciosa Aparecida Perguer Bertoluz	Escola Técnica de Comércio São Carlos	Além de ter trabalhado em empresas, em áreas administrativas, realizou concurso público na prefeitura de Caxias do Sul e atuou no setor de Biometria.
Edite Maria Perini	Escola Técnica de Comércio São Carlos	Trabalhou em diferentes empresas da cidade de Caxias do Sul e especializou-se na área fiscal/tributária, atuando até sua aposentadoria.

Fonte: desenvolvido pela autora.

A partir de sua trajetória acadêmica, percebe-se o entrelaçamento das representações sobre a constituição profissional, tendo em vista as experiências vividas dentro e fora da sala de aula. As relações entre colegas e a ajuda mútua para a compreensão das atividades desenvolvidas em sala de aula denotam a capacidade das entrevistadas em trabalhar em equipe.

A pesquisa também mostrou que muitos dos conhecimentos alcançados sobre a área contábil, como no caso da Edite, que trabalhou na área fiscal, ocorreram a partir da experiência prática. O curso simulava situações para que as alunas exercitassem, mas seu currículo não dava conta de todas as situações que podem surgir durante o exercício da profissão.

No decurso das entrevistas e da análise realizada no último capítulo dessa pesquisa, observa-se que as entrevistadas não atuaram profissionalmente como Técnicas em Contabilidade, assumindo a responsabilidade civil pela escrituração contábil. Trabalharam em áreas administrativas, inclusive na área contábil, fiscal e de departamento pessoal, mas sempre subordinadas a outro profissional que era encarregado e responsável pelas informações prestadas. Isso não diminui ou desprestigia o trabalho realizado por elas, tendo em vista sua dedicação e comprometimento em trabalhar de forma correta, em equipe e ensinando outros colegas de profissão. Porém, pode-se concluir que apesar da formação técnica e da autorização para assinar como responsável pela escrituração contábil, não houve interesse ou oportunidade para assumir a identidade profissional de técnico contábil.

É válida também a reflexão de que a profissão seguida pelas egressas não está relacionada com uma tradição familiar. Em seus relatos, elas contam da pobreza da família e do desejo de mudança na estrutura social pela educação dos filhos.

A constituição profissional dessas mulheres operou-se a partir dos esforços em conciliar estudo, trabalho e família. O estudo apontou que sempre que uma mulher casava, as empresas da região tinham por cultura demiti-las. Este trabalho não desenvolveu essa discussão, tendo em vista que não era o seu objetivo. Porém, considero uma questão relevante para futuras pesquisas.

Outro tópico que este trabalho não promoveu foi a discussão sobre questões de gênero. Apesar de aparecer em alguns detalhes da construção da pesquisa, procurei focar nas histórias de vida das egressas, na sua formação e constituição profissional. Da mesma forma, as entrevistas coletadas possuem inúmeras possibilidades de pesquisa que poderão ser exploradas por futuros pesquisadores.

Preservar as memórias dessas egressas, eternizando-as em uma pesquisa, é contribuir com a História da Educação. Além disso, possibilita o estudo, a análise, o conhecimento acerca das culturas escolares ocorridas em determinado período de tempo, permitindo comparações e traçando o perfil profissional desenvolvido.

Por fim, a importância desta pesquisa se justifica pela necessidade de conhecermos e darmos valor para a história da educação das mulheres. Como relatado no último capítulo, a profissão contábil passou por incríveis transformações em seu *modus operandi*. As mulheres percorreram e auxiliaram nessas mudanças. Portanto, por mais que o estudo não esteja diretamente ligado aos estudos de gênero, acredito que esse possa ser o início de muitas outras pesquisas que poderão ocorrer na área contábil, retratando a participação feminina no desenvolvimento da profissão.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Ir à escola... desejo e vivências que finalmente se tornam realidade!. In: FISCHER, Beatriz T. Daudt. (Org.). **Tempos de escola: memórias**. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2011. p. 53-66.
- ADAMI, João Spadari. **História de Caxias do Sul: Educação (1877-1967)**. Porto Alegre: EST, 1981.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALICE RUIZ. **Ladainha**. São Paulo: Tratore, 2005. (3 min. 14 seg.). Disponível em: <https://www.aliceruiz.mpbnet.com.br/sound/ladainha.rm>. Acesso em: 15 out. 2020.
- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1998.
- AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **História**, São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- BARBOSA, Marco Aurélio Gomes; OTT, Ernani. **A origem da contabilidade no Rio Grande do Sul: primeiras evidências, fortalecimento e consolidação**. Porto Alegre: CRC/RS, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- COELHO, Cláudio Ulysses Ferreira. O técnico em contabilidade e o mercado de trabalho: contexto histórico, situação atual e perspectivas. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 1-7, set./dez. 2000.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL (CRCRS). **Trajetória da Mulher Contabilista nos 70 anos do CRC/RS**. Porto Alegre: CRCRS, 2018.
- COREDE SERRA. Disponível em: <https://coredeserra.org.br/pagina/municipios>. Acesso em: 20 out. 2021.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação nas constituições brasileiras. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil, Vol. III: século XX**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 17-28.

DALLABRIDA, Norberto (2009). A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, 32(2). Recuperado de: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5520>

DALLA VECCHIA, Marisa Virgínia Formolo; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RAMOS, Felisbela. **Retratos de um saber: 100 anos de história da rede municipal de ensino em Caxias do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: EST, 1998.

DIENES, Zoltan Paul. **O poder da matemática**. São Paulo: E.P.U, 1975.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. **História da Educação**, Pelotas, v. 4, n. 8, p. 141-174, set. 2000. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30143/0>. Acesso em: 7 nov. 2020.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 9. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2001.

FORNER, Valéria Alves Paz. Aspectos históricos da educação feminina no cotidiano do Colégio São Carlos (1936-1971). In: LUCHESE, Terciane Ângela; FERNANDES, Cassiane Curtarelli; BELUSSO, Gisele (Orgs.). **Instituições, histórias e culturas escolares**. Caxias do Sul: EDUCS, 2018. p. 119-133.

GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul: evolução histórica**. Caxias do Sul, RS: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, 1977.

GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do. **Caxias centenária**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010.

IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/caxias-do-sul/panorama>. Acesso em: 20 out. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres nas salas de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 443-481.

LUCHESE, Terciane Ângela. **O processo escolar entre imigrantes da Região Colonial Italiana do RS – 1875 a 1930: leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2007.

MACHADO, Maria Abel. **Mulheres sem rosto: operárias de Caxias do Sul / 1900 – 1950**. Caxias do Sul: Maneco – Livraria & Editora, 1998.

MELLO, Claudio Baltazar Corrêa de. **Empreendedorismo e desenvolvimento econômico regional: as ações empreendedoras dos industriais de Caxias do Sul (1950-1970)**. 2014. 148f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014.

MITTANCK, Vanuza Alves; GEVEHR, Daniel Luciano. Movimentos feministas e a historicidade da mulher: sua busca por visibilidade e direitos. *In*: GEVEHR, Daniel Luciano (Org.). **Memória, identidade e patrimônio cultural**: uma contribuição dos estudos regionais. Guarujá, SP: Científica Digital, 2021.

PAZ, Valéria Alves. **História do Colégio São Carlos de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul (1936 – 1971)**. 2013. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2013.

PERUCHIN, Débora. **Aspectos emocionais no processo de aprendizagem de matemática**. 2017. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

PILETTI, Fernanda; SOUZA, José Edimar de. Memórias, histórias e a escola: o Grupo Escolar Jansen Farroupilha, RS (1937-1958). *In*: SOUZA, José Edimar de (Org.). **Escola no Rio Grande do Sul (1889-1950)**: ensino, cultura e práticas escolares. Caxias do Sul, RS: Educs, 2020. p. 248-270.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578-606.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 2. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da; MARTINS, Wilson Thomé Sardinha. **História do Pensamento Contábil**: com ênfase na história da contabilidade brasileira. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOUZA, José Edimar de. **Educar**: perspectivas e construções. São Leopoldo: Oikos, 2019.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil, Vol. III**: século XX. Petrópolis: Vozes, 2011.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. História, memória e história da educação. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil, Vol. III**: século XX. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 416-429.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 65-92

Fontes Documentais

1 – Leis e decretos

BRASIL. **Ato Institucional nº 5**, 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 14 fev. 2021.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, 16 de julho de 1934. Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 14 fev. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 24 de janeiro de 1967. O Congresso Nacional, invocando a proteção de Deus, decreta e promulga a seguinte. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 14 fev. 2021.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, 10 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 14 fev. 2021.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, 18 de setembro de 1946. Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos, sob a proteção de Deus, em Assembléia Constituinte para organizar um regime democrático, decretamos e promulgamos a seguinte Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em: 14 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 1.339**, de 9 de janeiro de 1905. Declara instituição de utilidade pública a Academia de Commercio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ella conferidos, como de caracter official; e dá outras providencias. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1339-9-janeiro-1905-612623-publicacaooriginal-135659-pl.html>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 19.444**, de 1º dezembro de 1930. Dispõe sobre os serviços que ficam e cargo do Ministério da Educação e Saude Pública, e dá outras providências.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19444-1-dezembro-1930-506386-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 20.158**, de 30 junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.073**, 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm. Acesso em: 14 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.244**, 09 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4244.htm. Acesso em: 14 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 6.141**, de 28 dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del6141.htm. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.529**, 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 out. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 868**, 18 de novembro de 1938. Cria, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-868-18-novembro-1938-350829-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 1**, 17 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm. Acesso em: 14 fev. 2021.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.024**, 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L4024.htm. Acesso em: 22 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 556**, de 25 de junho de 1850. Código Comercial. Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim556.htm. Acesso em: 25 jul. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 7.614**, 12 de dezembro de 1938.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 2.963**, 23 de outubro de 1956. Institui o ensino profissional de grau primário no sistema de ensino do Estado. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-2963-1956-rio-grande-do-sul-institui-o-ensino-profissional-de-grau-primario-no-sistema-de-ensino-do-estado>. Acesso em: 22 out. 2021.

2 – Jornais

Colégio São Carlos: alunas que concluíram o 1º Ano Propedêutico da Escola Superior de Comércio. **Jornal A Época**, Caxias do Sul, RS, 1º jan. 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882089&pesq=%22Col%C3%A9gio%20S%C3%A3o%20Carlos%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=548>. Acesso em: 23 out. 2021.

Colégio São Carlos: Dirigido pelas Reverendas Irmãs Missionárias de São Carlos. **Jornal O Momento**, Caxias do Sul, RS, 09 dez. 1944. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882615&pesq=%22Curso%20Comercial%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=3021>. Acesso em: 23 out. 2021.

Colégio São Carlos: uma educação evangélica-libertadora. **Jornal Pellegrino**, Caxias do Sul, RS, 21/27 out. 1995. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882623&pesq=carlistas&pasta=ano%20198&hf=memoria.bn.br&pagfis=780> Acesso em: 23 out. 2021.

Contabilista. **Jornal Pioneiro**, Caxias do Sul, RS, 30 jan. 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=885959&pasta=ano%20196&pesq=contabil&pagfis=11313>. Acesso em: 23 out. 2021.

Contador. **Jornal Pioneiro**, Caxias do Sul, RS, 10 set. 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=885959&pasta=ano%20196&pesq=contabil&pagfis=12760>. Acesso em: 23 out. 2021.

COSTA, Rovilio. Centenário dos Carlistas estuda a história de toda congregação. **Jornal Correio Riograndense**, Caxias do Sul, RS, 11 nov. 1987. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=882054&pesq=&pagfis=48241>. Acesso em: 23 out. 2021.

DALL'ONDER, Luiz J. O contabilista é o homem dos sete instrumentos. **Jornal Pioneiro**, Caxias do Sul, RS, 07 Jan. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=885959&pesq=%22col%C3%A9gio%20s%C3%A3o%20carlos%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=8065>. Acesso em: 23 out. 2021.

Escola Superior de Comércio. **Jornal O Momento**, Caxias do Sul, RS, 12 fev. 1944. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882615&pesq=%22Curso%20Comercial%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=2823>. Acesso em: 23 out. 2021.

Forja de Corações Nobres. **Jornal Pioneiro**, Caxias do Sul, RS, 24 mar. 1951.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=885959&pesq=%22col%C3%A9gio%20s%C3%A3o%20carlos%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=1342>. Acesso em: 23 out. 2021.

Guarda livros ou contador. **Jornal Pioneiro**, Caxias do Sul, RS, 14 ago. 1951.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=885959&pasta=ano%20195&pesq=classificados&pagfis=1789>. Acesso em: 23 out. 2021.

Oficialização do Ginásio São Carlos. **Jornal Correio Riograndense**, Garibaldi, RS, 19 dez. 1945. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=882054&pesq=&pagfis=836>. Acesso em: 23 out. 2021.

OLIVEIRA, Rodrigo Lopes de. Formatura das alunas-mestras do Colégio São José em 1936. **Jornal Pioneiro**, Caxias do Sul, RS, 3 set. 2013. Disponível em:

<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/09/03/formatura-das-alunas-mestras-do-colegio-sao-jose-em-1936/?topo=35,1,1,,35>. Acesso em: 12 out. 2020.

OLIVEIRA, Rodrigo Lopes de. Formatura do Magistério do Colégio São Carlos em 1965. **Jornal Pioneiro**, Caxias do Sul, RS, 25 nov. 2015. Disponível em:

<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2015/11/25/10650/?topo=35,1,1,,35>. Acesso em: 12 out. 2020.

3 - Documentos pesquisados na Prefeitura Municipal de Caxias do Sul:

CAXIAS DO SUL. **Perfil Socioeconômico de Caxias do Sul**. Caxias do Sul, RS, 2020. Disponível em: <https://gcpstorage.caxias.rs.gov.br/documents/2020/01/7387ce42-40b3-426a-8481-de0ff88708c0.pdf>. Acesso em: 3 out. 2020.

4 - Documentos pesquisados no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami:

CAXIAS DO SUL. **Convite para formatura das contadorandas da Escola Técnica de Comércio São Carlos**. Caxias do Sul-RS, Arquivo Histórico João Spadari Adami, 1957.

CAXIAS DO SUL. **Fotografia da formatura da Escola Técnica de Comércio do Ginásio Nossa Senhora do Carmo (Caxias do Sul, 1946)**. Caxias do Sul-RS, Arquivo Histórico João Spadari Adami, 1946.

CAXIAS DO SUL. **Fotografia da seção de contabilidade da Metalúrgica Abramo Eberle**. Caxias do Sul-RS, Arquivo Histórico João Spadari Adami, 1941.

CAXIAS DO SUL. **Fotografia de cadernos para estudo da contabilidade (Bento Gonçalves, 1939-1940)**. Caxias do Sul – RS, Arquivo Histórico João Spadari Adami, 1940.

CAXIAS DO SUL. **Fotografia de trabalhadoras da Tecelagem Matteo Gianella (Caxias do Sul, 1910)**. Caxias do Sul-RS, Arquivo Histórico João Spadari Adami, 1910.

CAXIAS DO SUL. **Fotografia de trabalhadores da Tecelagem Matteo Gianella (Caxias do Sul, 1915)**. Caxias do Sul-RS, Arquivo Histórico João Spadari Adami, 1915.

CAXIAS DO SUL. **Fotografia do prédio do Colégio São Carlos (Caxias do Sul, 1946)**. Caxias do Sul-RS, Arquivo Histórico João Spadari Adami, 1946.

5 – Documentos pesquisados no acervo do Colégio São Carlos

Colégio São Carlos. **Revista Comemorativa 50º aniversário**. Caxias do Sul, RS, 1986.

DALL'AGNOL. Eclair. **Histórico do Colégio São Carlos**. Caxias do Sul, RS, 1995.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS

Roteiro para entrevista

- Boas-vindas.
- Apresentação do tema de pesquisa.
- Apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Perguntas norteadoras:

- Introduzir o assunto questionando o local de nascimento, como foi a infância e a escolarização. Quando e onde começou a estudar?
- Como foi o 1º contato com o curso de contabilidade. Como era chamado o curso?
- Em qual escola você fez o curso de técnico em contabilidade?
- Como foi estudar o técnico em contabilidade, como eram as relações entre colegas e entre colegas e os professores?
- Essa escola trabalhava em regime de internato ou não? Era uma escola mista?
- Se era escola mista, como era estudar entre colegas do sexo masculino?
- Você se lembra quem eram os professores? Quais as disciplinas que eles ensinavam?
- Quando ocorreu a formatura?
- Você atuava na área contábil durante seus estudos? Como era essa relação de trabalhar e estudar?
- Você atuou na área contábil após o encerramento do curso? Ou seguiu por outro caminho?
- Se você atuou na área contábil, como foi trabalhar nesses espaços? Como foi o processo de ingresso na profissão?
- Como você conciliava as atividades profissionais com as demais atividades cotidianas?
- Você se lembra de ter vivenciado alguma situação no ambiente de trabalho que estivesse relacionado a preconceitos pela inserção das mulheres na profissão contábil? (Comentários maldosos ou discriminatórios)
- Encerramento

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa da mestranda Elen Lemaire Pedri, orientada pelo Prof. Dr. José Edimar de Souza, intitulado: “*A história da presença feminina nos cursos comerciais na cidade de Caxias do Sul*” – título provisório da pesquisa.

A pesquisa tem como objetivo analisar o processo de constituição de identidade das profissionais formadas pelos cursos comerciais de Caxias do Sul e sua relação com o mercado de trabalho. O pesquisador está ciente de que todos os dados coletados (depoimentos, cadernos, livros, fotografias, reportagens de revistas e/ou jornais, objetos de cultura material escolar etc.) apenas serão utilizados com finalidade de pesquisa acadêmica e científica, através de artigos científicos em revistas especializadas, encontros científicos e congressos, respeitando todos os preceitos éticos.

Conforme as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS), nº 466/12, nº 510/16 e complementares, sobre Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, esclareço que a participação nesta pesquisa pode envolver riscos mínimos, como cansaço, constrangimento ou desconforto no decorrer da entrevista a ser realizada. Dessa forma, deixo claro ao participante que eventuais situações que possam gerar desconforto podem fazê-lo, solicitar uma pausa ou interrupção da entrevista, desistir de seu envolvimento nesta pesquisa, e/ou cancelar o uso das informações obtidas a qualquer momento. Não haverá cobranças, despesas, compensações ou benefícios financeiros pela sua participação, que deve ser livre e voluntária. O pesquisador se responsabiliza pelo acompanhamento, tratamento, orientação e assistência integral aos participantes referente a possíveis complicações e danos decorrentes da pesquisa.

O entrevistado(a) terá como benefícios, oportunidades de rememorar aspectos relevantes de seu passado, suas memórias escolares, sua trajetória nas instituições escolares, suas relações sociais e culturais, para assim, deixar de ser apenas um objeto inserido na História, mas tornar-se um agente atuante e protagonista dessa História. A entrevista com sujeitos de uma comunidade local promove a autonomia, desenvolve o encorajamento, proporciona o reconhecimento e a afirmação social desse sujeito nessa comunidade. A medida que o entrevistado narra aspectos de seu passado, emergem lembranças, palavras e significados para suas experiências,

estimula o seu reconhecimento público e potencializa as suas experiências que anteriormente eram ignoradas ou silenciadas. Para o pesquisador, a entrevista possibilita humanizar as histórias obtidas por meio dos documentos oficiais, permitindo a constituição de uma narrativa dos eventos através das experiências pessoais e cotidianas dos entrevistados.

A mestrandia Elen Lemaire Pedri fica autorizada a utilizar, divulgar e publicar para fins acadêmicos e científicos, o depoimento integral ou em parte, editado ou não, somente após a leitura do documento transcrito, de forma impressa, autorizado mediante assinaturas e rubricas do entrevistado(a) no TCLE e na entrevista impressa. Nesta etapa da pesquisa, o participante poderá suprimir, alterar e/ou acrescentar as informações que julgar necessárias e importantes ao seu depoimento. Conforme a Resolução do CNS nº 466/12, item III.2.i, o pesquisador possui o compromisso ético com a proteção da imagem e a não estigmatização do participante da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo da pessoa, da instituição ou da comunidade, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos sociais, culturais, econômicos, ou de suas escolhas políticas e religiosas. Assim, os depoimentos quando citados de forma direta ou indireta, não podem ser descontextualizados ou distorcidos do sentido e significado atribuído pelo participante, nem apresentar juízos de valor por parte do pesquisador.

O entrevistado(a) poderá a qualquer momento obter informações sobre o andamento da pesquisa e/ou seus resultados por meio do telefone (54) 99115-5513 ou pelo e-mail: elpedri@ucs.br, bem como poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Caxias do Sul (CEP/UCS), localizado na Rua Francisco Getúlio Vargas, nº 1130, Bairro Petrópolis, Caxias do Sul/RS, Bloco M, sala 106, para obter informações sobre esta pesquisa e/ou sobre a sua participação, através do telefone (54) 3218-2829 ou pelo e-mail: cep-ucs@ucs.br.

Você pode assinalar o campo a seguir, para receber o resultado desta pesquisa, caso seja de seu interesse:

() quero receber os resultados da pesquisa: *“A história da presença feminina nos cursos comerciais na cidade de Caxias do Sul”*.

() não quero receber os resultados da pesquisa.

Eu _____, declaro que após ter sido esclarecido(a) pelo pesquisador, lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, autorizo a plena propriedade e os direitos autorais do meu depoimento, bem como dos materiais de meu acervo pessoal (cadernos, livros, fotografias, reportagens de revistas e/ou jornais, e objetos de cultura material escolar etc).

Eu _____, autorizo a utilização do meu nome nesta pesquisa da mestranda Elen Lemaire Pedri, e também em possíveis divulgações em revistas, encontros e congressos de cunho acadêmico científico.

Em caso de anonimato, o entrevistado(a) será identificado com o nome de

_____.

Eu _____ opto em não ser identificado(a) nesta pesquisa ou em possíveis divulgações em revistas, encontros e congressos de cunho acadêmico científico sob nenhuma circunstância.

A pesquisadora Elen Lemaire Pedri e seu orientador José Edimar de Souza ressaltam que serão tomadas medidas e procedimentos para assegurar a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas: (1) Somente os pesquisadores terão acesso aos seus dados durante a pesquisa, e se comprometem com o dever de sigilo e confidencialidade de que não utilizarão estas informações para outras finalidades; (2) Somente será identificado(a) nominalmente caso você permita por meio de seu consentimento. Em caso não aceite poderá escolher como gostaria de ser mencionado(a), sugerir um nome fictício ou optar pelo anonimato; (3) Todos os materiais de seu acervo pessoal e os depoimentos cedidos serão armazenados em formato de arquivos digitais em local seguro, protegidos por senha e criptografia. Estes materiais estarão em posse da pesquisadora Elen Lemaire Pedri por um período de 10 anos, livre para sua consulta e de seus familiares de primeiro grau. Durante todo processo de pesquisa somente o pesquisador e seu orientador terão acesso às íntegras de todos os materiais.

Elen Lemaire Pedri

José Edimar de Souza

Declaro que concordo em participar da pesquisa da mestranda Elen Lemaire Pedri, e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas. O participante deverá receber uma via original e outra via deverá ficar de posse do pesquisador, assinada, e rubricada em todas as páginas.

Entrevistado (a)

Pesquisador

Caxias do Sul, _____ de _____ .